

**PLANO DE
GESTÃO INTEGRADA
DA ORLA DE OLINDA**





Plano de Gestão Integrada da Orla de Olinda



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA
Secretaria de Meio Ambiente
Secretaria de Planejamento e Controle Urbano

Parceiros:



Plano de Gestão Integrada da Orla de Olinda



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA
Secretaria de Meio Ambiente
Secretaria de Planejamento e Controle Urbano

Parceiros:





Plano de Gestão Integrada da Orla de Olinda



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA PLANEJAMENTO E CONTROLE URBANO
Olinda, Julho de 2015

Parceiros:





PREFEITURA DE OLINDA

Prefeito

Renildo Vasconcelos Calheiros

Vice-Prefeito

Enildo Arantes

Secretaria da Fazenda e Administração - SEFAD

João Alberto C. Faria

Secretaria de Assuntos Jurídicos - SAJ

Cesar André Pereira

Secretaria de Comunicação – SECOM

Elcio Guimarães

Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos – SDSCDH

Humberto de Jesus

Secretaria de Educação - SEDO

André Cândido Souza

Secretaria de Esporte, lazer e Juventude

Tales Wanderley Vital

Secretaria de Governo- SEGOV

Luciano Moura

Secretaria de Meio Ambiente – SEMA

Roberval Veras

Secretaria de Obras – SEO

Hilda Wanderley Gomes

Secretaria de Patrimônio e Cultura – SEPAC

Lucilo Varejão Neto

Secretaria de Planejamento e Controle urbano – SEPLAC

Estevão Britto

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica – SPGE

Deana Pontual

Secretaria de Saúde de Olinda – SSO

Tereza Miranda de Almeida

Secretaria de Segurança Urbana – SSU

Ubiratan de Castro Júnior

Secretaria de Serviços Públicos - SSP

Manoel Sátiro

Secretaria de Transporte e Transito - STT

Oswaldo Lima Neto

Secretaria de Turismo, Desenvolvimento Econômico e Tecnologia – SETURDE

Maurício Galvão de Medeiros





Abaixo relacionados os representantes institucionais e de sociedade civil participantes da elaboração do presente documento com destaque especial, pelo importante papel desempenhado nesse processo, para Sônia Calheiros, Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica de Olinda, no período de construção do Plano de Gestão Integrada da Orla de Olinda.

COORDENAÇÃO TÉCNICA MUNICIPAL

Secretaria de Planejamento e Controle urbano

SEPLAC

Estevão Brito
Secretário Municipal
Teresa Zíropoli
Coordenadora

Secretaria de Meio Ambiente

SEMA

Roberval Veras
Secretário Municipal
Maria Lúcia de Oliveira
Coordenadora

COORDENAÇÃO TÉCNICA ESTADUAL

Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de

Pernambuco

SEMAS/PE

Sérgio Xavier
Secretário Estadual
Andréa Olinto
Coordenadora

Superintendência de Patrimônio da União

SPU/ PE

Antônio Silvio de Barros Pessôa
Superintendente Estadual
Fabiola Nardoto
Coordenadora

Agência Estadual de Meio Ambiente

CPRH

Simone Nascimento de Souza
Diretora Presidente Estadual
Cinthia Danielle Silva
Coordenadora

PARTICIPANTES INSTITUCIONAIS

Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco

GBMAR

Helder Bezerra Silva

Fundação Joaquim Nabuco

FUNDAJ

Juvenita Lucena de Albuquerque

Ministério da Pesca e Aquicultura

MPA

Patrícia de Queiroga Peló

Secretaria de Turismo de Pernambuco

SETUR/PE

Josefa Amélia de Lucena

Superintendência de Patrimônio da União

SPU/ PE

Edson Cesário Candido
Ilca Priscila Araújo

Secretaria das Cidades de Pernambuco

SECID/PE

Robson Canuto da Silva

Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de

Pernambuco

SEMAS/PE

Alessandra F. Fischer
Eliane Absalão
Luiz Costa
Rodolfo J. V. de Araújo

Núcleo de Gestão Ambiental

FCAP-UPE

Fábio José de Araújo Pedrosa

Laboratório de Geologia e Geofísica Marinha

UFPE

Valdir Vaz Manso





Prefeitura de Olinda

Adryana Cavalcante Rozendo - SEPLAC
Antonio Leandro Tinoco de Lira - SELJ
Cleide Amorim - SEMA
Deana Pontual - SPGE
Edivam José da Silva - SSU
Elizabeth Buonora – SEMA
Gabriela Ribeiro Silva - SEPLAC
Jefferson Alves da Silva - SSU
Jorge Maurício de L. Santos - SSU
Juliana Rezende - SETURDE
Karla Denise Leite M. Fernandes - STT
Luis Goncalves de Barros Netto - SETURDE
Monique Barbosa - SEPLAC
Neide Cirne - SEDO
Newman Belo - SEPLAC
Paula Polo - SELJ
Paulo Dionísio Pimentel - SEPLAC
Renata de Azevedo Ribeiro – SSO (V. Sanitária)
Rita de Cássia Franca Andrade – SSO (V. Sanitária)
Rubem Amorim Santos - SETURDE
Sônia Calheiros - SPGE
Wellington Lima Pereira - SEMA
Zilton Viana – SSU

PARTICIPANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Empresários

Almerindo Vieira
Oscar Augusto Lima Beltrão

Moradores

Admilson Borges da Costa e Silva
Alcidesio Sabino da Silva
Alexandre Félix Angelo da Silva
Alexandre Miranda da Silva
Arthur Araújo
Felipe Santiago
Harelto Gouveia de Moraes Pessoa
Lucas de Souza Pinto
Márcio Jeferson V. Batista
Maria Eliete Costa Prado
Paulo Rogério Pergentino de Lucena
Thiago Henrique A. Souza

Pescadores

Nilson Monteiro A. Silva
Paulo Barbosa de Santana
Rubem Tavares

Esportistas

Célio José da Silva
Epaminondas Carlos de Albuquerque
Graziana Spampinato
José Santiago Oliveira
Rui dos Santos Vasconcelos

Palhoceiros / Ambulantes

José Severino Gonçalves
Maria do Socorro de Souza
Marta Maria Lima da Silva
Mizael P. Barbosa
Moacir Bezerra de Lima
Sérgio Augusto de Araújo

Equipe Técnica da Consultoria

DBF Planejamento e Consultoria Ltda.

Djair Barros Falcão
Maria Carolina da Silva
Renata Simplicio Rodrigues de Lima
Roberto Correia Moretti
Sammy Nafez Abu-Adiya

Design Gráfico

Adryana Rozendo (Capa e Identidade Visual)
Robson Canuto da Silva (Ilustrações)





LISTA DE ACRÔNIMOS

ALEPE	Assembleia Legislativa de Pernambuco
APA	Área de Proteção Ambiental
APAC	Agência Pernambucana de Águas e Clima
APP	Área de Proteção Permanente
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
CBC	Capital Brasileira da Cultura
CBH	Comitês de Bacias de Hidrográficas
CBPMPE	Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
SECID	Secretaria das Cidades
CELPE	Companhia Energética de Pernambuco
CEMIT	Comitê Estadual de Monitoramento de Incidentes com Tubarões
CEVAO	Centro de Vigilância Ambiental de Olinda
CIPOMA	Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente
COMPESA	Companhia Pernambucana de Saneamento
CONDEPE/ FIDEM	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
CONOMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CPPE	Capitania dos Portos de Pernambuco
CPRH	Agência Estadual de Meio Ambiente
DPU	Departamento de informações municipais
FCAP	Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco
GBMar	Grupamento de Bombeiros Marítimo
GRPU	Gerência Regional do Patrimônio da União
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis



IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LGGM	Laboratório de Geologia e Geofísica Marinha
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPF	Ministério Público Federal
MPPE	Ministério Público de Pernambuco
NBR	Norma Brasileira de Regulamentação
NORMAM	Normas da Autoridade Marítima
OEMAs	Órgãos Estaduais de Meio Ambiente
ONG	Organização Não Governamental
PCR	Prefeitura da Cidade do Recife
PGIO	Plano de Gestão Integrada da Orla
PMO	Prefeitura Municipal de Olinda
PMPE	Polícia Militar de Pernambuco
PNGC	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PPA	Plano Plurianual
PPP	Parceria Público Privada
PPSH	Plano de Preservação de Sítios Históricos
RMR	Região Metropolitana do Recife
SAJ	Secretaria de Assuntos Jurídicos de Olinda
SDS	Secretaria de Defesa Social de Pernambuco



SDSCDH	Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos de Olinda
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECID	Secretaria das Cidades de Pernambuco
SECOM	Secretaria de Comunicação de Olinda
SEFAD	Secretaria da Fazenda e Administração de Olinda
SEGOV	Secretaria de Governo
SELJ	Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude de Olinda
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente de Olinda
SEMAS	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SEDO	Secretaria de Educação de Olinda
SEO	Secretaria de Obras de Olinda
SEPAC	Secretaria de Patrimônio e Cultura de Olinda
SEPLAC	Secretaria de Planejamento e Controle Urbano de Olinda
SETUR	Secretaria de Turismo de Pernambuco
SETURDE	Secretaria de Turismo, Desenvolvimento Econômico e Tecnologia de Olinda
SJDH	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos
SMCQ	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
SPA	Superintendência da Pesca e Aquicultura
SPGE	Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica de Olinda
SPU	Superintendência do Patrimônio da União
SSO	Secretaria de Saúde de Olinda
SSP	Secretaria de Serviços Públicos de Olinda
SSU	Secretaria de Segurança Urbana de Olinda
STT	Secretaria de Transporte e Trânsito
UEs	Unidades de Esgotamento



UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNESCO	Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization)
UPE	Universidade de Pernambuco
VISA	Vigilância Sanitária de Olinda
Z-4	Colônia de Pescadores / Carmo
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social
ZPAE	Zona de Proteção Ambiental Especial



LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização do município de Olinda, dentro da Mesorregião Metropolitana do Recife. Fonte: Departamento de informações municipais/ DPU, Janeiro/2015.....	5
Figura 2. Divisão de unidades e território de atuação do Projeto Orla de Olinda. Fonte: Diretoria de Planejamento Urbano – DPU, Janeiro/2015.	6
Figura 3. Unidade I, dividida em 03 trechos. Fonte: Diretoria de Planejamento Urbano – DPU, Janeiro/2015.....	7
Figura 4. Unidade II, dividida em 03 trechos. Fonte: Diretoria de Planejamento Urbano – DPU, Janeiro/2015.....	8
Figura 5. Unidade III, dividida em 03 trechos. Fonte: Diretoria de Planejamento Urbano – DPU, Janeiro/2015.....	9
Figura 6. Unidade IV, dividida em 02 trechos. Fonte: Diretoria de Planejamento Urbano – DPU, Janeiro/2015.	10
Figura 7. Unidade V, dividida em 04 trechos. Fonte: Diretoria de Planejamento Urbano – DPU, Janeiro/2015.	11
Figura 8. Atributo natural/paisagístico – Unidade 1 – Trecho 1.....	13
Figura 9. Atributos socioeconômicos – Unidade 1 – Trecho 1.	13
Figura 10. Atributos naturais/paisagísticos – Unidade 1 – Trecho 2.	14
Figura 11. Atributo socioeconômico – Unidade 1 – Trecho 2.....	14
Figura 12. Atributo natural/paisagístico – Unidade 1 – Trecho 3.....	15
Figura 13. Atributo socioeconômico – Unidade 1 – Trecho 3.....	15
Figura 14. Atributo natural/paisagístico – Unidade 2 – Trecho 1.....	16
Figura 15. Atributo socioeconômico – Unidade 2 – Trecho 1.....	16
Figura 16. Atributo natural/paisagístico – Unidade 2 – Trecho 2.....	17
Figura 17. Atributo socioeconômico – Unidade 2 – Trecho 2.....	17
Figura 18. Atributo natural/paisagístico – Unidade 2 – Trecho 3.....	18
Figura 19. Atributo socioeconômico – Unidade 2 – Trecho 3.....	18
Figura 20. Atributo natural/paisagístico – Unidade 3 – Trecho 1.....	19
Figura 21. Atributo socioeconômico – Unidade 3 – Trecho 1.....	19
Figura 22. Atributo natural/paisagístico – Unidade 3 – Trecho 2.....	20
Figura 23. Atributo socioeconômico – Unidade 3 – Trecho 2.....	20
Figura 24. Atributo natural/paisagístico – Unidade 3 – Trecho 3.....	21
Figura 25. Atributo socioeconômico – Unidade 3 – Trecho 3.....	21
Figura 26. Atributo natural/paisagístico – Unidade 4 – Trecho 1.....	22
Figura 27. Atributo socioeconômico – Unidade 4 – Trecho 1.....	22
Figura 28. Atributo natural/paisagístico – Unidade 4 – Trecho 2.....	23
Figura 29. Atributo socioeconômico – Unidade 4 – Trecho 2.....	23
Figura 30. Atributo natural/paisagístico – Unidade 5 – Trecho 1.....	24
Figura 31. Atributo socioeconômico – Unidade 5 – Trecho 1.....	24
Figura 32. Atributo natural/paisagístico – Unidade 5 – Trecho 2.....	25



Figura 33. Atributo socioeconômico – Unidade 5 – Trecho 2.....	25
Figura 34. Atributo natural/paisagístico – Unidade 5 – Trecho 3.....	26
Figura 35. Atributo socioeconômico – Unidade 5 – Trecho 3.....	26
Figura 36. Atributo natural/paisagístico – Unidade 5 – Trecho 4.....	27
Figura 37. Zonas estabelecidas na Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo do Município de Olinda, que estão contidas na orla delimitada.....	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Classificação, características e diretrizes estratégicas adotadas no PGIO.....	12
Quadro 2. Linhas de Ação Prioritárias - Detalhamento.....	90
Quadro 3. Linhas de Ação Prioritárias - Resumo.....	91
Quadro 4. Composição do Pré-Comitê Gestor da Orla.....	106
Quadro 5. Atribuição dos Agentes Públicos com atuação na orla.....	109



SUMÁRIO

LISTA DE ACRÔNIMOS	i
LISTA DE FIGURAS.....	v
LISTA DE QUADROS	vi
SUMÁRIO.....	vii
APRESENTAÇÃO	1
1. INTRODUÇÃO	1
2. OBJETIVO.....	2
2.1 Objetivo Geral	2
2.2 Objetivos Específicos	3
3. IDENTIFICAÇÃO DO EXECUTOR	3
4. LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE GESTÃO INTEGRADA	4
5. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO / CLASSIFICAÇÃO	12
5.1 Atributos naturais, paisagísticos e socioeconômicos	12
5.1.1 Unidade 01.....	13
5.1.2 Unidade 02.....	16
5.1.3 Unidade 03.....	19
5.1.4 Unidade 04.....	22
5.1.5 Unidade 05.....	24
5.2 Identificação dos Problemas de Uso e Ocupação da Orla, Fatores Geradores, Impactos e atores envolvidos	27
5.2.1 Unidade 01.....	28
5.2.2 Unidade 02.....	30
5.2.3 Unidade 03.....	33
5.2.4 Unidade 04.....	35
5.2.5 Unidade 05.....	38
5.3 Divisão Territorial da Orla de Olinda	43
6. CENÁRIOS PARA A ORLA.....	47





7.	AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS	90
8.	ESTRATÉGIAS PARA IMPLANTAÇÃO DO PLANO	105
8.1	Formas para Legitimação do Plano.....	107
8.2	Mecanismos para Envolvimento da Sociedade.....	107
8.3	Formação do Comitê Gestor da Orla	108
8.4	Alternativas de Articulação Política	108
9.	SUBSÍDIOS E MEIOS EXISTENTES.....	110
9.1	Base Legal Prevista para as Ações Normativas	110
9.2	Base Institucional para Executar as Ações Previstas.....	112
9.3	Fóruns de Decisão Existentes no âmbito do Plano	113
9.4	Instrumentos Gerenciais e Normativos Locais Existentes.....	113
9.5	Material Técnico Científico Disponível (Referências Bibliográficas).....	114
10.	MONITORAMENTO	115
10.1	Sistemática de Acompanhamento, Avaliação e Revisão do Plano	115
10.2	Relatórios de Acompanhamento e Avaliação.....	115
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
	ANEXOS	119



APRESENTAÇÃO

Este documento trata do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – PROJETO ORLA, e representa o primeiro produto sistematizado com base nas oficinas realizadas nos meses de novembro e dezembro de 2014. Apresenta-se, no corpo deste documento, o Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima para o município de Olinda – PE. O referido plano abrange o diagnóstico, as análises e as ações propostas para a gestão da orla do município.

O Plano de Gestão Integrada tem como foco o ordenamento da orla municipal e sua gestão. No nível mais concreto, busca agregar-se ao conjunto de planos, projetos e instrumentos que a Prefeitura Municipal de Olinda - PMO vem desenvolvendo com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do município. Entre outros, pode-se destacar o Plano Diretor do município cuja revisão está prevista para 2015.

O documento faz uma breve introdução apresentando o Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima, seu desenho institucional e objetivos estratégicos. Em seguida apresentam-se os objetivos (geral e específicos), a identificação do executor, a localização e caracterização da área de gestão integrada, a síntese do diagnóstico e os cenários para a Orla de Olinda.

Dando sequência ao documento, são apresentadas as propostas de ação e medidas estratégicas para resolução dos problemas identificados no diagnóstico realizado. Nessa seção, para cada atividade das linhas de ação sugeridas, apresenta-se uma descrição das atividades, os prazos e os responsáveis por sua execução.

Em seguida são apresentadas as estratégias para implantação do plano de gestão, definindo as formas para legitimação deste, os mecanismos para envolvimento da sociedade, a formação do pré-comitê gestor da orla e as alternativas de articulação política.

Após isso, são explicitadas as estratégias para execução do plano, dividindo-se em estratégias para execução e subsídios e meios existentes para tal, tais como: base legal e institucional para execução das ações previstas, fóruns e instâncias de decisão, instrumentos gerenciais e normativos locais existentes, bancos de dados e materiais técnico-científicos disponíveis.

Por fim, se estabelece a dinâmica de monitoramento do plano junto com a sistemática de acompanhamento, avaliação, revisão e formas de divulgação das ações previstas.

1. INTRODUÇÃO

O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla) é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) em parceria com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), que tem como principal objetivo promover o



disciplinamento de usos da orla marítima brasileira de forma coordenada com os mais diferentes interesses políticos, sociais, econômicos e ambientais. A partir disto, almeja-se um modelo de gestão, onde as responsabilidades sejam compartilhadas pelas três esferas de poder e pelos diversos atores sociais que convivem neste espaço territorial.

O seu desenho institucional se orienta no sentido da descentralização de ações de planejamento e gestão deste espaço, da esfera federal para a do município, e articula Secretarias e Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs), Superintendências do Patrimônio da União (SPUs), administrações municipais e organizações não governamentais locais, e outras entidades e instituições relacionadas ao patrimônio histórico, artístico e cultural, a questões fundiárias, a atividades econômicas específicas - como portuárias ou relativas à exploração petrolífera, cuja atuação tenha rebatimento destacado naquele espaço.

São objetivos estratégicos do Projeto Orla o fortalecimento da capacidade de atuação e a articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla; o desenvolvimento de mecanismos institucionais de mobilização social para sua gestão integrada; e o estímulo de atividades socioeconômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da orla.

Este Plano de Gestão Integrada para a Orla do município de Olinda resulta de esforços empreendidos pela Prefeitura Municipal de Olinda, por meio de suas Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade e Secretaria de Planejamento e Controle Urbano, Governo do Estado de Pernambuco, por meio de sua Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), Ministério do Planejamento, por meio de sua Superintendência de Patrimônio da União (SPU/PE), e dos diversos atores da sociedade civil que atuam para a melhoria das condições ambientais e socioeconômicas do município.

2. OBJETIVO

2.1 Objetivo Geral

O Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima do Município de Olinda tem como objetivo geral apresentar as bases para promover o desenvolvimento sustentável desse espaço, através da participação ativa dos usuários deste território na identificação, reconhecimento e avaliação dos problemas e conflitos existentes, bem como na proposição de medidas para resolução dos conflitos através de ações coordenadas que envolvam os aspectos do ambiente natural e urbano, e que estejam compatíveis com as políticas ambientais e patrimoniais nos níveis federal, estadual e municipal e sejam passíveis de monitoramento.



2.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar os aspectos geográficos, políticos, legais, históricos, ambientais, estruturais, sociais e econômicos que repercutem sobre os processos de uso e ocupação da orla do município.
- Delimitar a Orla do município de Olinda, dividindo-a em unidades e trechos visando à caracterização distinta de suas configurações, padrões de uso e ocupação, problemas e potenciais existentes.
- Classificação dos trechos estabelecidos de acordo com a qualidade de seus atributos naturais e tendência de ocupação a fim de orientar as ações propostas.
- Propor ações e medidas estratégicas que visem a solução para os problemas identificados, promovendo, assim, o incentivo de atividades compatíveis com o uso pretendido.
- Estabelecer as estratégias para implantação do Plano de Gestão Integrada da Orla.
- Definir um processo de monitoramento considerando critérios e indicadores dos resultados da implementação do Plano.
- Propor a criação de um comitê gestor para a orla.
- Definir meios para o acompanhamento, avaliação e revisão do Plano de Gestão Integrada da orla, bem como um cronograma geral para as atividades.

3. IDENTIFICAÇÃO DO EXECUTOR

Considerando a estrutura de gestão da Prefeitura Municipal de Olinda e a participação dos diversos grupos locais nas discussões das questões relacionadas à orla do referido município, a execução do Plano de Gestão Integrada da Orla deverá ser assumida de forma compartilhada pelos diversos órgãos públicos municipais e pelos representantes da sociedade civil. A listagem abaixo apresenta uma relação mínima de atores envolvidos na execução do Plano.

Executor:	• Prefeitura Municipal de Olinda – PMO
------------------	--

Co-executores:	• Secretaria da Fazenda e Administração - SEFAD	• Secretaria de Meio Ambiente – SEMA
	• Secretaria de Assuntos Jurídicos - SAJ	• Secretaria de Obras – SEO
	• Secretaria de Comunicação - SECOM	• Secretaria de Patrimônio e Cultura – SEPAC
	• Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos - SDSCDH	• Secretaria de Planejamento e Controle Urbano – SEPLAC
	• Secretaria de Educação - SEDO	• Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica – SPGE
	• Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude – SELJ	• Secretaria de Saúde de Olinda – SSO
	• Secretaria de Governo- SEGOV	• Secretaria de Segurança Urbana – SSU



Parceiros do PGIO de Olinda:	• Mais Parques – Olinda	• Ministério do Planejamento - Superintendência de Patrimônio da União (SPU/PE)
	• Coletivo Amigos da Praia	• Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco (SEMAS)
	• Núcleo de Gestão Ambiental – FCAP/UPE	• Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) - Superintendência da Pesca e Aquicultura (SPA/PE)
	• Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBPMPE)	• Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA)
	• Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – Superintendência de Pernambuco	• Colônia de Pescadores Z-4
	• Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH)	• Universidade Federal de Pernambuco / Laboratório de Geologia e Geofísica Marinha (UFPE/LGGM)

4. LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE GESTÃO INTEGRADA

A área de atuação localiza-se no território de Olinda, município da Mesorregião Metropolitana do Recife e Microrregião do Recife (Figura 1), situado a 6 km da capital do estado. O território do município corresponde a uma área de 41,70 km². Destes, 36,38 km² são áreas urbanas, e 5,32 km² área rural (PMO, 2015), evidenciando uma cidade eminentemente urbana. O município de Olinda limita-se a Norte com o município de Paulista, a Sul e Oeste com o município de Recife e a Leste com o Oceano Atlântico.

Olinda é o terceiro município mais populoso do Estado de Pernambuco. Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população em 2014 era de 388.821 habitantes e sua densidade demográfica era de 9.063,58 hab./km².



Figura 1. Localização do município de Olinda, dentro da Mesorregião Metropolitana do Recife. Fonte: Departamento de Informações Municipais/ DPU, Janeiro/2015.

O município de Olinda destaca-se nacionalmente e internacionalmente pela sua grandiosa riqueza histórico-cultural, sendo uma das mais preservadas cidades coloniais do país. Em 1982, recebeu o título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, concedido pela Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas (UNESCO), e, em 2005, foi eleita a 1ª Capital Brasileira da Cultura, pela ONG Capital Brasileira da Cultura (CBC). No tocante à economia do município, destacam-se as atividades ligadas ao setor de serviços, notadamente relacionadas ao comércio e turismo.

Com o propósito de definir o território objeto do planejamento proposto neste documento, foram apresentadas e discutidas diretrizes para demarcação e delimitação da faixa de orla municipal com os diversos atores presentes nas oficinas do Projeto Orla. Com base nos parâmetros pactuados com a Prefeitura Municipal de Olinda, Secretaria do Patrimônio da União – SPU e Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMAS e Sociedade Civil (participantes das oficinas), foi estabelecida a divisão da orla em 05 Unidades, conforme mapa apresentado na Figura 2. Essas unidades estão subdivididas em 15 trechos e encontram-se caracterizadas através de mapas e memoriais apresentados em seguida.

Ressalta-se que o território para o plano proposto tem uma faixa de abrangência territorial (o istmo, o coqueiral, o lotes lindeiros à orla e as comunidades da Ilha do Maruim e Maclaren) e marítima (200m da faixa de areia em direção ao mar).



Figura 2. Divisão de unidades e território de atuação do Projeto Orla de Olinda. Fonte: Diretoria de Planejamento Urbano – DPU, Janeiro/2015.



Figura 3. Unidade I, dividida em 03 trechos. Fonte: Diretoria de Planejamento Urbano – DPU, Janeiro/2015.

A Unidade I estende-se da Ponta do Istmo de Olinda até a Praia dos Milagres (em frente à Praça dos Milagres), conforme apresentado na Figura 3. O limite territorial desta Unidade segue pela Av. Olinda, desde no sentido sudeste pelo muro do antigo Quartel até encontrar a R. Onze de Agosto, seguindo pelas vias R. ALS, R. Quinze de Novembro, Av. Joaquim Nabuco, R. Santos Dumont e Tv. Cruz dos Milagres. A Unidade I foi dividida em 03 trechos. O Trecho 01 vai da Ponta do Istmo até o encontro do Rio Beberibe com o Canal da Malária, incluindo a área do Coqueiral. O Trecho 02 vai do Canal da Malária até o Mangue de Santa Tereza, abrangendo a Comunidade Ilha do Marujim. O Trecho 03 vai do Mangue de Santa Tereza até a Praia dos Milagres.

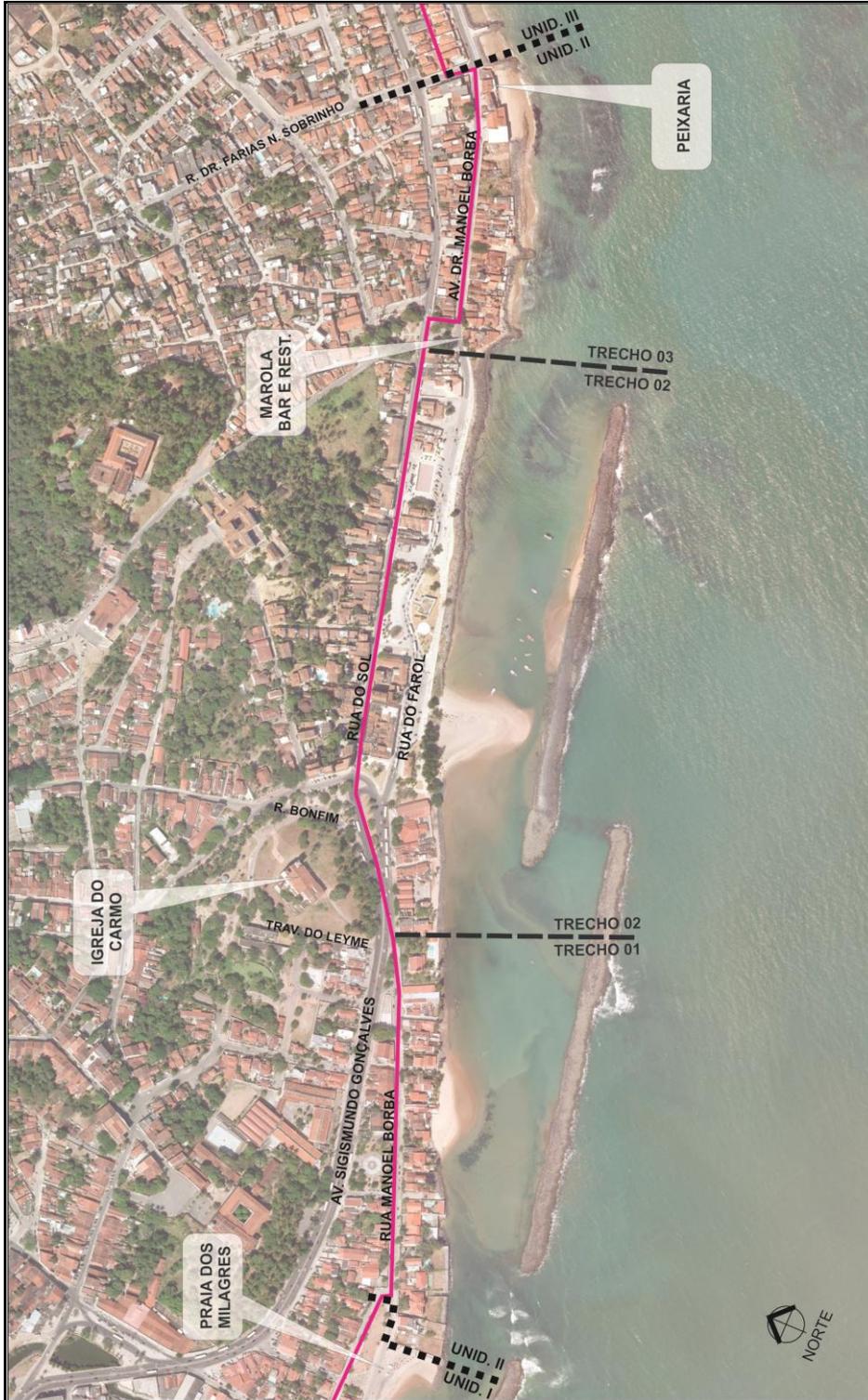


Figura 4. Unidade II, dividida em 03 trechos. Fonte: Diretoria de Planejamento Urbano – DPU, Janeiro/2015.

A Unidade II estende-se da Praia dos Milagres até a Peixaria (Rua Dr. Farias Neves Sobrinho), conforme apresentado na Figura 4. O limite territorial da Unidade II segue pelas seguintes vias: R. Manoel Borba, R. do Sol e R. do Farol. A Unidade II foi dividida em 3 trechos. O Trecho 01 vai da Praia dos Milagres até a Travessa do Layme. O Trecho 02 vai do Bar Marola. O Trecho 03 vai do Bar Marola até a Peixaria.



Figura 6. Unidade IV, dividida em 02 trechos. Fonte: Diretoria de Planejamento Urbano – DPU, Janeiro/2015.

A Unidade IV estende-se da Rua Tertuliano Francisco Feitosa até a Rua Joana D'Arc Sampaio, conforme apresentado na Figura 6. O limite territorial desta Unidade segue pelos lotes ladeados à Avenida Beira Mar. A Unidade IV foi dividida em 02 trechos. O Trecho 01 vai da R. Tertuliano Francisco Feitosa até a R. Alcina Coelho Carvalho. O Trecho 02 vai da R. Alcina Coelho Carvalho até a R. Joana D'Arc Sampaio.



Figura 7. Unidade V, dividida em 04 trechos. Fonte: Diretoria de Planejamento Urbano – DPU, Janeiro/2015.

A Unidade V estende-se da Rua Joana D'Arc Sampaio até a Foz do Rio Paratibe. Essa Unidade abrange a Comunidade denominada McLaren, conforme apresentado na Figura 7. O limite territorial desta Unidade segue pelas vias R. Joana D'arc Sampaio, Av. Gov. Carlos de Lima Cavalcante, R. Alm. Álvaro Guimarães, R. José Cipriano da Silva, R. Nunes Queiroz e R. B7. A Unidade V foi dividida em 04 trechos. O Trecho 01 inicia-se a partir da R. Joana D'Arc Sampaio, seguindo pelos lotes lindeiros à Av. Beira Mar. O Trecho 02 começa a partir da R. Belo Horizonte (na altura da Capela de Rio Doce), seguindo pela R. Álvaro Guimarães até a R. José Cipriano da Silva. O Trecho 03 inicia-se na Rua Nunes Queiroz até a Foz do Paratibe. Esse Trecho segue em direção oeste até o Canal Bultrins-Fragoso. O Trecho 04 engloba a Comunidade McLaren tendo como limites o Canal Bultrins-Fragoso, o Canal das Tintas e a R. B7.



5. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO / CLASSIFICAÇÃO

Este item apresenta a síntese dos dados coletados e as observações feitas durante o diagnóstico de campo realizado pelos participantes no período das oficinas para elaboração do PGIO. Em resumo, são descritas as informações referentes aos atributos naturais e paisagísticos percebidos pelos participantes, as atividades socioeconômicas exercidas e os impactos provenientes dos diversos usos da orla. Após a realização do diagnóstico foi realizada uma classificação dos trechos estabelecidos na orla. Tal classificação foi realizada com base no Manual de Gestão do Projeto Orla (Projeto Orla, 2002), levando em consideração o estado dos atributos naturais e tendências de ocupação do trecho. Essas informações contribuíram na definição de diferentes estratégias de intervenção na orla, conforme as diretrizes explicitadas no Quadro 1.

Quadro 1. Classificação, características e diretrizes estratégicas adotadas no PGIO.

		CARACTERÍSTICAS	DIRETRIZES ESTRATÉGICAS
CLASSIFICAÇÃO	“A”	Paisagem rústica, com baixíssima ocupação, paisagens com alto grau de originalidade e baixo potencial de poluição.	Preservação e conservação das características naturais devem ser priorizadas.
	“B”	Paisagem semirrústica, de baixo a médio adensamento de construções e população residente, com indicio de ocupação recente, paisagens parcialmente antropizadas e médio potencial de poluição, podendo incluir orlas de interesse especial.	Devem ser estimulados usos compatíveis com a conservação da qualidade ambiental e que tragam baixo potencial de impactos.
	“C”	Paisagem tipicamente urbana, consolidada ou em final de transformação. Apresenta médio a alto adensamento de construções e populações residentes, com paisagens antropizadas, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição – sanitária, estética, sonora e/ou visual.	Os usos destas áreas são predominantemente humanos. Tratam-se de espaços onde a prática do planejamento corretivo deve ser adotada.

5.1 Atributos naturais, paisagísticos e socioeconômicos

Com as unidades devidamente classificadas, uma descrição dos atributos naturais, paisagísticos e socioeconômicos foi desenvolvida durante as atividades realizadas nas oficinas. A síntese das informações foi dividida por unidades/trechos e são apresentadas a seguir.



5.1.1 Unidade 01

Trecho 1.1	Classificação: A
-------------------	-------------------------

Início do Trecho: Ponta do Istmo

Fim do Trecho: Encontro do rio Beberibe com o Canal da Malária

Atributos Naturais / Paisagísticos:

O Trecho é composto por uma diversidade de ambientes incluindo uma vegetação de restinga, dunas e manguezal nas margens do rio Beberibe. Apresenta uma extensa faixa de areia, protegida no alto da praia por um paredão de pedras escalonadas. Nesse Trecho a praia denominada de Del Chifre possui mar aberto. A sul estão localizadas as ruínas do Forte do Buraco onde se contempla da cidade do Recife.



Figura 8. Atributo natural/paisagístico – Unidade 1 – Trecho 1.

Atributos Socioeconômicos:

Destacam-se como atividades identificadas, a pesca esportiva na praia e o fundeio e manutenção de embarcações envolvidas na pesca artesanal. Não foram identificados outros tipos de atividades nesse trecho da orla. A praia é pouco visitada e pouco utilizada por moradores do entorno.



Figura 9. Atributos socioeconômicos – Unidade 1 – Trecho 1.



Trecho 1.2

Classificação: B

Início do Trecho: Canal da Malária

Fim do Trecho: Mangue de Sta. Tereza

Atributos Naturais / Paisagísticos:

O Trecho é composto por uma vegetação de restinga rasteira e manguezal presente ao longo do Canal da Malária, onde também se encontra o manguezal de Santa Tereza, em bom estado de conservação. A praia Del Chifre apresenta uma extensa faixa de areia. O acesso à praia é limitado pelo Canal da Malária e se dá através de pontilhões localizados na comunidade denominada Ilha do Maruim. Desse Trecho se tem uma visão contemplativa do Sítio Histórico de Olinda.



Figura 10. Atributos naturais/paisagísticos – Unidade 1 – Trecho 2.

Atributos Socioeconômicos:

As atividades realizadas nesse Trecho são relacionadas à pesca (captura e comércio de pescados, fundeio e manutenção de embarcações). A praia é pouco visitada e é utilizada por moradores do entorno.



Figura 11. Atributo socioeconômico – Unidade 1 – Trecho 2.



Trecho 1.3

Classificação: B/C

Início do Trecho: Mangue de Santa Tereza

Fim do Trecho: Praia dos Milagres

Atributos Naturais / Paisagísticos:

O Trecho é composto por mar aberto e no alto da praia por rochas utilizadas para formação de um enrocamento de proteção e areia, formando uma faixa de praia de largura regular. Além do enrocamento também há quebra-mar que protege aproximadamente metade do Trecho, que possui vista para a área portuária do Recife e Sítio Histórico de Olinda.



Figura 12. Atributo natural/paisagístico – Unidade 1 – Trecho 3.

Atributos Socioeconômicos:

As atividades realizadas nesse Trecho são basicamente ligadas ao comércio (com a presença de barracas na praia), serviços (instituições públicas) e moradia. A praia é bem visitada pelos moradores do entorno.



Figura 13. Atributo socioeconômico – Unidade 1 – Trecho 3.



5.1.2 Unidade 02

Trecho 2.1	Classificação: C
-------------------	-------------------------

Início do Trecho: Praça dos Milagres

Fim do Trecho: Travessa do Layme

Atributos Naturais / Paisagísticos:

O Trecho tem uma pequena faixa de areia, conhecida como “Praia do L”. Existe um enrocamento de proteção para as casas localizadas à beira mar, além de quebra-mar para maior proteção da costa em relação às ondas. A sul desse Trecho, se tem uma visão contemplativa da cidade do Recife.



Figura 14. Atributo natural/paisagístico – Unidade 2 – Trecho 1.

Atributos Socioeconômicos:

Nesse Trecho da orla, há uma predominância de edificações com a finalidade de moradia. O uso da praia se restringe à “Praia do L”. É possível observar a presença de pescadores ao longo do Trecho.



Figura 15. Atributo socioeconômico – Unidade 2 – Trecho 1.



Trecho 2.2

Classificação: C

Início do Trecho: Travessa do Layme

Fim do Trecho: Bar Marola

Atributos Naturais / Paisagísticos:

Trecho com pequena faixa de areia protegida por quebra-mares. Essa área fica localizada atrás do Cine Olinda e Correios. O potencial paisagístico é enorme, sendo possível observar, a partir desse Trecho, o sítio histórico de Olinda (a Oeste), e a cidade do Recife (a Sul).



Figura 16. Atributo natural/paisagístico – Unidade 2 – Trecho 2.

Atributos Socioeconômicos:

As atividades realizadas nesse Trecho estão relacionadas ao turismo, comércio e pesca. Existem barracas de praia no local, porém sem ordenamento. Pode-se perceber a presença de várias embarcações de pesca que ancoram e descarregam o pescado nesse Trecho. A praia é muito frequentada, notadamente, nos finais de semana.



Figura 17. Atributo socioeconômico – Unidade 2 – Trecho 2.



Trecho 2.3

Classificação: C

Início do Trecho: Bar Marola

Fim do Trecho: Peixaria (Rua Dr. Farias Neves Sobrinho)

Atributos Naturais / Paisagísticos:

Trecho de mar aberto com pequena faixa de areia, localizado atrás do antigo “Luar de Prata”. Apresenta bom potencial paisagístico, sendo possível observar parte do Sítio Histórico de Olinda (a Oeste) e a cidade do Recife (a Sul).



Figura 18. Atributo natural/paisagístico – Unidade 2 – Trecho 3.

Atributos Socioeconômicos:

Nesse Trecho, ocorre uma predominância de habitações com a finalidade de moradia. O enrocamento de proteção encontra-se bastante degradado. Observa-se a presença de banhistas na faixa de areia desse Trecho. É possível identificar a presença de pescadores no local.



Figura 19. Atributo socioeconômico – Unidade 2 – Trecho 3.



5.1.3 Unidade 03

Trecho 3.1	Classificação: C
-------------------	-------------------------

Início do Trecho: 1° Espigão (após a Peixaria – Proximidades da Rua Dr. Farias Neves Sobrinho)

Fim do Trecho: 10° Espigão (em frente ao Bar Espigão – Imóvel nº 58)

Atributos Naturais / Paisagísticos:

O Trecho é composto por espigões com proteção de pedras no alto da praia. Apresenta faixa estreita de areia e algumas escadas de acesso. A área do calçadão não é arborizada. A ciclovia tem início nesse Trecho.



Figura 20. Atributo natural/paisagístico – Unidade 3 – Trecho 1.

Atributos Socioeconômicos:

Nesse Trecho, são realizadas atividades de pesca amadora, comércio e serviços (composto, principalmente por bares, restaurantes e comércio informal). A orla é visitada por moradores que utilizam o calçadão e por frequentadores dos bares e restaurantes. Existe ocupação dos espigões por parte dos bares.



Figura 21. Atributo socioeconômico – Unidade 3 – Trecho 1.



Trecho 3.2

Classificação: C

Início do Trecho: 10° Espigão (em frente ao imóvel nº 58)

Fim do Trecho: 20° Espigão (em frente à imóvel nº1.161)

Atributos Naturais / Paisagísticos:

O Trecho é composto por espigões com proteção de pedras no alto da praia. Não apresenta faixa de areia e escadas de acesso à praia. Área do calçadão arborizado em alguns pontos, com aparelhos de ginástica e parque infantil. Trecho com ciclovia.



Figura 22. Atributo natural/paisagístico – Unidade 3 – Trecho 2.

Atributos Socioeconômicos:

Nesse Trecho, são realizadas atividades de pesca amadora, comércio e serviços (composto, principalmente, por bares, restaurantes, pousadas/hotéis e comércio informal). A orla é visitada por moradores que utilizam o calçadão, os parques infantis, os aparelhos de ginástica e por frequentadores dos bares e restaurantes.



Figura 23. Atributo socioeconômico – Unidade 3 – Trecho 2.



Trecho 3.3

Classificação: C

Início do Trecho: 22° Espigão (em frente ao imóvel nº 1.161)

Fim do Trecho: Rua Tertuliano Francisco Feitosa

Atributos Naturais / Paisagísticos:

Parte do Trecho é composto por espigões com proteção de pedras no alto da praia, sendo o último prolongado, delimitando a parte da orla que é protegida por quebra-mares. A praia apresenta estreita faixa de areia em frente aos espigões e na área protegida pelo quebra-mar. A faixa de areia se alarga em frente ao antigo Quartel do Exército (praça do quartel). Junto ao quebra-mar existe um assoreamento, caracterizando uma pequena ilha, denominado de “prainha” pelos usuários. Nesse Trecho há escadas e uma rampa de acesso. Área do calçadão arborizada, com aparelhos de ginástica, parque infantil, quiosques e bicicletário. Trecho com ciclovia.



Figura 24. Atributo natural/paisagístico – Unidade 3 – Trecho 3.

Atributos Socioeconômicos:

Nesse Trecho, são realizadas atividades de pesca amadora, comércio e serviços (composto por bares, restaurantes, pousadas/hotéis, comércio informal e palhoceiros) e prática esportiva (náutica, na areia e no calçadão). A praia é bem visitada, os frequentadores utilizam o calçadão, areia, mar, bares, restaurantes. Nesse Trecho, identificou-se uma área na praia utilizada para guarda de barcos, caiaques e pranchas que servem para prática de esportes náuticos.



Figura 25. Atributo socioeconômico – Unidade 3 – Trecho 3.



5.1.4 Unidade 04

Trecho 4.1	Classificação: C
-------------------	-------------------------

Início do Trecho: Rua Tertuliano Francisco Feitosa

Fim do Trecho: Rua Alcina Coelho Carvalho

Atributos Naturais / Paisagísticos:

O Trecho é composto, em sua maioria, por um enrocamento de pedras no alto da praia para proteção ao calçadão e por quebra-mar para diminuir o impacto das ondas. Possui apenas uma estreita faixa de areia. O acesso à praia é feito por meio de escadarias. Trecho com vários edifícios na orla.



Figura 26. Atributo natural/paisagístico – Unidade 4 – Trecho 1.

Atributos Socioeconômicos:

Trecho de orla com predominância de edifícios residenciais. A praia é bem movimentada, predomina a atividade de comércio, serviços e lazer. Os frequentadores utilizam o calçadão.



Figura 27. Atributo socioeconômico – Unidade 4 – Trecho 1.



Trecho 4.2

Classificação: C

Início do Trecho: Rua Alcina Coelho Carvalho

Fim do Trecho: Rua Joana D'Arc Sampaio

Atributos Naturais / Paisagísticos:

O Trecho é protegido por quebra-mar, apresenta praia com ampla faixa de areia. Trecho com presença de edifícios com o maior gabarito da orla.



Figura 28. Atributo natural/paisagístico – Unidade 4 – Trecho 2.

Atributos Socioeconômicos:

Nesse Trecho da orla, há uma predominância de edifícios e casas residenciais. Na praia, predomina a atividade de comércio, serviços e lazer. Praia com diversidade de usos de forma desordenada (comércio informal, barracas, cadeiras, banhistas, esportistas, etc.). Identificaram-se duas áreas na praia utilizadas para guarda de barcos, caiaques e pranchas que servem para prática de esportes náuticos e pesca.



Figura 29. Atributo socioeconômico – Unidade 4 – Trecho 2.



5.1.5 Unidade 05

Trecho 5.1	Classificação: C
-------------------	-------------------------

Início do Trecho: Rua Joana D'Arc Sampaio

Fim do Trecho: Capela Santana de Rio Doce (R. Belo Horizonte)

Atributos Naturais / Paisagísticos:

O Trecho é composto, em sua maioria, por um enrocamento de pedras no alto da praia e quebra-mar para proteger do impacto das ondas. Possui pequena faixa de areia. Apresenta área restrita com vegetação rasteira e arbórea.



Figura 30. Atributo natural/paisagístico – Unidade 5 – Trecho 1.

Atributos Socioeconômicos:

Nesse Trecho da orla, há uma predominância de edifícios e casas com a finalidade de moradia. Na praia, predominam as atividades de comércio, serviços e lazer. A praia é bem movimentada. Existe uma marina, localizada em imóvel a beira-mar e uma área na faixa de areia utilizada para guarda de barcos de maior porte, que servem a prática de esportes náuticos.



Figura 31. Atributo socioeconômico – Unidade 5 – Trecho 1.



Trecho 5.2

Classificação: C

Início do Trecho: Capela Santana de Rio Doce (R. Belo Horizonte)

Fim do Trecho: Limite do último lote de casas antes da Foz do Rio Paratibe

Atributos Naturais / Paisagísticos:

Presença de enrocamento de pedras no alto da praia e por quebra-mar para diminuir o impacto das ondas. Praia com razoável faixa de areia. No mar, existência de recifes de arenito e piscinas naturais.



Figura 32. Atributo natural/paisagístico – Unidade 5 – Trecho 2.

Atributos Socioeconômicos:

Nesse Trecho da orla, há uma predominância de casas residenciais. No mar, em área conhecida como Porto de Rio Doce, são fundeadas embarcações utilizadas na pesca artesanal. Identificou-se também que estava em andamento projeto da Prefeitura para revitalização da orla.



Figura 33. Atributo socioeconômico – Unidade 5 – Trecho 2.



Trecho 5.3

Classificação: B

Início do Trecho: Limite do último lote de casas antes da Foz do Rio Paratibe (Rua Nunes Queiroz)

Fim do Trecho: Foz do rio Paratibe na direção norte e na direção oeste até o Canal Bultrins-Fragoso

Atributos Naturais / Paisagísticos:

Trecho de estuário onde localiza-se a foz do Rio Paratibe. Nota-se a presença de um espigão que se prolonga delineando a saída do rio para o mar (guia de corrente) e de um quebra-mar para diminuir o impacto das ondas. Possui faixa de areia com segmentos recobertos por vegetação rasteira e alguns coqueiros. Na parte mais interna do estuário, identifica-se a presença de mangue. Trecho com beleza cênica destacada.



Figura 34. Atributo natural/paisagístico – Unidade 5 – Trecho 3.

Atributos Socioeconômicos:

Por se tratar de uma área estuarina, esse Trecho não é ocupado com edificações. As atividades de lazer caracterizam-se pela contemplação da paisagem, pesca (de forma pontual) e atividades culturais no entorno da estátua da Iemanjá.



Figura 35. Atributo socioeconômico – Unidade 5 – Trecho 3.



Trecho 5.4	Classificação: B/C
Início do Trecho: Fim do Trecho:	Engloba a Comunidade McLaren tendo como limites o Canal Bultrins-Fragoso, o Canal das Tintas e a R. B7

Atributos Naturais / Paisagísticos:

Área de estuário, com alguma vegetação de manguezal situada entre os cursos d'água (Canal das Tintas e Canal Bultrins-Fragoso) que configura APP. Encontra-se fragmentada por ocupações de baixa renda.



Figura 36. Atributo natural/paisagístico – Unidade 5 – Trecho 4.

Atributos Socioeconômicos:

Esse Trecho é caracterizado por ocupações irregulares, com edificações, em sua maior parte, compostas por casas para moradia.

5.2 Identificação dos Problemas de Uso e Ocupação da Orla, Fatores Geradores, Impactos e atores envolvidos

A partir do conhecimento geral de cada trecho, somado às visitas de campo realizadas durante as oficinas do Projeto Orla, foi possível identificar os problemas de uso e ocupação da orla do município de Olinda. Com base no que foi identificado, foram listados os fatores e atividades que contribuem para a existência dos problemas na orla, bem como os efeitos e impactos decorrentes destes sobre a qualidade ambiental daquele espaço. Associado aos problemas, fatores geradores e impactos, foram listados os atores envolvidos. A listagem dos efeitos e impactos associados a cada problema identificado possibilitou a formulação das ações propostas neste PGIO.



5.2.1 Unidade 01

Unidade 01 - Istmo, Coqueiral, Praia Del chifre e Praia dos Milagres				
Problemas	Trecho(s) onde ocorre	Fatores geradores	Efeitos e impactos associados ao problema	Atores envolvidos
Praia poluída por esgoto e lixo.	1, 2, 3	<ul style="list-style-type: none"> – Ligações ilegais na rede de drenagem de águas pluviais. – Lixo oriundo do rio Beberibe. 	<ul style="list-style-type: none"> – Redução da balneabilidade com risco à saúde. – Falta de incentivo a ocupação por serviços e usuários, causando reflexos culturais, sociais e econômicos negativos. – Riscos à fauna marinha. – Degradação ambiental. 	COMPESA, PMO, SEMAS, Comitê da Bacia do Rio Beberibe, População.
Dificuldade de acesso à praia	1, 2	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de planos, projetos e ações para investimentos voltados a potencializar (requalificar) os usos previstos na lei de uso e ocupação do solo. 	<ul style="list-style-type: none"> – Redução de espaços coletivos para o lazer da população. – Falta de incentivo a ocupação por serviços e usuários, causando reflexos culturais, sociais e econômicos negativos. 	MARINHA, IPHAN, SEMAS SECID, PMO.
Tráfico de drogas, assaltos, desova de corpos e exploração sexual	1, 2, 3	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de policiamento permanente. – Ausência de posto fixo de polícia. – Falta de programa social na comunidade Ilha do Maruim. – Ausência de projetos e serviços que visem à inserção da população local. – Inexistência de iluminação pública. 	<ul style="list-style-type: none"> – Insegurança, colocando em situação de risco a população local e os usuários da praia. 	SDS, PMO, População.
Usuários da praia em situação de risco de afogamentos e ataques de tubarão.	1, 2, 3	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de sinalização educativa. – Ausência de Serviço de salvavidas. 	<ul style="list-style-type: none"> – Redução do número de frequentadores da praia. – Falta de incentivo a ocupação por serviços e usuários, causando reflexos culturais, sociais e econômicos negativos 	Corpo de Bombeiros, PMO, População.
Inexistência de iluminação pública.	1, 2, 3	<ul style="list-style-type: none"> – Manutenção urbana realizada de forma precária. – Ausência de planos, projetos e ações para investimentos voltados a potencializar (requalificar) os usos previstos na lei de uso e ocupação do solo. 	<ul style="list-style-type: none"> – Insegurança, colocando em situação de risco a população local e os usuários da praia. – Falta de incentivo a ocupação por serviços e usuários, causando reflexos culturais, sociais e econômicos negativos – Tráfico de drogas, assaltos e exploração sexual. 	PMO
Inexistência de equipamentos de lazer.	2, 3	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de planos, projetos e ações para investimentos voltados a potencializar (requalificar) os usos previstos na lei de uso e ocupação do solo. 	<ul style="list-style-type: none"> – Redução de espaços coletivos para o lazer da população. 	PMO



Unidade 01 - Istmo, Coqueiral, Praia Del chifre e Praia dos Milagres				
Problemas	Trecho(s) onde ocorre	Fatores geradores	Efeitos e impactos associados ao problema	Atores envolvidos
Abandono do Forte do Buraco	1	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de planos, projetos e ações para investimentos voltados a potencializar (requalificar) os usos previstos na lei de uso e ocupação do solo. - Ausência de ações de restauração e preservação do patrimônio histórico; 	<ul style="list-style-type: none"> - Perda de potencial turístico. - Degradação do patrimônio histórico. 	IPHAN, SECID, SDS, UNIVERSIDADES, SETURDE, SEPAC, Iniciativa Privada
Presença de lixo na faixa de areia e entorno imediato	1, 2, 3	<ul style="list-style-type: none"> - Carência de projetos e ações de Educação Ambiental. - Ineficiência na fiscalização e aplicação da Lei 5.858/14 que dispõe sobre a limpeza urbana, manejo de resíduos e seus serviços no município. - Ausência de conscientização no manejo com resíduos. - Limpeza da praia deficiente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Poluição visual. - Concentração de vetores transmissores de doença. - Degradação ambiental. 	PMO, Comitê da Bacia do Rio Beberibe, População.
Corte e aterro irregulares do manguezal.	3	<ul style="list-style-type: none"> - Carência de projetos e ações de Educação Ambiental. - Ausência de fiscalização rotineira. - Pressão para expansão urbana. - Ineficiência na aplicação da lei de uso do solo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Degradação do manguezal, com mortandade da fauna e redução dos serviços ambientais associados. 	PMO, População.
Poluição do ambiente estuarino.	1, 2, 3	<ul style="list-style-type: none"> - Descargas de esgoto vindas do Rio Beberibe. - Carência de rede coletora. 	<ul style="list-style-type: none"> - Degradação do ambiente estuarino, com mortandade da fauna e redução dos serviços ambientais associados. - Redução da balneabilidade com riscos à saúde. 	COMPESA, PMO, Comitê da Bacia do Rio Beberibe, População.
		<ul style="list-style-type: none"> - Lançamento de resíduos sólidos pela população. - Deficiência na coleta de resíduos. - Ineficiência na fiscalização e aplicação da Lei 5.858/14 que dispõe sobre a limpeza urbana, manejo de resíduos e seus serviços no município 	<ul style="list-style-type: none"> - Degradação do ambiente estuarino, com mortandade da fauna e redução dos serviços ambientais associados. - Redução da balneabilidade com riscos à saúde. 	PMO, Comitê da Bacia do Rio Beberibe, População.
Falta de iniciativas e apoio às atividades pesqueiras	2	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de sede para associação dos pescadores. - Carência na articulação política entre os entes da federação. - Ausência de projetos e ações voltadas para organização e fomento das atividades de pesca na área. 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução da renda dos pescadores. - Redução de oportunidades de trabalho e oferta de serviços, causando reflexos culturais, sociais e econômicos negativos. - Redução das atividades pesqueiras e nos serviços decorrentes dela. 	MINISTÉRIO DA PESCA, PMO, Pescadores da Comunidade e Colônia de Pescadores Z4.
Ausência de banheiros públicos.	1, 2, 3	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de investimentos para implantação de equipamentos e mobiliário urbano. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desconforto para os usuários - Degradação do ambiente. - Poluição ambiental. 	MARINHA, IPHAN, SEMAS, SECID, PMO.



Unidade 01 - Istmo, Coqueiral, Praia Del chifre e Praia dos Milagres				
Problemas	Trecho(s) onde ocorre	Fatores geradores	Efeitos e impactos associados ao problema	Atores envolvidos
Carência de moradia	2	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de regularização fundiária. - Ausência de planos e projetos para investimento em habitação 	<ul style="list-style-type: none"> - Ocupação irregular de áreas ambientalmente sensíveis. - Aumento da geração de resíduos. - Lançamento de esgoto sem tratamento adequado. - Degradação do ambiente. - Moradores em situação de vulnerabilidade. 	SPU, CEHAB, PMO, População.
Ocupação desordenada da orla e poluição sonora.	3	<ul style="list-style-type: none"> - Carência na fiscalização do controle urbano. - Ausência de plano de ordenamento do comércio e serviços com a definição de zoneamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Geração de incômodo à população. - Perda de potencial turístico. - Degradação da orla. 	SDS, PMO, População.
Erosão costeira.	3	<ul style="list-style-type: none"> - Aterro de manguezal e ampliação do Porto do Recife. 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução de espaço de lazer para a população. - Estreitamento da faixa de areia. - Redução do número de frequentadores da praia. - Danos e perdas causadas ao patrimônio público e privado. 	CPRH, SEMAS, SPU, PMO.
Abandono do "Coqueiral de Olinda".	1	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de planos, projetos e ações para investimentos voltados a potencializar os usos previstos na lei de uso e ocupação do solo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Perda de potencial turístico e de criação de espaços saudáveis para o lazer e convívio da população da RMR. - Perda de possíveis usos da área (lazer, cultura, dentre outros). 	MARINHA, IPHAN, SETUR, SECID, SDS, UNIVERSIDADES, PMO, População, Iniciativa Privada.

5.2.2 Unidade 02

Unidade 02 – Praia dos Milagres até Peixaria (Rua Dr. Farias Neves Sobrinho)				
Problemas	Trecho(s) onde ocorrem	Fatores geradores	Efeitos e impactos associados ao problema	Atores envolvidos
Praia poluída por esgoto e lixo.	1, 2, 3	<ul style="list-style-type: none"> - Ligações ilegais na rede de drenagem de águas pluviais. - Vias limitantes (Manoel Borba e Rua do Farol) com lixo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução da balneabilidade com risco à saúde. - Falta de incentivo a ocupação por serviços e usuários, causando reflexos culturais, sociais e econômicos negativos. - Riscos à fauna marinha. - Degradação ambiental. 	COMPESA, SEMAS, PMO, População.
Erosão costeira e risco sobre os imóveis localizados na beira-mar	1, 2, 3	<ul style="list-style-type: none"> - Aterro de manguezal e ampliação do Porto do Recife. 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução de espaço de lazer para a população. - Estreitamento da faixa de areia. - Redução do número de frequentadores da praia. - Danos e perdas causadas ao patrimônio público e privado. 	CPRH, SEMAS, SPU, PMO.
Ponto de prostituição e	1, 2, 3	<ul style="list-style-type: none"> - Policiamento insuficiente. - Ausência de urbanização, 	<ul style="list-style-type: none"> - Insegurança, colocando em situação de risco a população local e os 	SDS, PMO.



Unidade 02 – Praia dos Milagres até Peixaria (Rua Dr. Farias Neves Sobrinho)				
Problemas	Trecho(s) onde ocorrem	Fatores geradores	Efeitos e impactos associados ao problema	Atores envolvidos
consumo de drogas.		com iluminação e acessos adequados. – Ausência de programas de promoção á cidadania e direitos humanos.	usuários da praia.	
Usuários da praia em situação de risco de afogamentos	2	– Ausência de sinalização educativa. – Serviço de salva-vidas precário ou deficiente.	– Insegurança, colocando em situação de risco a população local e os usuários da praia. – Desvalorização e falta de incentivo a ocupação por serviços e usuários, causando reflexos culturais, sociais e econômicos negativos.	Corpo de Bombeiros, PMO, População.
Dificuldade de acesso à praia por vias estreitas, com usos indevidos, sem acessibilidade aos portadores de deficiências e sem iluminação.	1, 2, 3	– Precária manutenção urbana (iluminação, pavimentos). – Ausência de investimentos para implantação de acessos adequados.	– Limitação no uso de espaços coletivos para lazer da população; – Diminuição do fluxo turístico com reflexos econômicos negativos. – Insegurança, colocando em situação de risco a população local e os usuários da praia.	PMO, População.
Imóveis abandonados quase em ruínas.	3	– Receio de danos decorrentes do avanço do mar inibindo o uso e a manutenção dos imóveis.	– Desvalorização e falta de incentivo a ocupação por serviços e usuários, causando reflexos culturais, sociais e econômicos negativos e degradação urbanística.	SEMAS, PMO, Proprietários dos Imóveis.
Imóveis com utilização abaixo do potencial turístico existente.	1.2	– Receio de danos decorrentes do avanço do mar inibindo o uso. – Ausência de planos, projetos e ações para incentivo de uso. – Ausência de planos, projetos e ações para incentivo de uso.	– Desvalorização e falta de incentivo a ocupação por serviços e usuários, causando reflexos culturais, sociais e econômicos negativos e degradação urbanística. – Desvalorização e falta de incentivo a ocupação por serviços e usuários, causando reflexos culturais, sociais e econômicos negativos e degradação urbanística.	PMO, SETUR, Proprietários dos Imóveis.
Acesso à faixa de areia bastante precário, degradado.	2	– Ausência de urbanização e precária manutenção.	– Desvalorização e falta de incentivo a ocupação por serviços e usuários, causando reflexos culturais, sociais e econômicos negativos e degradação urbanística.	CPRH, SEMAS, SPU, PMO, População.
Falta de iniciativas e apoio às atividades de pesca	2	– Ausência de estrutura para ancoragem (píer). – Acúmulo de pedras entre os diques impedindo a circulação na maré baixa. – Ausência de projetos e ações voltadas para organização e fomento das atividades de pesca.	– Redução da renda dos pescadores. – Redução de oportunidades de trabalho e oferta de serviços, causando reflexos culturais, sociais e econômicos negativos.	MINISTÉRIO DA PESCA, PMO, Pescadores da Comunidade e Colônia de Pescadores Z4.
Trânsito intenso e de alta velocidade limitando e cortando a área.	2, 3	– Deficiência de educação para o trânsito. – Ausência de redutores de velocidade e de fiscalização de trânsito. – Ausência de urbanização	– Redução da acessibilidade. – Insegurança, colocando em situação de risco a população local e os usuários da praia.	PMO, População.



Unidade 02 – Praia dos Milagres até Peixaria (Rua Dr. Farias Neves Sobrinho)				
Problemas	Trecho(s) onde ocorrem	Fatores geradores	Efeitos e impactos associados ao problema	Atores envolvidos
		que priorize o pedestre.		
Dificuldades de acesso à praia.	3	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de calçada no trecho entre o restaurante Marola e o antigo Luar de Prata. - Trecho sem controle de velocidade (Rua do Farol). - Dificuldades de travessia no em frente ao antigo Luar de Prata. 	<ul style="list-style-type: none"> - Limitação da capacidade de ir e vir. - Insegurança, colocando em situação de risco a população local e os usuários da praia. 	PMO, População.
Poluição da praia (Visual, sonora, esgoto sanitário, resíduos sólidos)	2	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de lixeiras. - Baixo nível de Educação Ambiental. - Tratamento de peixes na beira mar (principalmente na semana santa). - Comércio desordenado e sem condições sanitárias. - Uso de equipamentos de som com intensidade sonora inadequada. - Ausência de sanitários e chuveirões. - Língua de areia represando as correntes de água, causada por solução de contenção tecnicamente inadequada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução da balneabilidade com riscos à saúde. - Riscos à fauna marinha e impactos na atividade pesqueira. - Redução de oportunidades de trabalho e oferta de serviços, causando reflexos culturais, sociais e econômicos negativos. 	CPRH, SEMAS, SPU, PMO, População.
Presença de excrementos de animais domésticos no calçadão.	1, 2, 3	<ul style="list-style-type: none"> - Animais soltos e levados para banho no mar pelos proprietários (cavalos, cachorros). - Crescimento da população de gatos. - Deficiência na fiscalização. - Ausência de abrigo para os animais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Degradação do ambiente. - Riscos à saúde da população. 	PMO, População.
Acúmulo de areia dificultando a navegação.	2	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação do dique de pedras. 	<ul style="list-style-type: none"> - Alteração dos padrões de circulação de água, assoreamento e diminuição de calha de navegação. 	PMO.



5.2.3 Unidade 03

Unidade 03 – Peixaria (Rua Dr. Farias Neves Sobrinho) até Rua Tertuliano Francisco Feitosa				
Problemas	Trecho(s) onde ocorre	Fatores geradores	Efeitos e impactos associados ao problema	Atores envolvidos
Praia poluída por esgoto e lixo.	1, 2, 3	<ul style="list-style-type: none"> – Ligações ilegais na rede de drenagem de águas pluviais. – Ausência de manejo adequado do lixo. – Baixo nível de Educação Ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> – Redução da balneabilidade com riscos à saúde. – Falta de incentivo a ocupação por serviços e usuários, causando reflexos culturais, sociais e econômicos negativos. – Riscos à fauna marinha. – Degradação ambiental. 	COMPESA, SEMAS, PMO, População.
Erosão costeira.	1, 2 e 3	<ul style="list-style-type: none"> – Avanço do mar. 	<ul style="list-style-type: none"> – Redução de espaços coletivos para lazer da população. – Ausência de areia ou estreitamento da faixa de areia, entre espigões, nos trechos 1 e 2 	CPRH, SEMAS, SPU, PMO.
Presença de excrementos de animais domésticos no calçadão.	1, 2, 3	<ul style="list-style-type: none"> – Carência de Educação Ambiental dos donos de animais. – Ausência de fiscalização. 	<ul style="list-style-type: none"> – Degradação do ambiente. – Riscos à saúde da população. 	PMO, População.
Consumo de drogas, assaltos e pontos de prostituição.	1, 2, 3	<ul style="list-style-type: none"> – Policiamento insuficiente. – Ausência de programas de promoção a cidadania e direitos humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> – Insegurança, colocando em situação de risco a população local e os usuários da praia. – Falta de incentivo a ocupação por serviços e usuários, causando reflexos culturais, sociais e econômicos negativos. 	SDS, PMO.
Impactos socioambientais futuros com a construção do Shopping.	2, 3	<ul style="list-style-type: none"> – Implantação de empreendimento de grande porte. 	<ul style="list-style-type: none"> – Impactos negativos na mobilidade urbana, com o aumento do fluxo de veículos. – Impactos negativos na infraestrutura urbana, com sobrecarga da rede de drenagem, coleta de esgotos e resíduos sólidos. – Impacto negativo na economia local, com fechamento de pequenos negócios. – Geração de empregos diretos e indiretos. – Incremento da receita municipal. 	PMO, Iniciativa Privada.
Prestação de serviços de forma precária pelos ambulantes.	1, 2, 3	<ul style="list-style-type: none"> – Falta de qualificação do prestador do serviço. – Ausência de projetos e ações para capacitação dos ambulantes. – Ausência de linhas de financiamento para equipamentos adequados. – Deficiência na fiscalização e punição por parte do Controle Urbano e Vigilância Sanitária. 	<ul style="list-style-type: none"> – Aumento de lixo deixado na orla. – Contaminação dos alimentos comercializados oferecendo riscos à saúde da população. 	PMO, SETURDE, Comerciantes Informais (Ambulantes).



Unidade 03 – Peixaria (Rua Dr. Farias Neves Sobrinho) até Rua Tertuliano Francisco Feitosa				
Problemas	Trecho(s) onde ocorre	Fatores geradores	Efeitos e impactos associados ao problema	Atores envolvidos
Espigões com escadas de acesso danificadas ou ausentes.	1, 2, 3	<ul style="list-style-type: none"> – Carência na manutenção das instalações. – Ausência de infraestrutura adequada. 	<ul style="list-style-type: none"> – Redução da acessibilidade. – Insegurança, colocando em situação de risco a população local e os usuários da praia. 	PMO
Uso inadequado do calçadão.	1, 2, 3	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de divulgação da Lei 5.512, que regula o uso do calçadão. – Ausência de fiscalização. 	<ul style="list-style-type: none"> – Existência de conflitos entre usuários. – Insegurança, colocando em situação de risco a população local e os usuários da praia. 	PMO, População.
Ausência de banheiros públicos.	1, 2, 3	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de investimentos para implantação de equipamentos e mobiliário urbano. 	<ul style="list-style-type: none"> – Desconforto para os usuários – Degradação do ambiente. – Poluição ambiental. 	PMO, Comerciantes da área, População.
Iluminação pública precária.	1,2,3	<ul style="list-style-type: none"> – Carência na manutenção das instalações. – Ausência de infraestrutura adequada. 	<ul style="list-style-type: none"> – Falta de incentivo a ocupação por serviços e usuários, causando reflexos culturais, sociais e econômicos negativos. – Insegurança, colocando em situação de risco a população local e os usuários da praia. 	CELPE, PMO, Comerciantes da área, População.
Sinalização da ciclovia e da faixa de pedestre insuficiente.	1,2,3	<ul style="list-style-type: none"> – Carência na manutenção da sinalização existente. – Ausência de sinalização adequada. 	<ul style="list-style-type: none"> – Redução da acessibilidade. – Risco de acidentes para ciclistas e pedestres. 	PMO, População.
Estacionamento inadequado de veículos.	1,2,3	<ul style="list-style-type: none"> – Incompatibilidade entre projeto executado e uso praticado. 	<ul style="list-style-type: none"> – Conflito de uso entre proprietários de veículos, pedestres e ciclistas. – Risco de acidentes para ciclistas e pedestres. – Risco de danos aos veículos estacionados. 	PMO, População.
Barcos ocupando a faixa de areia.	3	<ul style="list-style-type: none"> – Omissão do poder público. – Ausência de zoneamento. – Ausência de fiscalização no controle de uso e ocupação do solo. 	<ul style="list-style-type: none"> – Conflito entre usuários da praia e proprietários das embarcações. – Limitações no uso da praia, área de uso comum da população. – Diminuição das áreas de uso coletivo para lazer da população. – Risco de acidentes para usuários da praia. 	SPU, PMO, População, Proprietários dos Barcos.
Espigões com ocupação indevida.	1, 2, 3	<ul style="list-style-type: none"> – Utilização inadequada dos espigões pelos bares e restaurantes. 	<ul style="list-style-type: none"> – Contaminação dos alimentos servidos. – Aumento de pragas (ratos e baratas) por causa do lixo deixado nos espigões. – Redução da acessibilidade. 	PMO, Comerciantes da área, população.
Risco de acidentes e de conflitos com banhistas, causado pelo uso de embarcações e equipamentos para esportes náuticos.	3	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de zoneamento dos espaços para atividades náuticas. – Ausência de infraestrutura adequada para esportes náuticos. 	<ul style="list-style-type: none"> – Limitações no uso da praia, área de uso comum da população. – Insegurança, colocando em situação de risco a população local e os usuários da praia. 	PMO, População/ Esportistas.



Unidade 03 – Peixaria (Rua Dr. Farias Neves Sobrinho) até Rua Tertuliano Francisco Feitosa				
Problemas	Trecho(s) onde ocorre	Fatores geradores	Efeitos e impactos associados ao problema	Atores envolvidos
Risco de acidentes e conflitos com usuários da praia, causado pelas práticas de esportes na faixa de areia.	3	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de zoneamento para as diversas atividades praticadas na faixa de areia. – Ausência de infraestrutura adequada para lazer na orla. 	<ul style="list-style-type: none"> – Limitações no uso da praia, área de uso comum da população. – Insegurança, colocando em situação de risco a população local e os usuários da praia. 	PMO, População/ Esportistas.
Presença de cães errantes.	3	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de fiscalização. – Ausência de Educação Ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> – Insegurança, colocando em situação de risco a saúde da população local e dos usuários da praia. – Contaminação de espaços públicos (calçadas, faixa de areia da praia, ciclovias e vias) por excrementos de animais. 	PMO, População.

5.2.4 Unidade 04

Unidade 04 – Rua Tertuliano Francisco Feitosa até Rua Joana D'Arc Sampaio				
Problemas	Trecho(s) onde ocorre	Fatores geradores	Efeitos e impactos associados ao problema	Atores envolvidos
Praia poluída por esgoto e lixo.	1, 2	<ul style="list-style-type: none"> – Ligações ilegais na rede de drenagem de águas pluviais. – Manejo inadequado do lixo. – Baixo nível de educação ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> – Redução da balneabilidade com riscos à saúde. – Redução no incentivo de serviços e usuários, causando reflexos culturais, sociais e econômicos negativos. – Riscos à fauna marinha. – Degradação ambiental. 	COMPESA, SEMAS, PMO, População.
Ausência de banheiros públicos, chuveirões e lixeiras.	1, 2	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de investimentos para implantação de equipamentos e mobiliário urbano. 	<ul style="list-style-type: none"> – Desconforto para usuários. – Degradação do ambiente. – Disposição de resíduos sólidos em locais inadequados. – Redução no incentivo da atração de serviços e usuários, causando reflexos culturais, sociais e econômicos negativos. 	PMO.
Presença de lixo gerado pelos banhistas / comércio da área.	1, 2	<ul style="list-style-type: none"> – Deficiência nos serviços de coleta de resíduos sólidos. – Carência de educação ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> – Degradação do ambiente. – Disposição de resíduos sólidos em locais inadequados. – Riscos à saúde da população. 	PMO.
Destruição da vegetação local	1,2	<ul style="list-style-type: none"> – Carência de Educação Ambiental. – Ausência de projetos de Educação Ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> – Degradação da paisagem. – Impactos negativos sobre a fauna que se utiliza da vegetação local. 	SEMA, População.



Unidade 04 – Rua Tertuliano Francisco Feitosa até Rua Joana D'Arc Sampaio				
Problemas	Trecho(s) onde ocorre	Fatores geradores	Efeitos e impactos associados ao problema	Atores envolvidos
Poluição visual e sonora.	2	<ul style="list-style-type: none"> – Carência de Educação Ambiental. – Carência na fiscalização do controle urbano. – Ausência de plano de ordenamento do comércio e serviços com a definição de zoneamento. 	<ul style="list-style-type: none"> – Desconforto visual. – Geração de incômodos a população local e usuários da praia. – Redução no incentivo de serviços e usuários, causando reflexos culturais, sociais e econômicos negativos. 	PMO.
Erosão costeira.	1, 2	<ul style="list-style-type: none"> – Avanço do Mar 	<ul style="list-style-type: none"> – Redução de espaço de lazer para a população. – Estreitamento da faixa de areia. – Redução do número de frequentadores da praia. – Danos e perdas causadas ao patrimônio público e privado. 	CPRH, SEMAS, SPU, PMO.
Presença de animais errantes.	1, 2	<ul style="list-style-type: none"> – Falta de órgãos responsáveis por recolher animais de pequeno porte. – Criação inadequada de animais. – Ausência de Educação Ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> – Insegurança, colocando em situação de risco a saúde da população local e dos usuários da praia. – Contaminação de espaços públicos (calçadas, faixa de areia da praia, ciclovias e vias) por excrementos de animais. 	PMO, População.
Prestação de serviços de forma precária pelos ambulantes.	1, 2	<ul style="list-style-type: none"> – Falta de qualificação do prestador do serviço. – Ausência de projetos de capacitação dos ambulantes. – Ausência de linhas de financiamento para equipamentos adequados. 	<ul style="list-style-type: none"> – Aumento de lixo deixado na orla. – Contaminação dos alimentos comercializados oferecendo riscos à saúde da população. 	PMO, SETURDE, Comerciantes Informais (Ambulantes e Palhoceiros).
Dificuldade para deslocamento dos usuários da praia pela faixa de areia	2	<ul style="list-style-type: none"> – Existência de palhoças distribuídas de forma desordenada. – Deficiências na fiscalização e controle urbano. 	<ul style="list-style-type: none"> – Redução da acessibilidade. – Redução no incentivo de serviços e usuários, causando reflexos culturais, sociais e econômicos negativos. 	PMO e Comerciantes Informais (Ambulantes e Palhoceiros).
Atracação das embarcações em locais inadequados.	2	<ul style="list-style-type: none"> – Carência na infraestrutura de apoio a atividade de pesca artesanal existente. 	<ul style="list-style-type: none"> – Conflitos nos usos do espaço marítimo. – Dificuldade para a exploração da atividade pesqueira com impactos negativos na economia local. 	Marinha, Ministério da Pesca, PMO, Pescadores.
Pesca predatória.	1, 2	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de fiscalização. – Carência de educação ambiental. – Ausência programas e projetos para melhoria da atividade pesqueira. 	<ul style="list-style-type: none"> – Degradação do meio ambiente. – Redução da fauna marinha. – Redução de renda do pescador. 	Marinha, Ministério da Pesca, PMO, Pescadores.
Embarcações dispostas de forma desordenada entre o Ed. Guajá e o Ed. Barlavento (Porto Jacaré).	1	<ul style="list-style-type: none"> – Carência na infraestrutura de apoio a atividade de pesca artesanal existente. 	<ul style="list-style-type: none"> – Dificuldade no acesso a praia. – Redução no incentivo de serviços e usuários, causando reflexos culturais, sociais e econômicos negativos. 	PMO, Pescadores.
Sombreamento da faixa de areia por causa da verticalização dos edifícios.	1, 2	<ul style="list-style-type: none"> – Legislação que permite alto gabarito para construção de edificações. 	<ul style="list-style-type: none"> – Degradação do meio ambiente. – Diminuição das áreas ensolaradas para lazer da população. 	PMO, Iniciativa Privada.



Unidade 04 – Rua Tertuliano Francisco Feitosa até Rua Joana D'Arc Sampaio				
Problemas	Trecho(s) onde ocorre	Fatores geradores	Efeitos e impactos associados ao problema	Atores envolvidos
Consumo de drogas, assaltos e pontos de prostituição.	1, 2	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de policiamento permanente. – Ausência de posto fixo de polícia. 	<ul style="list-style-type: none"> – Insegurança, colocando em situação de risco a população local e os usuários da praia. – Diminuição do fluxo turístico com reflexos econômicos negativos. 	SDS, PMO, População.
Iluminação pública precária.	1, 2	<ul style="list-style-type: none"> – Manutenção urbana realizada de forma precária (iluminação). – Ausência de infraestrutura adequada. – Ausência de investimentos para implantação de iluminação pública adequada. 	<ul style="list-style-type: none"> – Redução da acessibilidade. – Assaltos. – Riscos para a segurança da população. 	CELPE, PMO, População.
Ausência de rampa de acesso para cadeirantes.	1, 2	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de investimentos para implantação de equipamentos e mobiliário urbano. 	<ul style="list-style-type: none"> – Redução da acessibilidade. – Redução no incentivo de serviços e usuários, causando reflexos culturais, sociais e econômicos negativos. 	PMO
Veículos trafegando com excesso de velocidade.	1, 2	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de sinalização adequada nas vias de circulação de veículos. – Manutenção urbana realizada de forma precária (sinalização de trânsito). – Ausência de lombadas eletrônicas. – Ausência de fiscalização urbana e de trânsito. 	<ul style="list-style-type: none"> – Insegurança, colocando em situação de risco a população local e os usuários da praia. 	PMO, População.
Invasão das ciclovias por veículos motorizados.	1, 2	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de fiscalização. 	<ul style="list-style-type: none"> – Insegurança, colocando em situação de risco os ciclistas e usuários das ciclovias. 	PMO, População.
Pouca oferta de estacionamento para veículos.	1, 2	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de infraestrutura. 	<ul style="list-style-type: none"> – Limitações para acessar a praia por pessoas idosas e com necessidades especiais. – Diminuição do fluxo turístico com reflexos econômicos negativos. 	PMO
Falta de ordenamento para carga/descarga de mercadoria e embarque/desembarque de pessoas.	1, 2	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de fiscalização. – Ausência de infraestrutura adequada. 	<ul style="list-style-type: none"> – Transtornos no trânsito local com redução da mobilidade. 	PMO, Comerciantes e População.
Ausência de área de lazer.	1, 2	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de investimentos para implantação de equipamentos e mobiliário urbano e infraestrutura de lazer. 	<ul style="list-style-type: none"> – Diminuição do fluxo turístico com reflexos econômicos negativos. – Ausência de local de lazer para a população. 	PMO, População.
Falta de equipamentos para prática de esportes.	1, 2	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de investimentos na implantação de equipamentos e mobiliário de infraestrutura para prática de esportes e lazer. 	<ul style="list-style-type: none"> – Impacto negativo sobre a qualidade de vida da população. 	PMO, População.



Unidade 04 – Rua Tertuliano Francisco Feitosa até Rua Joana D’Arc Sampaio				
Problemas	Trecho(s) onde ocorre	Fatores geradores	Efeitos e impactos associados ao problema	Atores envolvidos
Lançamento de resíduos em vias públicas e na praia	1, 2	– Carência de projetos de Educação Ambiental voltados para esta temática.	– Degradação do ambiente. – Poluição ambiental.	PMO, População.
Ausência de áreas sombreadas para o descanso e contemplação.	1,2	– Ausência de plano de arborização. – Carência de áreas verdes. – Manutenção da arborização urbana realizada de forma precária.	– Impacto negativo sobre a qualidade de vida da população. – Impacto negativo sobre a fauna urbana, notadamente pássaros e morcegos.	PMO.
Usuários da praia em situação de risco de afogamentos	2	– Ausência de sinalização educativa. – Serviço de salva-vidas precário ou deficiente.	– Insegurança, colocando em situação de risco a população local e os usuários da praia. – Falta de incentivo a ocupação por serviços e usuários, causando reflexos culturais, sociais e econômicos negativos.	Corpo de Bombeiros, PMO, População.
Ocupação irregular de faixa de praia por negócios que oferece a guarda de embarcações de pequeno porte.	2	– Omissão do poder público. – Deficiência da fiscalização e controle urbano.	– Limitações no uso da praia, área de uso comum da população. – Diminuição das áreas de uso coletivo para lazer da população.	SPU, PMO e Proprietário do Negócio.

5.2.5 Unidade 05

Unidade 5 - Rua Joana D’Arc Sampaio até a Foz do Rio Paratibe + Comunidade “McLaren”				
Problemas	Trecho(s) onde ocorre	Fatores geradores	Efeitos e impactos associados ao problema	Atores envolvidos
Ausência de banheiros públicos, chuveirões e lixeiras.	1, 2, 3	– Ausência de investimentos para implantação de equipamentos e mobiliário urbano e de infraestrutura para prática de esportes e lazer da população.	– Degradação do ambiente. – Poluição ambiental.	PMO, População.
Falta de Sinalização.	1, 2, 3	– Ausência de investimentos para implantação de sinalização.	– Redução da acessibilidade. – Riscos de acidentes para a população. – Degradação do ambiente. – Poluição ambiental.	PMO, População.
Animais (cachorros, cavalos) sendo lavados na praia.	1, 2, 3	– Falta de Educação Ambiental. – Falta de fiscalização.	– Redução de balneabilidade. – Risco à saúde da população.	PMO, População.
Barracas sem padronização e precárias condições de higiene.	1, 2	– Ausência de projetos de capacitação dos palhoceiros. – Ausência de projetos de educação ambiental.	– Aumento de lixo deixado na orla. – Contaminação dos alimentos comercializados.	PMO, População, Comerciantes Informais (Palhoceiros).
Consumo de drogas e assaltos.	1, 2, 3, 4	– Ausência de policiamento permanente. – Ausência de posto fixo de	– Insegurança, colocando em situação de risco a população local e os usuários da praia.	SDS, PMO, População.



Unidade 5 - Rua Joana D'Arc Sampaio até a Foz do Rio Paratibe + Comunidade "McLaren"				
Problemas	Trecho(s) onde ocorre	Fatores geradores	Efeitos e impactos associados ao problema	Atores envolvidos
		polícia.	– Diminuição do uso do espaço com impacto negativo na qualidade de vida da população.	
Poluição do rio e da praia.	1, 2, 3	<ul style="list-style-type: none"> – Falta de lixeiras. – Ausência de programas de educação ambiental voltados a população local. – Lixo proveniente de município vizinho que chega a praia pelo Rio Paratibe. 	<ul style="list-style-type: none"> – Redução de balneabilidade com riscos à saúde. – Diminuição do fluxo turístico com reflexos econômicos negativos. – Dificuldade para a exploração da atividade pesqueira. – Riscos à fauna aquática. 	CPRH, SEMAS, PMO, População.
Usuários da praia em situação de risco de afogamentos	1, 2, 3	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de sinalização educativa. – Serviço de salva-vidas precário ou deficiente. 	<ul style="list-style-type: none"> – Insegurança, colocando em situação de risco a população local e os usuários da praia. – Falta de incentivo a ocupação por serviços e usuários, causando reflexos culturais, sociais e econômicos negativos. 	Corpo de Bombeiros, PMO, População.
Demora nas desapropriações para conclusão da obra da orla.	1, 2, 3	<ul style="list-style-type: none"> – Falta de planejamento. 	<ul style="list-style-type: none"> – Atraso na conclusão da obra. – Entulhos na orla. 	PMO, População.
Consumo/comércio de drogas.	1, 2, 3, 4	<ul style="list-style-type: none"> – Falta de policiamento regular. 	<ul style="list-style-type: none"> – Risco de vida da população. – Aumento no número de assaltos na área. 	SDS, População.
Poluição sonora, visual e por resíduos (sólidos e líquidos).	1, 2, 3, 4	<ul style="list-style-type: none"> – Falta de conscientização ambiental. – Falta de coletores de lixo. – Falta de fiscalização em relação à poluição sonora. – Falta de saneamento. 	<ul style="list-style-type: none"> – Redução na balneabilidade com risco à saúde da população e fauna marinha. – Falta de incentivo a ocupação por serviços e usuários, causando reflexos culturais, sociais e econômicos negativos. 	CPRH, COMPESA, SEMAS, PMO, População.
Falta de zoneamento para pesca.	1, 2, 3	<ul style="list-style-type: none"> – Carência na infraestrutura de apoio a atividade de pesca artesanal existente. 	<ul style="list-style-type: none"> – Dificuldade para exploração da atividade pesqueira. 	Ministério da Pesca, Capitania dos Portos, Pescadores.
Iluminação pública inexistente em algumas áreas.	1, 2	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de investimentos para implantação de iluminação pública. 	<ul style="list-style-type: none"> – Risco de vida da população. – Assaltos. – Uso e comércio de drogas. 	PMO, População.
Construções irregulares.	1, 2	<ul style="list-style-type: none"> – Deficiência da fiscalização e controle urbano. – Pressão decorrente da expansão urbana – Carência de moradias 	<ul style="list-style-type: none"> – Ocupação irregular de áreas ambientalmente sensíveis. – Uso de áreas que poderiam estar disponíveis para a população. 	PMO, População.
Muros e enrocamento de pedras para contenção do avanço do mar	1, 2	<ul style="list-style-type: none"> – Avanço do mar. – Soluções emergenciais para redução de danos ao patrimônio público e privado 	<ul style="list-style-type: none"> – Diminuição das áreas de uso coletivo para lazer da população. 	SEMAS, CPRH, PMO.
Poluição por esgoto.	1, 2, 4	<ul style="list-style-type: none"> – Falta de saneamento. – Ligações irregulares nas redes de drenagem. 	<ul style="list-style-type: none"> – Redução da balneabilidade com riscos à saúde. – Riscos à fauna marinha. – Falta de incentivo a ocupação por serviços e usuários, causando reflexos culturais, sociais e econômicos negativos. 	COMPESA, PMO, População.



Unidade 5 - Rua Joana D'Arc Sampaio até a Foz do Rio Paratibe + Comunidade "McLaren"				
Problemas	Trecho(s) onde ocorre	Fatores geradores	Efeitos e impactos associados ao problema	Atores envolvidos
Rampa irregular para acesso de embarcações na marina Navegar/ Cabo para içamento dos barcos.	1	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de acesso adequado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução de acessibilidade. - Risco de acidentes para a população. 	PMO, Proprietário da Marina.
Ocupação irregular de faixa de praia por negócio que oferece a guarda de embarcações de pequeno porte	1	<ul style="list-style-type: none"> - Omissão do poder público. - Deficiência da fiscalização e controle urbano. 	<ul style="list-style-type: none"> - Limitações no uso da praia, área de uso comum da população. - Diminuição das áreas de uso coletivo para lazer da população. - Riscos à saúde da população considerando que a área encontra-se cercada com vegetação arbustiva espinhosa e pedras que tornam-se criadores de insetos, causam poluição visual e limitam a passagem de usuários da praia pela faixa de areia; 	SPU, PMO e Proprietário do Negócio.
Comerciantes usando o calçadão com mesas e cadeiras.	1	<ul style="list-style-type: none"> - Deficiência da fiscalização e controle urbano. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuição das áreas de uso coletivo para lazer da população. - Ausência de projetos de capacitação dos palhoceiros / ambulantes. - Redução da acessibilidade. 	PMO, Comerciantes Informais (Palhoceiros).
Redução da mobilidade de veículos	1, 2	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de estacionamento adequado. - Falta de sinalização determinando o local e horário adequado para carga e descarga. 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de incentivo a ocupação por serviços e usuários, causando reflexos culturais, sociais e econômicos negativos. - Impacto negativo na qualidade de vida da população 	PMO, Comerciantes Locais, População.
Uso indevido de barracas no trecho da passarela (área reservada para utilização de pedestres).	1	<ul style="list-style-type: none"> - Deficiência da fiscalização e controle urbano. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuição das áreas de uso coletivo para lazer da população. - Redução da acessibilidade. 	PMO, Comerciantes Informais (Palhoceiros).
Prática prejudicial de esporte na faixa de praia.	1	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de zoneamento para atividades - Deficiência da fiscalização e controle urbano. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuição das áreas de uso coletivo para lazer da população. 	PMO, População (Esportistas).
Descontinuidade da colocação dos bancos de concreto na orla.	1, 2	<ul style="list-style-type: none"> - Demora na colocação dos bancos na extensão da orla. - Deficiência na fiscalização da obra. 	<ul style="list-style-type: none"> - Carros estacionando na pós-praia. - Diminuição das áreas de uso coletivo para lazer da população. - Riscos de acidentes para a população 	PMO, População.
Acúmulo de lixo na faixa de areia nos períodos de baixa-mar.	1, 2, 3	<ul style="list-style-type: none"> - Serviços de coleta deficiente - Deficiência na fiscalização do serviço de coleta. - Falta de coletores. - Ausência de conscientização ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução da balneabilidade com risco à saúde da população. - Falta de incentivo a ocupação por serviços e usuários, causando reflexos culturais, sociais e econômicos negativos. 	PMO, População.
Retirada das caiçaras dos pescadores.	1	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação do projeto de urbanização da orla 	<ul style="list-style-type: none"> - Conflitos de uso entre banhistas e pescadores decorrente da ausência de local adequado para manutenção dos barcos. - Impacto negativo nas atividades da pesca artesanal e consequentemente 	Ministério da Pesca, SETURDE, PMO.



Unidade 5 - Rua Joana D'Arc Sampaio até a Foz do Rio Paratibe + Comunidade "McLaren"				
Problemas	Trecho(s) onde ocorre	Fatores geradores	Efeitos e impactos associados ao problema	Atores envolvidos
			na economia local	
Maus tratos, por parte de parcela dos moradores e usuários, à população LGBT que usa os espaços da praia.	1, 2, 3	<ul style="list-style-type: none"> - Deficiência na implantação de políticas públicas de inclusão. - Carência de educação voltada ao respeito à diversidade. - Homofobia 	<ul style="list-style-type: none"> - Insegurança, colocando em situação de risco a população local e os usuários da praia. - Diminuição do uso do espaço com impacto negativo na qualidade de vida da população. 	SDS, PMO, População.
Abordagens desqualificadas da PM à população LGBT que usa os espaços da praia.	1, 2, 3	<ul style="list-style-type: none"> - Deficiência na implantação de políticas públicas de inclusão. - Falta de capacitação para os policiais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Abordagens agressivas de policiais/guardas municipais. - Insegurança, colocando em situação de risco a população local e os usuários da praia. 	SDS, PMO, População.
Desvalorização do patrimônio histórico-cultural.	2, 3	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de preservação do patrimônio histórico-cultural e religioso. - Falta de aproveitamento do potencial cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de incentivo a ocupação por serviços e usuários, causando reflexos culturais, sociais e econômicos negativos. - Degradação do patrimônio histórico. - Degradação do patrimônio cultural. 	IPHAN, PMO, População.
Falta de proteção no paredão do Porto de Rio Doce (local de atracação das embarcações).	2	<ul style="list-style-type: none"> - Avanço do mar. - Ausência de um zoneamento náutico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade para atracação das embarcações. 	Ministério da Pesca, PMO.
Vandalismo com os barcos.	2	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de área adequada para guarda e fundeio de barcos. - Ausência de policiamento na área. 	<ul style="list-style-type: none"> - Barcos danificados. - Prejuízos financeiros a pescadores e donos de embarcações. 	Ministério da Pesca, Capitania dos Portos, PMO.
Falta de proteção da fauna em relação à pesca predatória do caranguejo na época do defeso (falta de cuidado com o manguezal).	3	<ul style="list-style-type: none"> - Deficiência na fiscalização ambiental. - Carência de Educação Ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuição do número de caranguejos. - Impactos sobre a renda de catadores. 	SEMAS, CPRH, PMO, População.
Falta de acesso à praia da Santa (APP).	3	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de investimentos para implantação de vias de acesso adequadas ao local 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução da acessibilidade. - Redução do aproveitamento da área como espaço de lazer. 	PMO.
Lançamento de esgoto domésticos em área de manguezal.	3,4	<ul style="list-style-type: none"> - Deficiência na fiscalização ambiental. - Falta de saneamento básico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução da balneabilidade com risco à saúde da população e da fauna do manguezal. - Diminuição do fluxo turístico com reflexos econômicos negativos. 	COMPESA, PMO.
Descaso com o sítio histórico e patrimônio cultural (Marco da Segunda Invasão Holandesa - 1630).	3	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de investimentos para ações de preservação do patrimônio histórico-cultural e religioso. 	<ul style="list-style-type: none"> - Perda do fluxo turístico com reflexos econômicos negativos. - Degradação do patrimônio cultural. 	IPHAN, PMO, População.



Unidade 5 - Rua Joana D'Arc Sampaio até a Foz do Rio Paratibe + Comunidade "McLaren"				
Problemas	Trecho(s) onde ocorre	Fatores geradores	Efeitos e impactos associados ao problema	Atores envolvidos
Ocupação Irregular em área de APP	3,4	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de Planos, Projetos e Ações para investimento voltado a requalificar usos conforme previsto na Lei de Uso e Ocupação do Solo. - Ausência de fiscalização no controle de uso e ocupação do solo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Degradação do Meio Ambiente (Manguezal). - Risco à saúde da população 	PMO, SECID e População.



5.3 Divisão Territorial da Orla de Olinda

Com base na divisão da orla apresentada no item 4 deste Plano e na Lei Municipal Nº 5.631/2008, que estabelece o uso, ocupação e parcelamento do solo do município de Olinda, foram identificadas em que zonas estabelecidas na Lei, está contido o território definido da orla (Figura 37) A seguir apresenta-se as referidas zonas, suas nomenclaturas e especificidades.

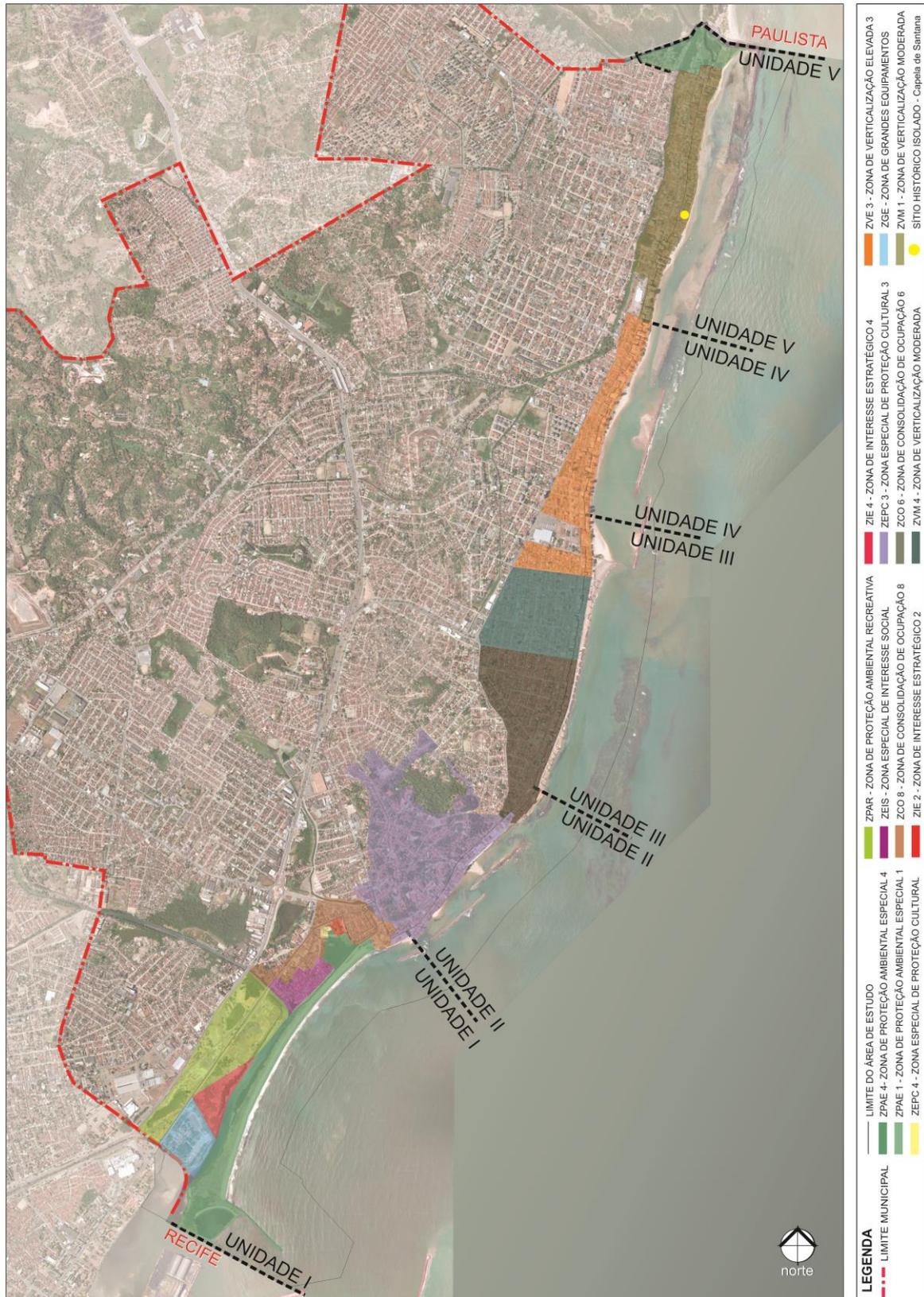


Figura 37. Zonas estabelecidas na Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo do Município de Olinda, que estão contidas na Orla delimitada.



Zona de Proteção Ambiental Especial (ZPAE)

O Art. 12 define a ZPAE como uma “*área de conservação ambiental, destinada a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção de sistemas ambientais frágeis*”. Sendo esta zona caracterizada, ainda por ser “*non aedificandi*” (conforme Art. 43) assim como, é proibido o parcelamento do solo em áreas localizadas na ZPAE (Art. 103, Inciso II).

Na faixa de orla municipal estabelecida para Olinda, observa-se a presença de três ZPAE, sendo elas a ZPAE 01 – Foz do Rio Paratibe, ZPAE 02 – Mangue de Sta. Tereza e ZPAE 04 – Istmo de Olinda. A ZPAE 01 fica inteiramente localizada na Unidade 05. Já as ZPAE 02 e 04 estão localizadas na Unidade 01.

Zona de Grandes Equipamentos (ZGE)

O Art. 17 define a ZGE como “*a zona que concentra equipamentos com raio de ação de âmbito regional*”. Na faixa da orla estabelecida para o município de Olinda, observa-se a presença de uma ZGE, sendo ela a ZGE 02 – Escola de Aprendizes Marinheiro. A ZGE 02 fica inteiramente localizada na Unidade 01.

Zona de Preservação Ambiental Recreativa (ZPAR)

O Art. 13 define a ZPAR como uma zona que “*tem a finalidade de proteger áreas que, tendo em vista seus atributos ambientais, oferecem potencial para atividades recreativas*”. Já o Art. 103, Inciso II, proíbe o parcelamento do solo nas ZPAR.

Na faixa da orla estabelecida para o município de Olinda, observa-se a presença de uma ZPAR, sendo ela a ZPAR 08 – Parque Memorial Arcoverde. A ZPAR 08 fica inteiramente localizada na Unidade 01.

Zona de Interesse Estratégico (ZIE)

O Art. 19 define a ZIE como uma “*zona que pela sua localização, extensão e continuidade territorial assume importância estratégica para o desenvolvimento urbano do Município*”. O Art. 49 discorre, no seu Inciso 1, que “*só será admitida a ocupação da ZIE 04 por empreendimento cuja instalação viabilize a sustentabilidade do Parque do Coqueiral (trecho existente entre a Praia Del Chifre e a Av. Olinda inserido na ZPAR 8), cujos parâmetros de*



ocupação deverão ser respeitados". Já o Inciso 2 do referido Art. define que *"para a construção de qualquer empreendimento na ZIE 04 o projeto deverá ser objeto de concurso público"*.

Na faixa da orla estabelecida para o município de Olinda, observa-se a presença de duas ZIE, sendo elas a ZIE 02 – Umarama e ZIE 04 – Coqueiral, que encontram-se inseridas na Unidade 01.

Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)

O Art. 16 define as ZEIS como uma *"área de assentamentos habitacionais de população de baixa renda, surgidos espontaneamente, existentes, consolidados ou propostos pelo Poder Público, onde haja possibilidade de urbanização e regularização fundiária"*. O Art. 103, Inciso I, diz que o parcelamento do solo nas ZEIS está sujeito a legislação específica.

Na faixa da orla estabelecida para o município de Olinda, observa-se a presença de uma ZEIS, denominada ZEIS 01 – Ilha do Maruim, Unidade 01.

Zona de Consolidação de Ocupação (ZCO)

O Art. 9 define a ZCO como áreas que *"buscam conservar o padrão de urbanização dominante"*. Na faixa da orla estabelecida para o município de Olinda, observa-se a presença de duas ZCO, sendo elas a ZCO 06 – Bairro Novo e ZCO 08 – Umarama. A ZCO 06 abrange áreas da Unidade 02 e Unidade 03. Já a ZCO 08 está inteiramente localizada na Unidade 01.

Zona Especial de Proteção Cultural (ZEPC)

O Art. 14 define a ZEPC como zona que tem *"como finalidade proteger áreas e bens que encerram valores culturais reconhecidos, tangíveis e intangíveis, assegurando a qualidade ambiental, quando se tratar das áreas próximas e a proteção rigorosa, quando se tratar do entorno imediato"*. O Art. 103, Inciso I, diz que o parcelamento do solo na ZEPC está sujeito a legislação específica.

Na faixa de orla municipal estabelecida para Olinda, observa-se a presença de duas ZEPC, sendo elas a ZEPC 03 – Sítio Histórico Carmo-Varadouro e a ZEPC 04 – Sítio Histórico de Santa Tereza. A ZEPC 03 abrange áreas da Unidade 01 e Unidade 02. Já a ZEPC 04 fica inteiramente localizada na Unidade 01.



Zona de Verticalização Moderada (ZVM)

O Art. 10 define a ZVM como uma zona que *“tem como objetivo compatibilizar o crescimento urbano com a necessidade de conservação da qualidade ambiental da cidade, tendo em vista as limitações infraestruturais do Município de Olinda”*.

Na faixa da orla estabelecida para o município de Olinda, observa-se a presença de duas ZVM, sendo elas a ZVM 01 – Orla de Rio Doce e a ZVM 04 – Orla Bairro Novo. A ZVM 01 está localizada na Unidade 05. Já a ZVM 04 está localizada na Unidade 03.

Sobreposta a ZVM1, em Rio Doce, encontra-se a Capela de Santana de Rio Doce, em área caracterizada como Sítio Histórico Isolado com perímetro 652,77m.

Zona de Verticalização Elevada (ZVE)

O Art. 11 define a ZVE como uma zona que *“tem a finalidade de incrementar o desenvolvimento das atividades produtivas, respeitada a especificidade do Município de Olinda como Patrimônio Cultural da Humanidade, e tendo em vista a disponibilidade de infra-estruturas instaladas neste tipo de zona”*.

Na faixa da orla estabelecida para o município de Olinda, observa-se a presença da ZVE 03 – Casa Caiada 01 (entre a Av. Beira Mar e a Governador Carlos de Lima Cavalcanti) e sua localização abrange áreas da Unidade 03 e Unidade 04.

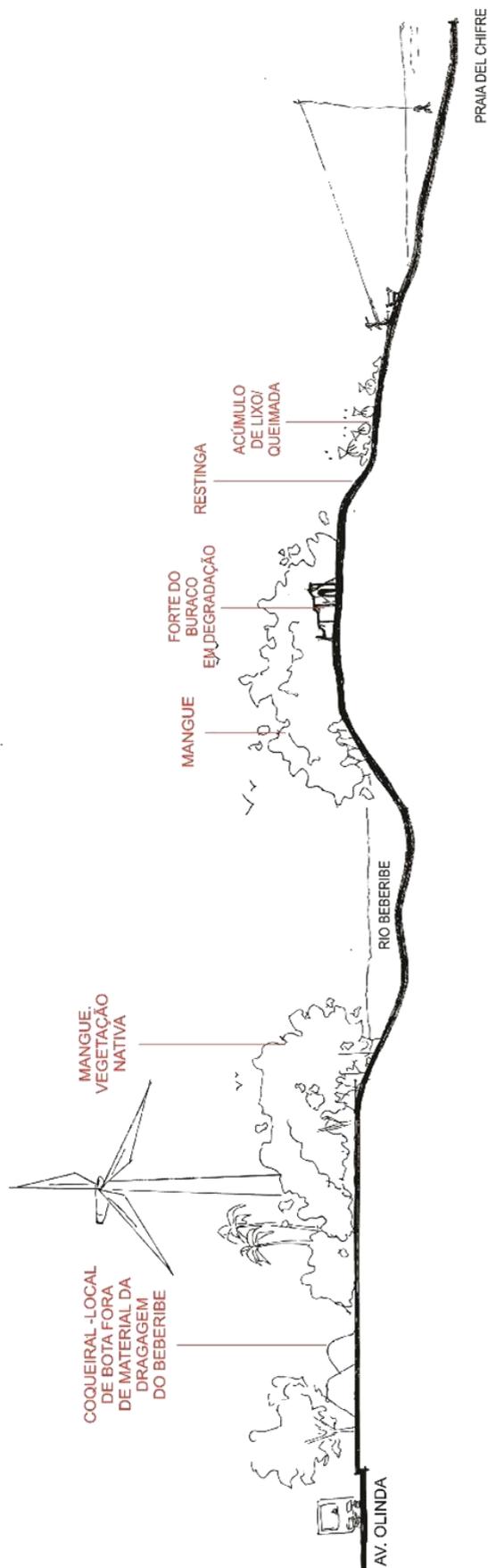
6. CENÁRIOS PARA A ORLA

A partir do diagnóstico detalhado (classificação; descrição dos atributos naturais, paisagísticos e socioeconômicos; identificação de atividades geradoras de problemas e atores envolvidos; problemas de uso e ocupação e impactos na orla; estrutura fundiária da orla) dos trechos e unidades delimitadas para orla de Olinda, foram desenvolvidos, durante as oficinas, cenários relativos à situação atual de cada trecho, cenários de tendência, ilustrando o que ocorreria caso nenhuma ação fosse tomada para resolver os problemas e conflitos identificados, e os cenários desejados, que é o cenário que se gostaria de ver.

Esta seção do PGIO representa os diferentes cenários criados para cada trecho da orla, bem como apresenta um texto descritivo relativo a esses cenários, explicitando conflito, problemas, desejos e ações a serem tomadas. As plantas de Situação Atual/Usuários dos Trechos de cada Unidade que estão apresentadas no Anexo 1.



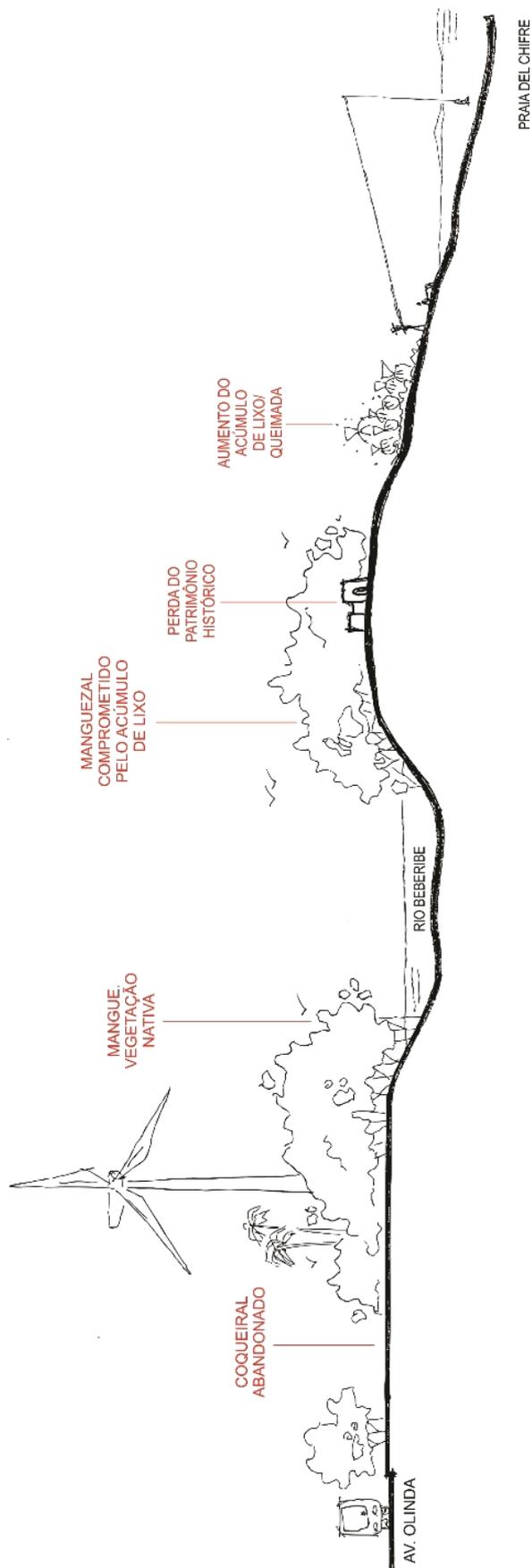
Trecho 1.1 - Cenário Atual



Trecho caracterizado pela presença do Istmo que forma a praia Del Chifre. A área de pós-praia é recoberta por vegetação de restinga, em sua maior parte rasteira e arbustiva numa proporção menor na extremidade sul próximo às ruínas do Forte do Buraco. No lado continental as duas margens do rio Beberibe, encontram-se recobertas por manguezal com árvores apresentando um bom estado de conservação, apesar dos altos índices de poluição por esgoto das águas e a grande quantidade de resíduos sólidos que são trazidos pelo rio Beberibe. O Forte do Buraco, importante monumento histórico do período holandês e cujo único acesso por terra está restrito à Ilha do Maruim, encontra-se abandonado e, até onde pôde ser apurado, sem perspectivas de uma intervenção de restauração e preservação da sua estrutura. A Escola de Aprendizes-Marinheiros e o “Coqueiral de Olinda” estão situados nesse trecho. Atualmente, a área do “Coqueiral” está servindo como local de bota espera do material oriundo da dragagem do rio Beberibe (obra do Governo do Estado de Pernambuco), mas com perspectivas de serem removidos para destinação final. A vegetação que recobre partes da área do coqueiral é predominantemente da espécie exótica *Pithecellobium Dulce*. A praia possui dunas de areia. Toda a sua extensão está degradada por resíduos sólidos provenientes das áreas mais ao sul e também carreados pelo rio Beberibe. Como as correntes são predominantemente de sul para norte, tais resíduos são lançados nessa praia. Paralelo à questão dos resíduos, foram registrados pontos de queimada na faixa de areia. A paisagem é complementada por um aerogerador (turbina eólica), atualmente, parado. A dificuldade de acesso à área não favorece a prática de atividades de lazer no local, que tem como principais atividades a pesca de subsistência e amadora.



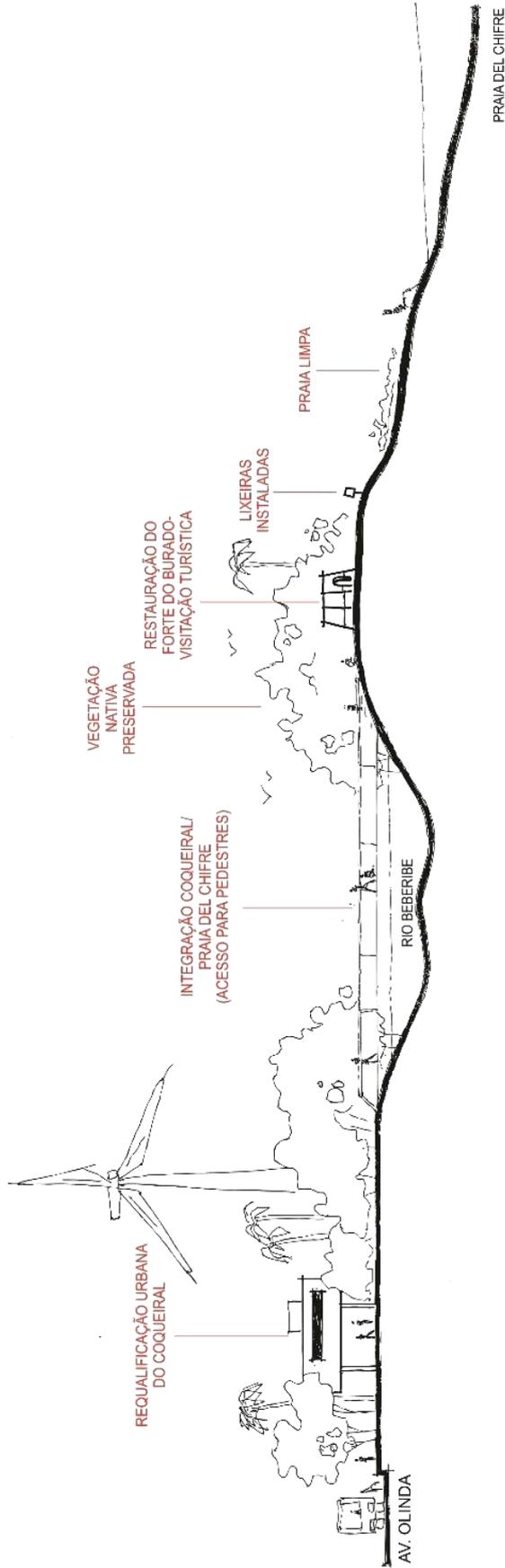
Trecho 1.1 - Cenário de Tendência



Trecho da praia Del Chifre continua recoberta por vegetação de restinga rasteira, mas sob constante risco de sofrer com o aumento de queimadas na faixa de vegetação rasteira. A vegetação arbustiva no entorno das ruínas do Forte do Buraco se desenvolveu e está cobrindo ainda mais aquela porção do Istmo. O manguezal presente nas duas margens do rio Beberibe, encontra-se em bom estado de conservação, apesar do aumento considerável da poluição e dos resíduos sólidos carreados através do rio. O Forte do Buraco continua abandonado, com suas ruínas em pior estado de conservação, resultando numa perda de patrimônio histórico e turístico. Com o término das obras de dragagem, o material depositado na área do “Coqueiral de Olinda” foi removido e a área continua sem vegetação que proteja o solo, exceto por coqueiros. A vegetação predominante no “Coqueiral de Olinda”, da espécie exótica *Pithecellobium Dulce*, continua a recobrir a área numa proporção maior. As dunas de areia existentes seguem degradadas pela deposição de resíduos sólidos lançados e, em meio a esse problema, a pesca de subsistência e amadora continuam a ser praticadas. O aerogerador (turbina eólica) continua a fazer parte da paisagem do trecho 1.1.



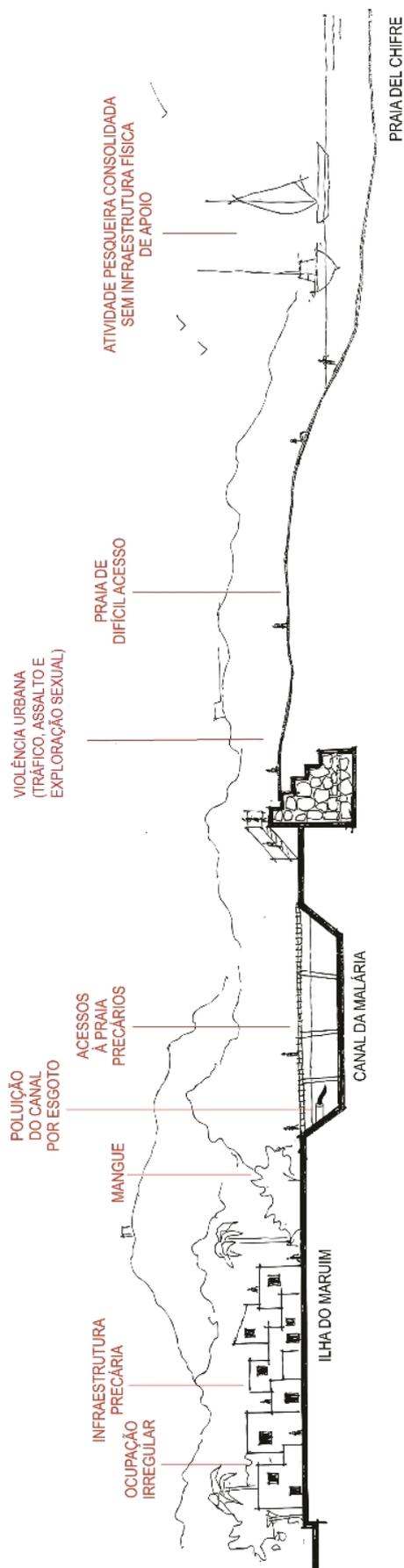
Trecho 1.1 - Cenário Desejado



Trecho da praia Del Chifre com vegetação de restinga preservada, manguezais do rio Beberibe livres de resíduos sólidos e com carga de poluição reduzida. Área do “Coqueiral de Olinda” com requalificação urbana (após resgate de projetos existentes como Recife/Olinda ou Operação Urbana Memorial Arcoverde - Secretaria das Cidades/PE). Forte do Buraco devidamente restaurado e aberto à visitação turística e para pesquisa, com acesso facilitado por passarela sobre o rio Beberibe, que serve também à integração com a praia Del Chifre. Esta, por sua vez, devidamente equipada com lixeiras e provida de serviços de coleta de lixo em intervalos regulares, favorecendo uma praia limpa para uso público. Posto do Corpo de Bombeiros instalado, assim como Patrulha do Bairro.



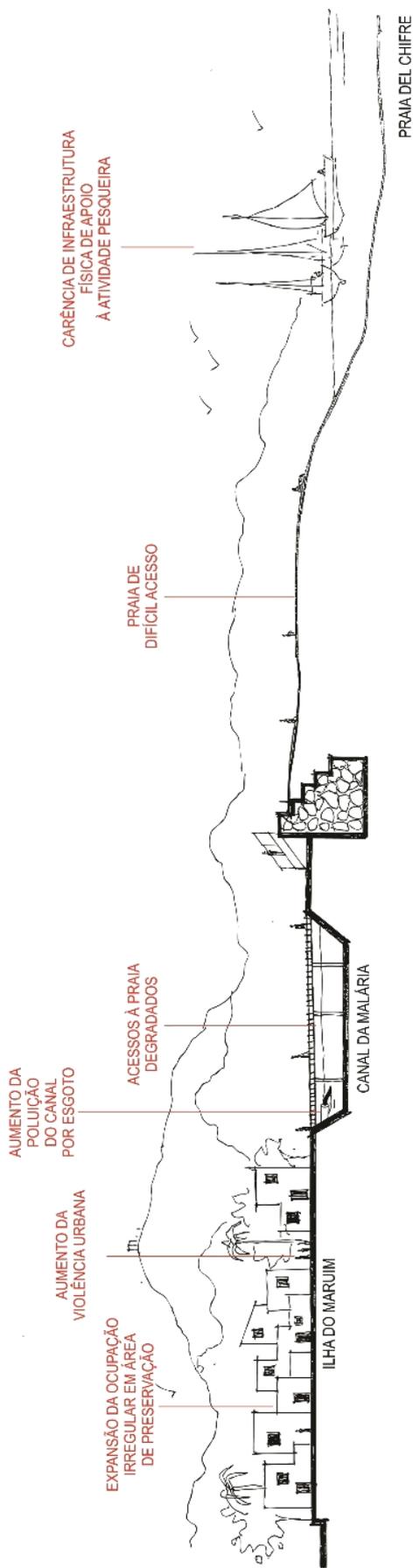
Trecho 1.2 - Cenário Atual



Trecho de praia com vegetação de restinga esparsa na sua porção norte. Na sua parte interna, é cortado pelo Canal da Malária – no sentido norte-sul - em trechos com dois tipos de paisagem: na porção sul, moradias populares irregulares com infraestrutura precária caracterizada pela falta de regularização fundiária, complementação do saneamento básico com lançamento de esgoto no Canal da Malária e Rio Beberibe, falta de banheiros públicos, iluminação adequada e registro de resíduos sólidos no ambiente terrestre e aquático, e, na sua porção norte, fragmento composto por bosque de mangue em bom estado de conservação. O acesso à praia Del Chifre é composto por três passarelas sobre o Canal da Malária, sendo duas em madeira e uma em ferro, construídas pela população, algumas em condições precárias de segurança ao usuário. Atividade pesqueira consolidada, porém sem infraestrutura física de apoio aos pescadores (sede). O Canal da Malária apresenta alto índice de contaminação por esgotos domésticos. A ocorrência de tráfico de drogas, assaltos e exploração sexual no trecho é frequente. A área de mangue vem sofrendo pressão e desmatamento devido a ocupações irregulares. Ausência de sinalização nas áreas de risco em relação a ataques de tubarão e à questão da balneabilidade.



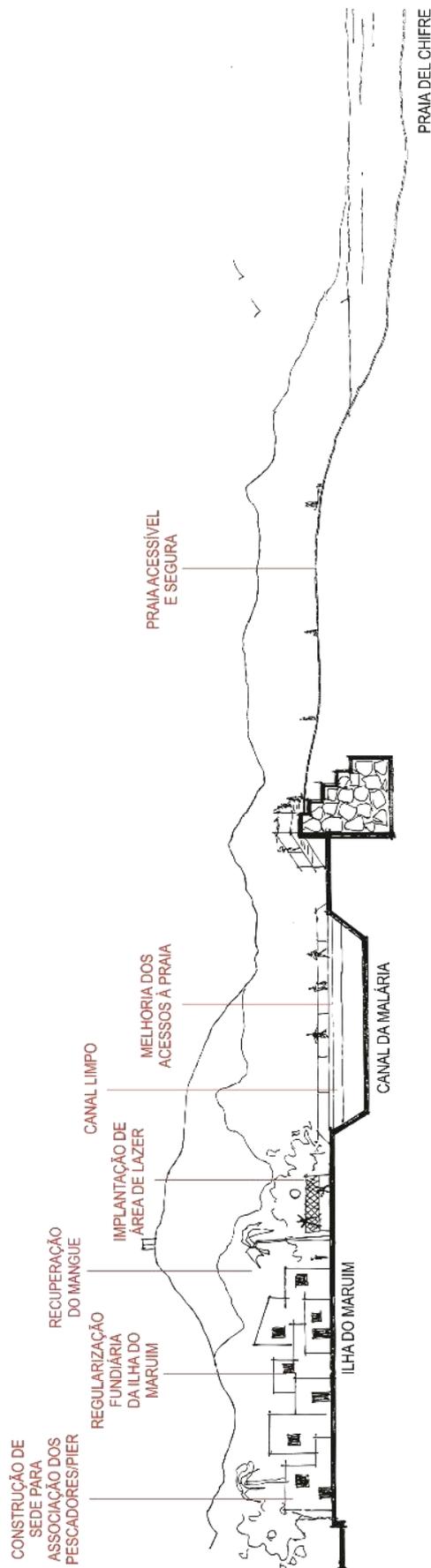
Trecho 1.2 - Cenário de Tendência



Vegetação de restinga rasteira na sua porção norte. O número de moradias populares irregulares foi ampliado causando desmatamento do manguezal para a construção de novas moradias. A infraestrutura é precária e é caracterizada pela falta de regularização fundiária, saneamento básico com lançamento de maior quantidade de esgoto no Canal da Malária e rio Beberibe, falta de banheiros públicos, iluminação pública insuficiente e registro de resíduos sólidos. O bosque de mangue encontra-se em estado de degradação. O acesso à praia Del Chifre está degradado com passarelas sobre o Canal da Malária em péssimo estado de conservação, sem segurança alguma ao usuário. Continuidade da atividade pesqueira no trecho, ainda sem a infraestrutura física de apoio adequada aos pescadores. Aumento na ocorrência de tráfico de drogas, assaltos e exploração sexual após a expansão da comunidade. Ausência de sinalização de risco em relação a ataques de tubarão e à questão da balneabilidade com registro de incidentes.



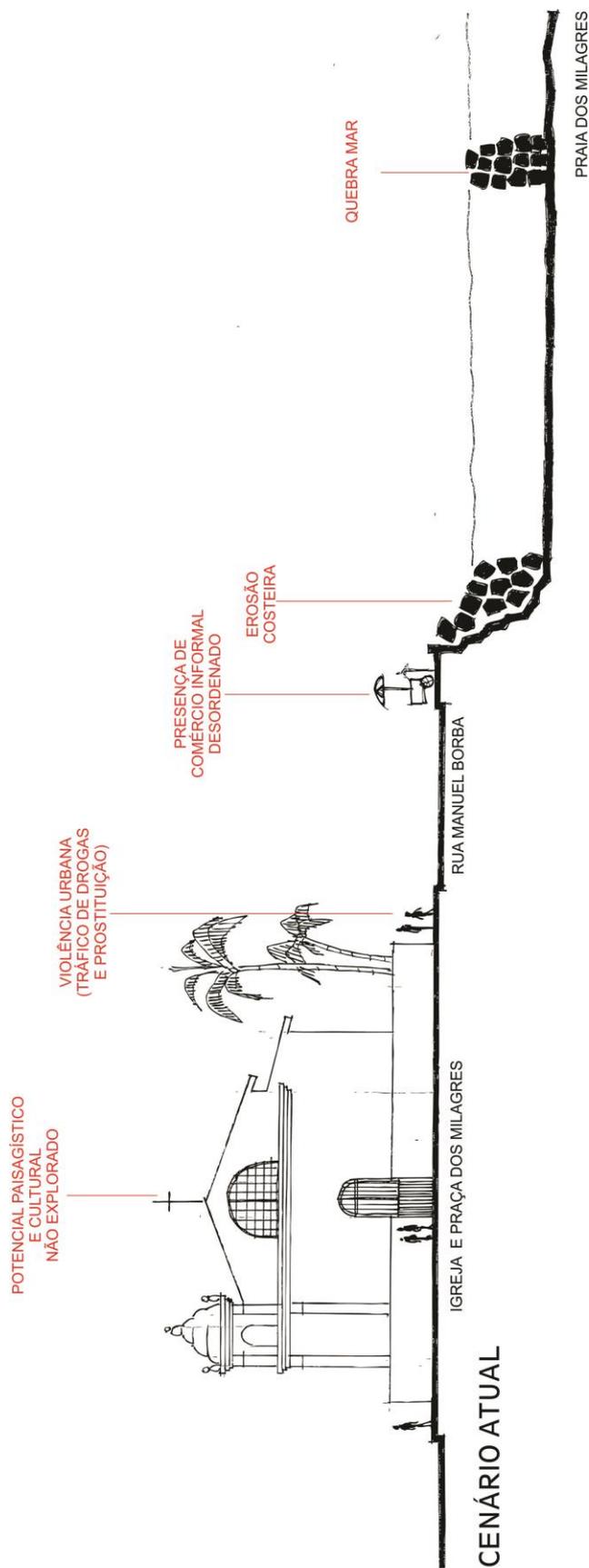
Trecho 1.2 - Cenário Desejado



Regularização fundiária da Ilha do Maruim. Moradias com saneamento básico. Presença de banheiros públicos, iluminação adequada, ambiente terrestre e aquático sem resíduos sólidos. Criação de espaço destinado para o lazer, prática de esportes e atividades culturais. Bosque de mangue em bom estado de conservação integrado a programas de Educação Ambiental com a população. Melhoria no acesso à praia de Del Chifre com a requalificação das passarelas sobre o Canal da Malária, proporcionando acessibilidade e segurança à população. Atividade pesqueira consolidada com sede para associação dos pescadores e pier de atracação. O Canal da Malária limpo, sem contaminação orgânica. Aumento da segurança do local coibindo o tráfico de drogas, assaltos e exploração sexual no trecho. Sinalização das áreas de risco em relação a ataques de tubarão e à questão da balneabilidade, assim prevenindo acidentes. Existência de Viabilidade para terreno da União (Antigo Quartel) para implantação de equipamentos que gerem emprego e renda, integrando-se à comunidade da Ilha do Maruim e entorno.



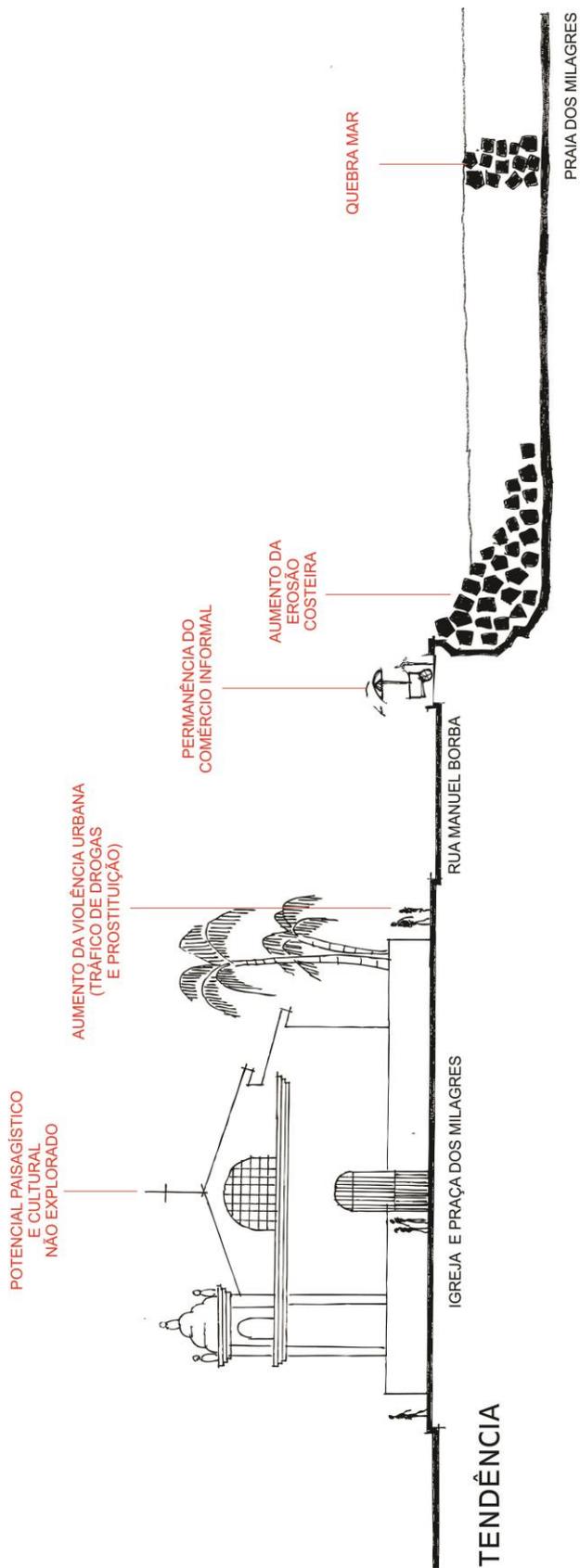
Trecho 1.3 - Cenário Atual



Trecho de praia é coberto por rochas na formação de um enrocamento aderente em trecho que sofre pela erosão costeira, possui também um quebra mar. Contém dois tipos de paisagem: na porção sul, moradias populares irregulares com infraestrutura precária caracterizada pela falta de regularização fundiária e saneamento básico, e, na sua porção norte, o mar com uma estreita faixa de areia. O trecho é carente de banheiros públicos e iluminação adequada. Possui alto potencial paisagístico-cultural (Igreja dos Milagres e Praça dos Milagres) que poderia ser explorado turisticamente. Comércio informal desordenado (ambulantes e barracas). A ocorrência de tráfico de drogas e exploração sexual no trecho conhecido como “inferninho” é frequente. Indícios de erosão em alguns pontos neste trecho.



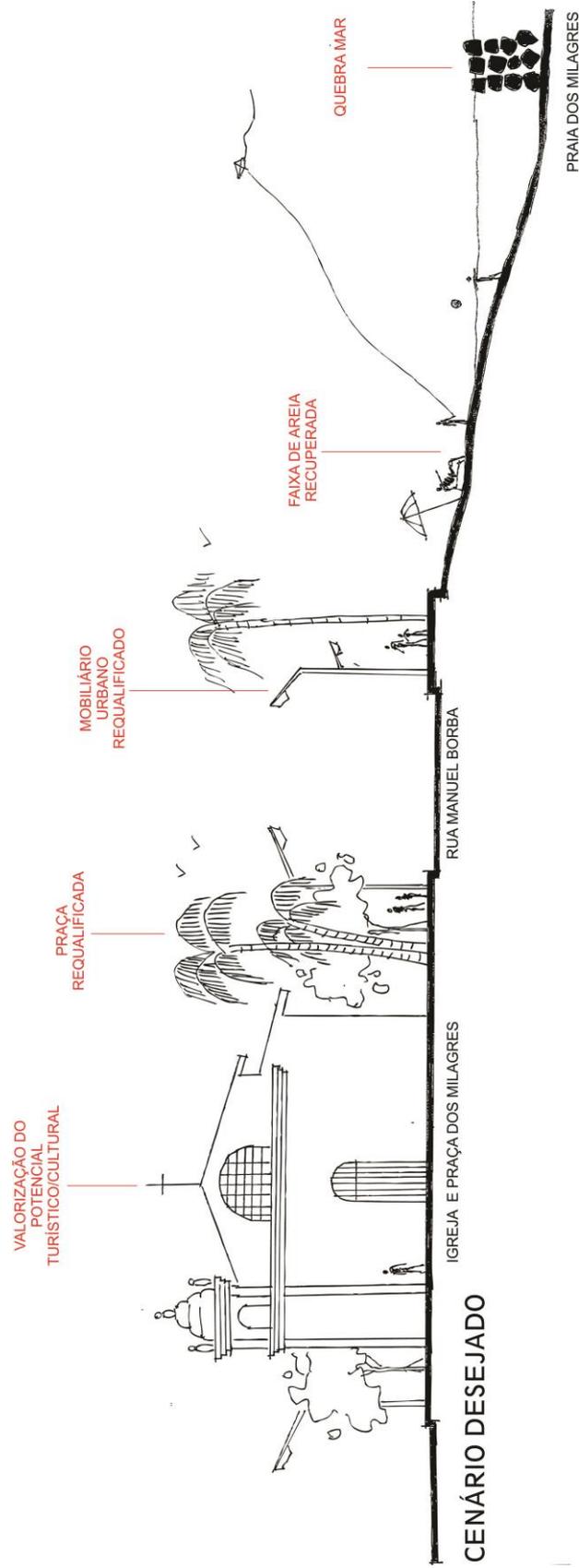
Trecho 1.3 - Cenário de Tendência



Aumento da erosão costeira. Na porção sul, aumento do número de moradias populares irregulares, e, na sua porção norte, aumento do estreitamento da faixa de areia. Falta de banheiros públicos, de iluminação adequada e de saneamento básico. Ausência de sinalização da área para risco em relação a ataques de tubarão. Aumento dos Resíduos sólidos no ambiente terrestre e marinho. Potencial paisagístico-cultural (Igreja dos Milagres e Praça dos Milagres) não explorado turisticamente. Falta de área de lazer. Intenso comércio informal desordenado (ambulantes e palhoceiros). Aumento do tráfico de drogas e exploração sexual no trecho conhecido como “inferinho”.



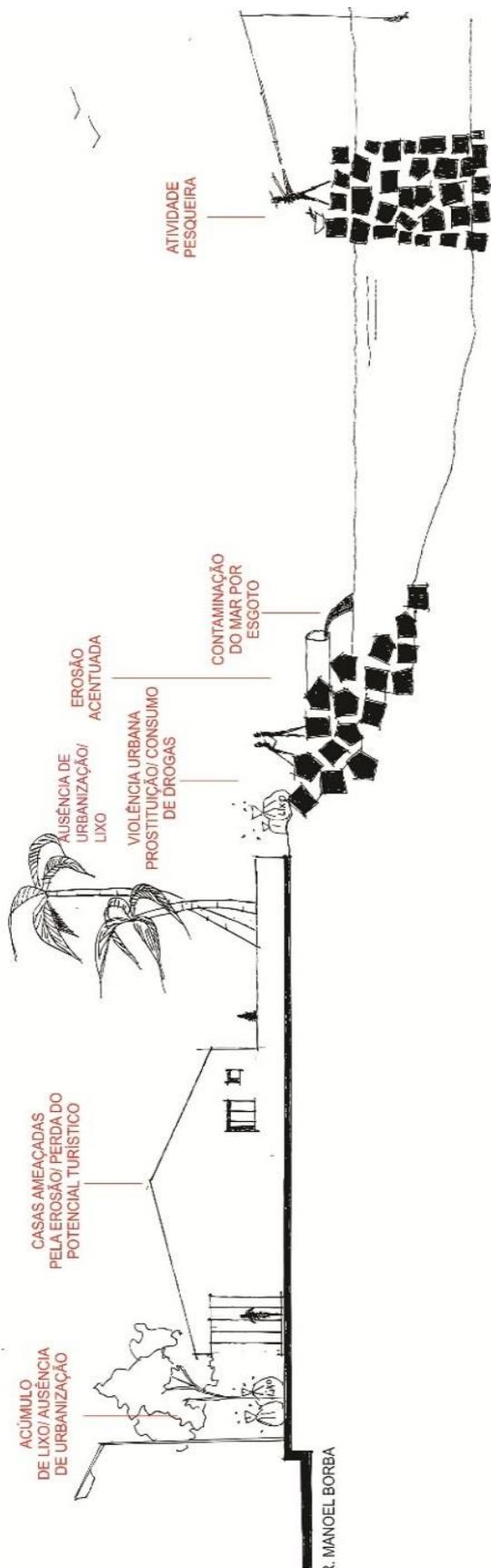
Trecho 1.3 - Cenário Desejado



Trecho de praia com ampla faixa de areia com a presença de quebra mar de proteção. Moradias populares regularizadas com saneamento básico. Requalificação da área com a construção de banheiros públicos e uma rede de iluminação adequada (requalificação do mobiliário urbano). Valorização do potencial paisagístico-cultural, requalificação da Praça dos Milagres e revitalização da igreja, assim como comércio na orla regularizado. Aumento da segurança do local coibindo o tráfico de drogas e a exploração sexual no trecho conhecido como “inferninho”.



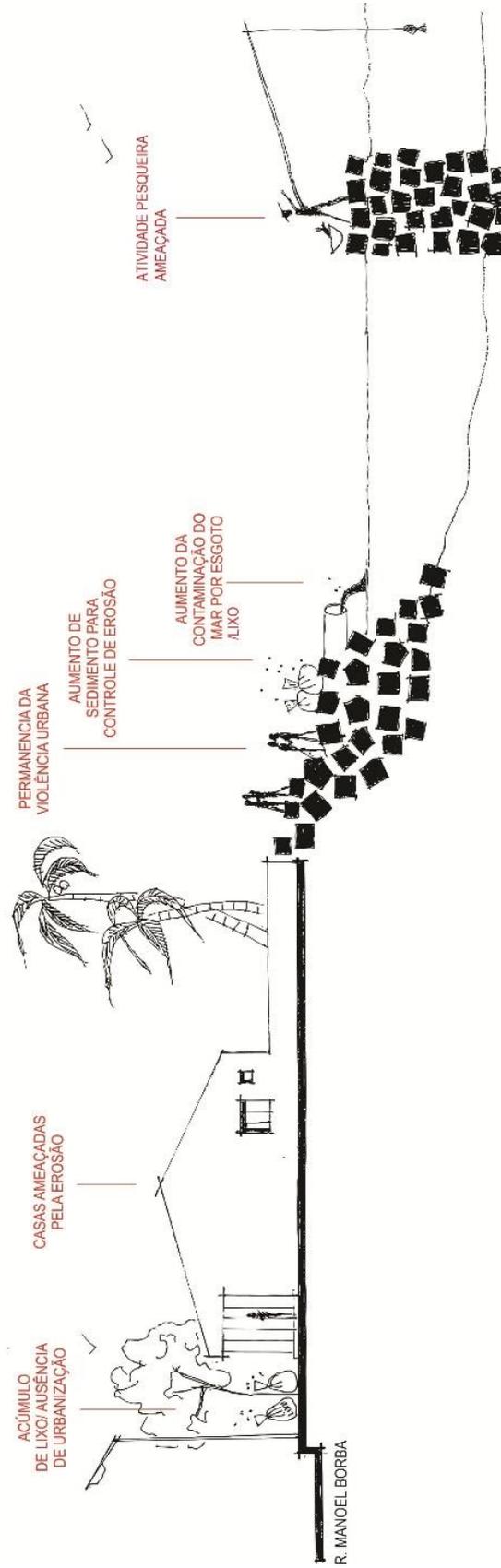
Trecho 2.1 - Cenário Atual



Na parte marinha, observa-se um quebra mar voltado para proteção da costa. Na parte mais continental, registram-se duas situações: a) uma pequena faixa de areia na orla, utilizada por banhistas; b) trecho com enrocamento aderente para proteção das casas localizadas à beira-mar. Apesar disso, há seções que encontram-se com processos erosivos acentuados. Em termos de infraestrutura, registram-se condições sanitárias insatisfatórias, com o lançamento de esgoto e poluição da água do mar. Na parte continental, o acúmulo de lixo é latente. As ruas que dão acesso à orla estão degradadas e algumas sem iluminação pública. Um dos acessos encontra-se parcialmente privatizado. A atividade pesqueira é exercida no trecho e pescadores fundeiam seus barcos na área protegida do quebra mar. A falta de segurança pública também é uma realidade, principalmente, em relação ao tráfico e consumo de drogas e a prostituição. Vários imóveis estão com utilização abaixo do potencial turístico existente para aquela área e potencial para instalação de mirantes de contemplação da paisagem no final dos acessos a orla.



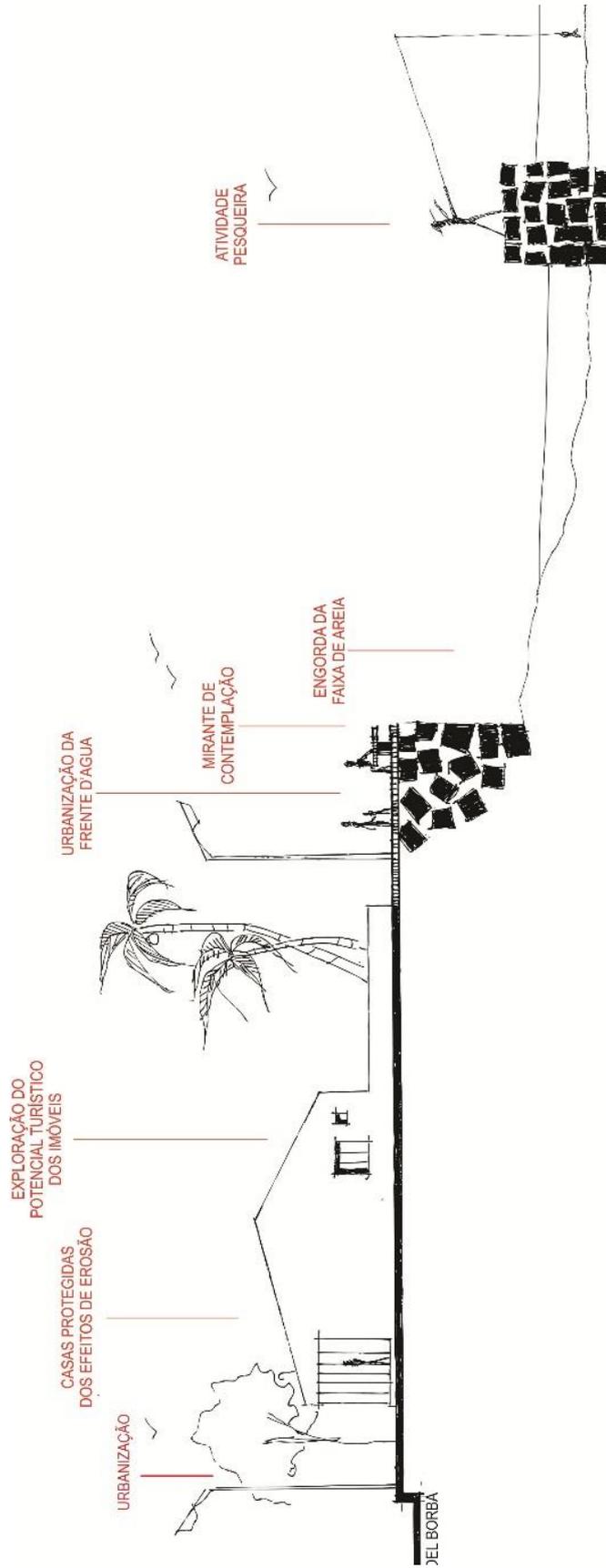
Trecho 2.1 – Cenário de Tendência



Apesar da existência de um quebra mar voltado para proteção da costa e trecho com enrocamento aderente, observam-se processos erosivos acentuados, comprometendo a estabilidade das casas localizadas próximas ao mar. A praia do “L” ainda é bastante utilizada. Em termos de infraestrutura, registram-se condições sanitárias insatisfatórias, com o lançamento de esgoto e poluição da água do mar. O acúmulo de lixo é latente. A atividade pesqueira é exercida no trecho, porém está ameaçada. Pescadores fundeiam seus barcos na área protegida do quebra mar. O tráfego e o consumo de drogas, juntamente com a prostituição, ainda são práticas comuns e que geram insegurança para a população em geral. Abandono parcial ou total dos imóveis com potencial para uso turístico. Aumento de contenções improvisadas para proteção dos imóveis contra os danos provocados pela erosão costeira.



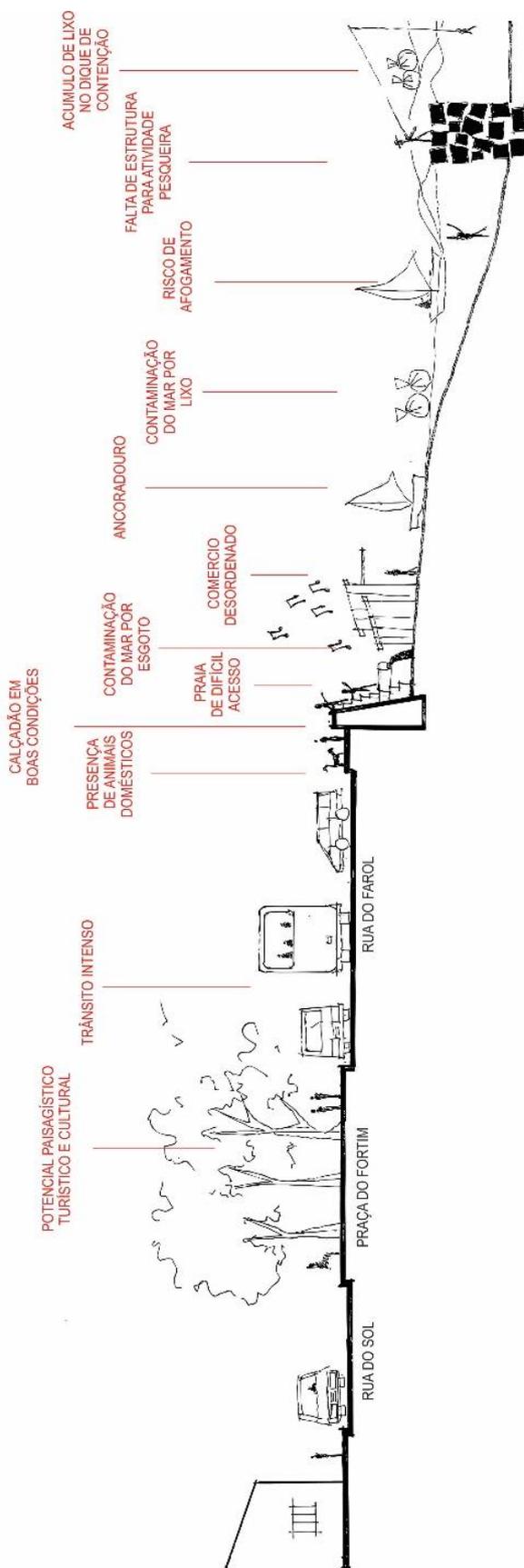
Trecho 2.1 – Cenário Desejado



Dique para proteção da costa bem preservado. Faixa de areia da praia ampliada por meio de engorda artificial. Orla com conservação das estruturas de proteção contra a erosão marinha sobre as moradias. Processos erosivos contidos e controlados. Construção de um calçadão de acesso ao trecho de areia. Acessos à orla requalificados e com boa iluminação pública, servindo como mirantes para contemplação da paisagem. Vias transversais de acesso requalificadas, limpas, sem acúmulo de lixo e área com condições sanitárias satisfatórias, com todo esgoto sendo coletado e destinado adequadamente. Continuidade de exploração da atividade pesqueira e embarcações são fundeadas na parte protegida dos quebra mares. A segurança pública é garantida e o tráfico de drogas e a prostituição contidos. Tais condições favorecem a exploração do potencial turístico dos imóveis localizados à beira-mar (pousadas, restaurantes).



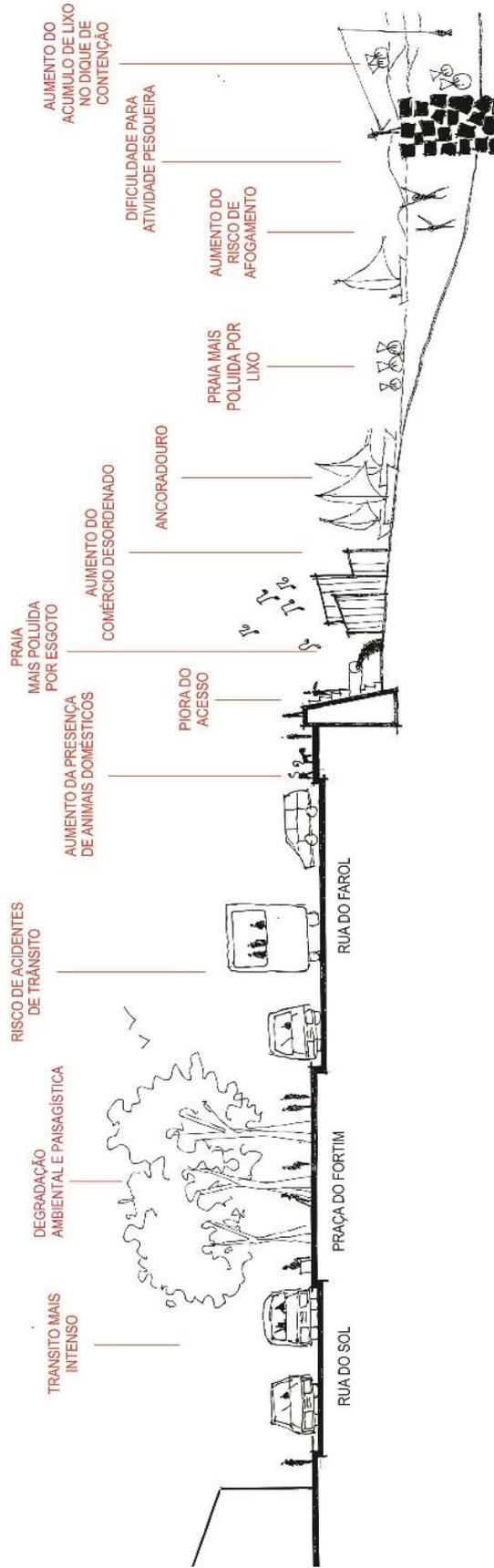
Trecho 2.2 – Cenário Atual



Observa-se uma orla com grande potencial paisagístico e turístico, sendo possível contemplar o sítio histórico. Presença de equipamentos de interesse cultural. Trecho com faixa de areia existente atrás do Cine Olinda e Correios, porém, esta encontra-se degradada pelo lançamento de esgoto, animais soltos, comércio desordenado, lixo, catraias amarradas na faixa de areia, poluição sonora e ausência de sanitários. O acesso à praia encontra-se bastante degradado. Existência de uma língua de areia que represa as correntes marítimas, acumulando lama e criando um ponto com alto risco de afogamento, que são frequentes. Presença de atividades pesqueiras/ancoragem de barcos, necessitando de melhor infraestrutura (pier). Ocorre o acúmulo de lixo no quebra mar. Existência de espaços para manifestações/eventos culturais, com ocorrência mensal da “sambada de coco na praia” na faixa de areia. Trânsito intenso e de alta velocidade limitando e cortando a área, causando acidentes. O calçadão encontra-se em boas condições, porém necessitando de manutenções periódicas.



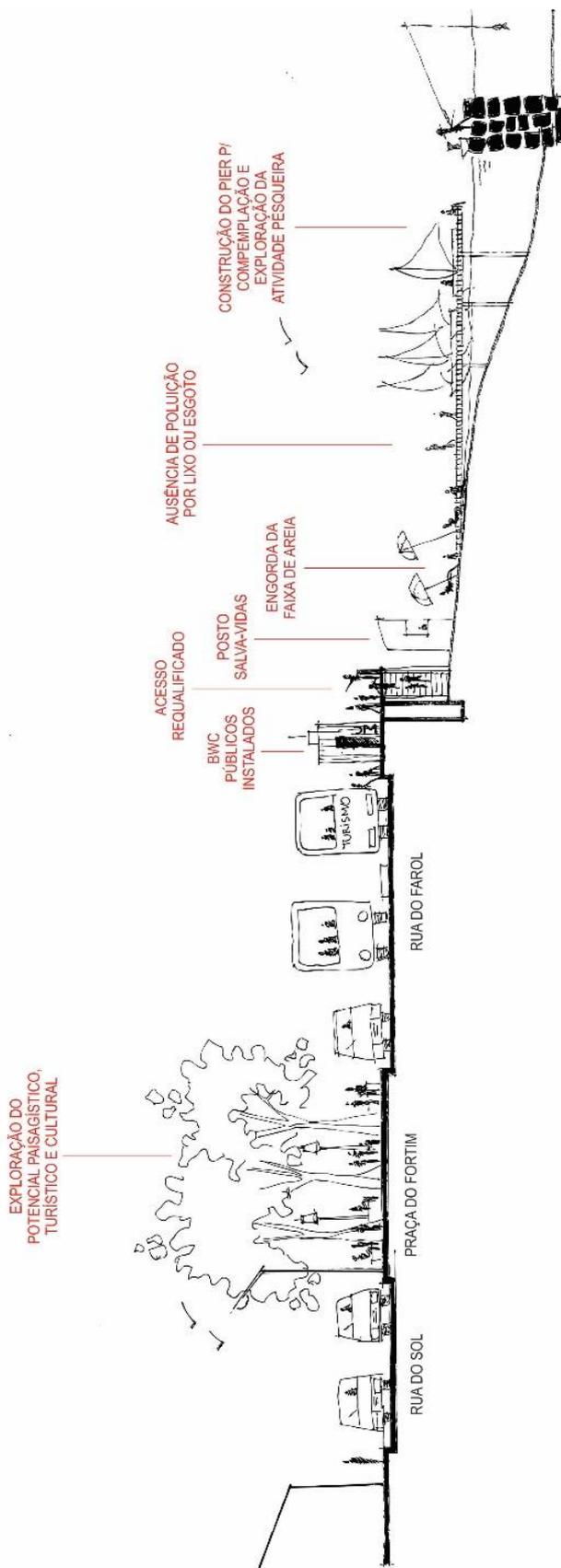
Trecho 2.2 – Cenário de Tendência



Aumento da degradação ambiental e paisagística, resultando numa diminuição do potencial turístico, econômico e de lazer para a população. Agravamento dos problemas observados na faixa de areia, notadamente os relativos a lixo, lançamento de esgoto, catraias amarradas, poluição sonora, comércio desordenado animais soltos e ausência de sanitários. Piora do acesso ao trecho de praia. Aumento no número de afogamentos no trecho próximo a língua de areia. Diminuição da ancoragem de barcos e da atividade pesqueira, devido à falta de melhor infraestrutura. Degradação do calçadão, caso não sejam realizadas manutenções periódicas. Aumento do acúmulo de lixo no quebra mar. Aumento no número de acidentes de trânsito no local.



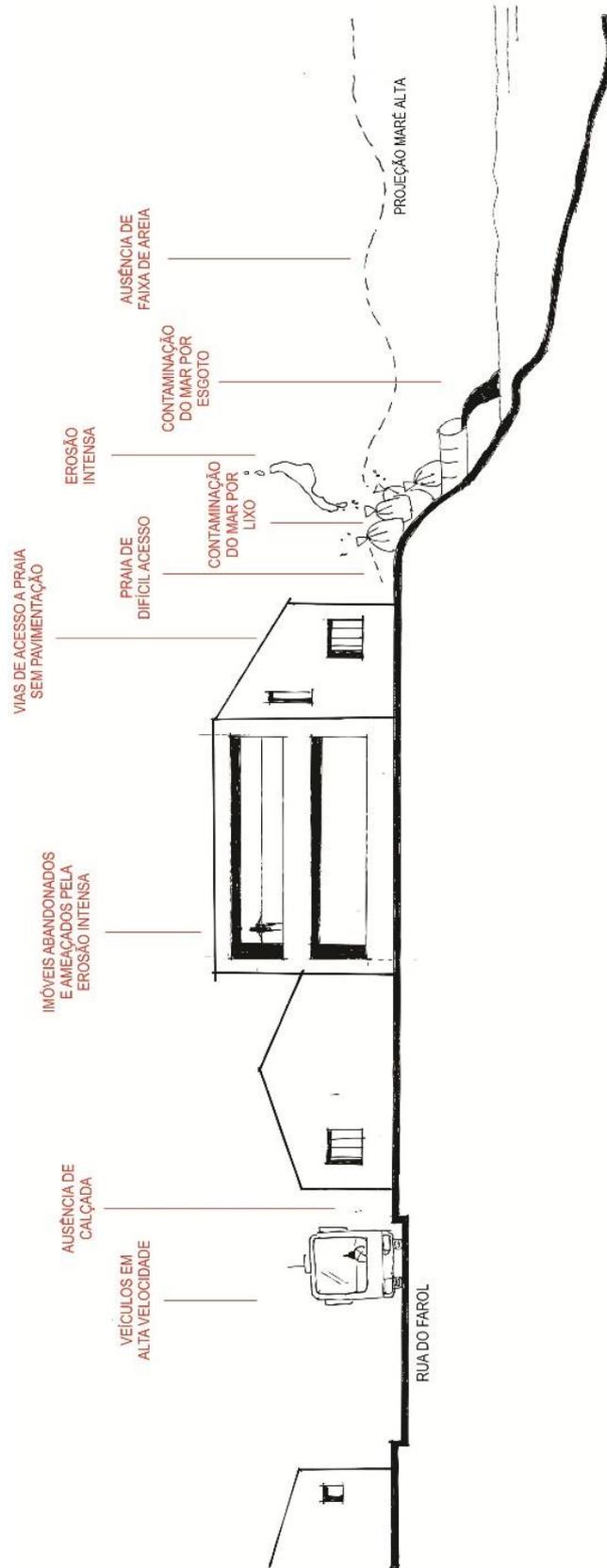
Trecho 2.2 – Cenário Desejado



Trecho de orla com faixa de areia ambientalmente preservada, sem lixo, despejo irregular de esgoto e animais soltos. Exploração maior do potencial turístico, paisagístico e de lazer, com edificações preservadas e usos de interesse cultural. Acessos à praia requalificados e em boas condições. Faixa de praia para lazer da população e turistas com areia e água limpa, comércio ordenado, disponibilização de sanitários públicos e sem poluição sonora. Programação cultural fixa, com maior utilização dos espaços disponíveis. Orla com condições e estrutura adequadas para a exploração da atividade pesqueira tradicional no local – construção do pier. Adoção de uma solução técnica para a “língua de areia” de forma a não represar a água e evitar o risco de afogamento no local. Instalação de um posto guarda vidas para uso nos dias de maior movimento. Construção de um calçadão interligando casas da cidadania até os correios, com estudo da possibilidade de um pier de contemplação. Engorda da faixa de areia com garantia de uso público.



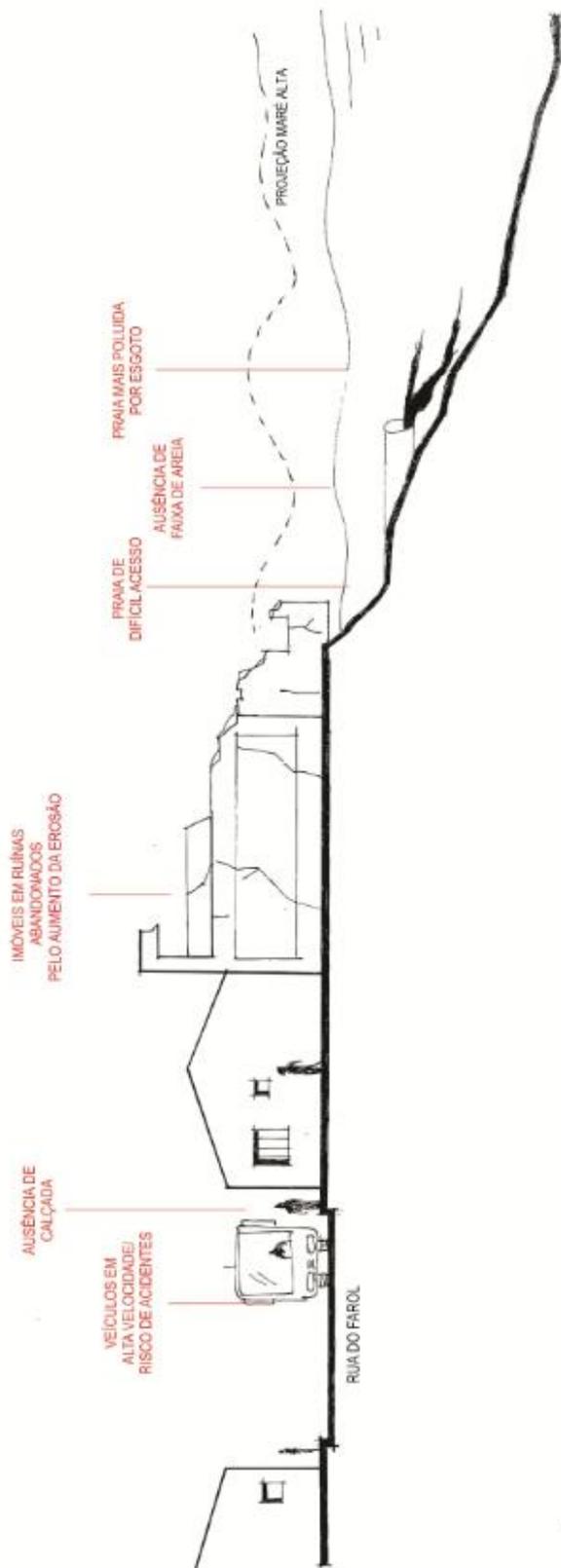
Trecho 2.3 – Cenário Atual



Observa-se uma orla com, praticamente, total ausência de faixa de areia, e intensa erosão atingindo as edificações à beira mar. Existência de pequena faixa de areia em frente ao antigo Luar de Prata. Presença de lixo/entulho na orla e lançamento de esgoto no mar, causando a redução da fauna marinha. Imóveis abandonados quase em ruínas na beira mar. Trânsito em alta velocidade, causando acidentes. Acesso precário à praia sem pavimentos, sendo um deles parcialmente privatizado. Ausência de calçadas.



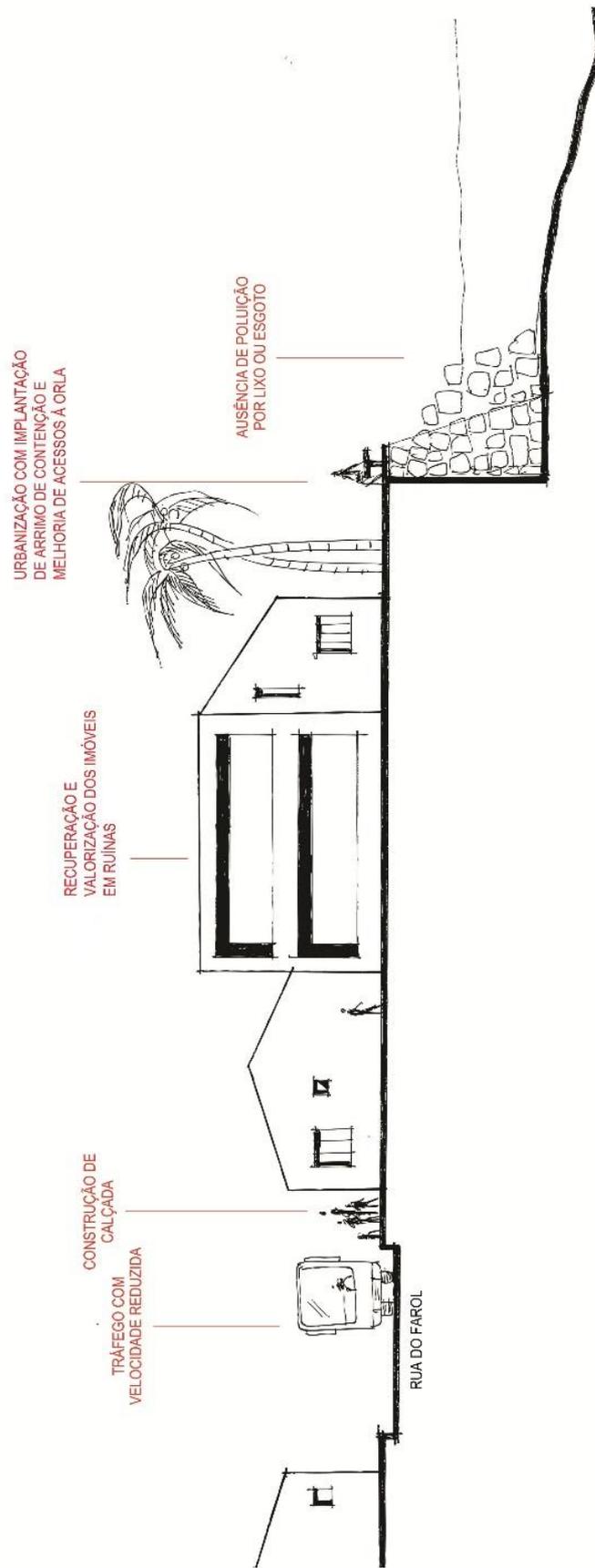
Trecho 2.3 – Cenário de Tendência



Qualidade ambiental do trecho comprometido com degradação ambiental e paisagística mais intensas. Edificações (moradias) existentes na beira mar em situação de provável desabamento em função do abandono e falta de manutenção dos mesmos. Processos erosivos mais intensos, gerando danos aos imóveis litorâneos. Aumento no despejo de lixo/lentinho na orla e da descarga de esgoto doméstico no mar, causando maiores prejuízos à fauna e atividade pesqueira, com possível diminuição ou deslocamento das populações de espécies da fauna marinha local. Aumento no número de acidentes de trânsito no local. Ocorrência de acidentes com pedestres, devido à ausência de calçadas.



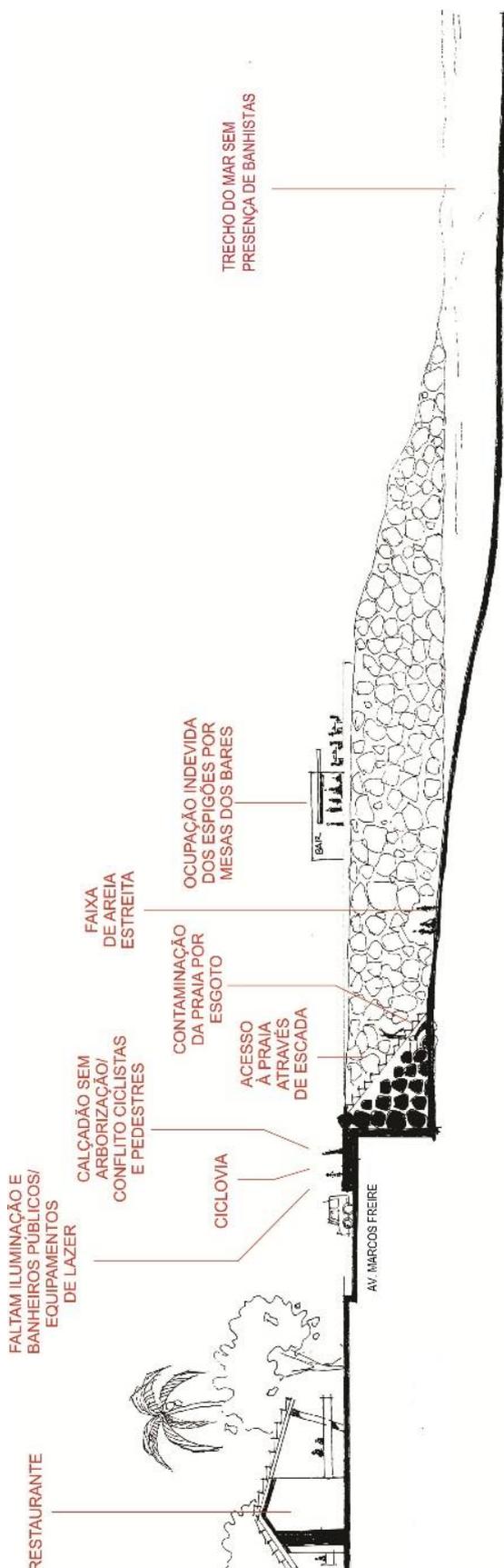
Trecho 2.3 – Cenário Desejado



Talude de proteção às casas executado com mantas de proteção, controlando a erosão sobre a faixa de orla e, por conseguinte, sobre as edificações à beira mar. Calçada na parte posterior dos imóveis e calçada na frente das edificações, à beira mar. Imóveis abandonados recuperados e em uso. Acessos à orla melhorados por meio de pavimentação de paralelepípedos. Área livre de lixo/entulho e do lançamento de esgotos. Fauna marinha no local reestabelecida e em equilíbrio. Controle da velocidade do tráfego de veículos no local, diminuindo o número de acidentes de trânsito.



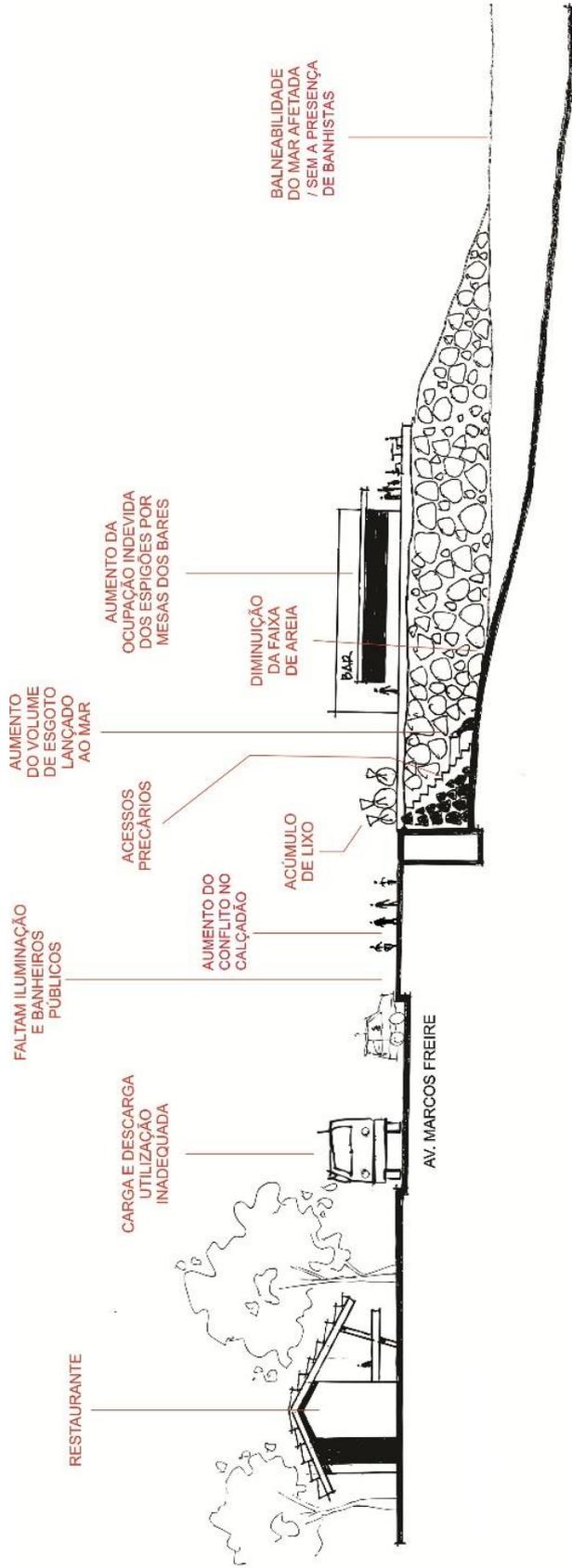
Trecho 3.1 – Cenário Atual



O trecho caracteriza-se por uma praia com faixa estreita de areia e espigões construídos com pedras. O acesso entre o calçadão e a praia dá-se por meio de escadas de acesso. No local, observa-se um trânsito intenso, com calçadão sem arborização. A presença de restaurantes é marcante e uma ciclovia se destaca ao longo do trecho. A praia é pouco utilizada por banhistas. No calçadão, existem conflitos de uso entre ciclistas e pedestres, além do uso indevido/irregular do espaço público com mesas e guarda-sol (nos espigões) por parte dos comerciantes/restaurantes. Os espigões são utilizados também como ponto de pesca amadora. No local, faltam aparelhos públicos de ginástica, equipamentos de lazer, banheiros públicos e iluminação adequada. Há presença de lixo nos espigões e calçadão. No mar, foram identificados vários pontos de saída de água pluvial contaminada por esgoto doméstico. Ausência de práticas de esportes náuticos. Na área não existem prédios de gabarito alto. Problema de segurança ao cidadão por meio da prática de delitos no trecho.



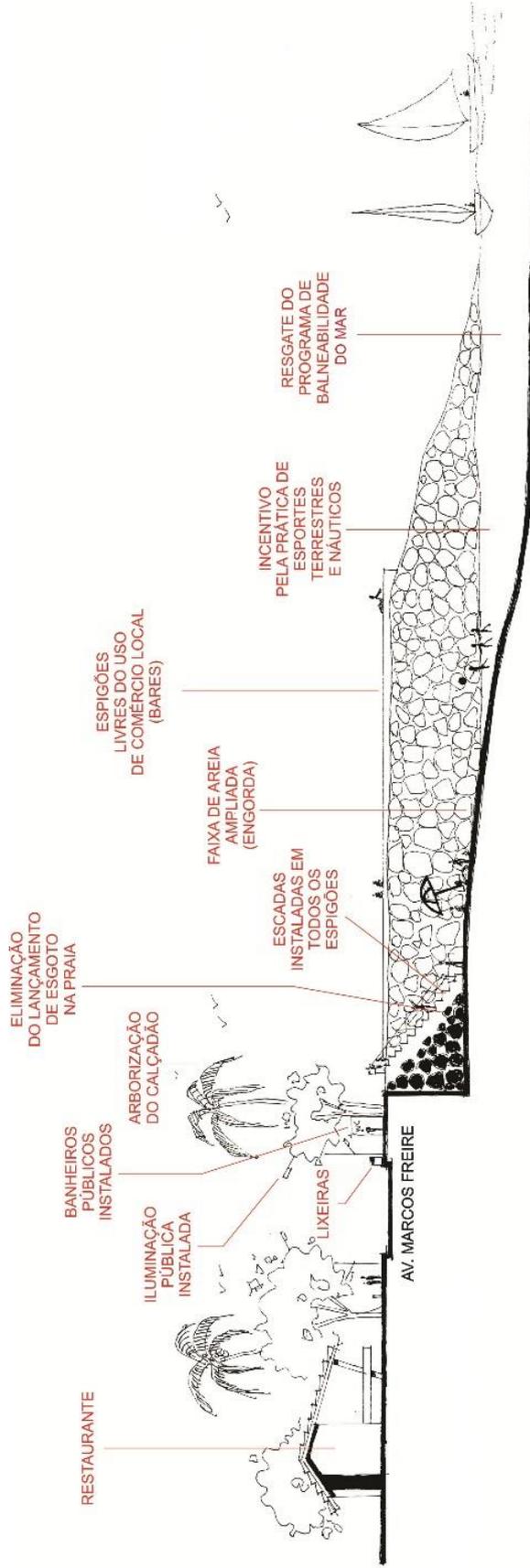
Trecho 3.1 – Cenário de Tendência



Trânsito mais intensificado, com calçadão sem arborização e acesso precário à praia, escadas danificadas ou ausentes. Carga e descarga utilizada irregularmente gerando mais transtornos ao trânsito intenso, prejudicado ainda mais pelo estacionamento irregular de veículos na orla. Problema de segurança ao cidadão decorrente do aumento do número de delitos no trecho. Número de restaurantes ampliado. Praia imprópria para banho a partir da diminuição da faixa de areia e das más condições de balneabilidade (ausência de banhistas e de esportistas). Aumento do conflito de uso entre ciclistas e pedestres pelo espaço do calçadão, além do uso indevido/irregular do espaço público por parte dos comerciantes/restaurantes com mesas e guarda-sol (nos espigões). Moradores continuam circulando na orla com animais domésticos, sem ter os devidos cuidados com os dejetos destes. Faltam aparelhos públicos de ginástica, equipamentos de lazer, banheiros públicos, iluminação adequada e sinalização dos usos do calçadão. Acúmulo de resíduos sólidos nos espigões e calçadão, ocasionando a poluição do mar por resíduos. Infraestrutura de saneamento básico precária, resultando na ampliação do número de pontos de saída de água pluvial contaminada por esgoto doméstico, para o mar, comprometendo a qualidade e balneabilidade da água do mar.



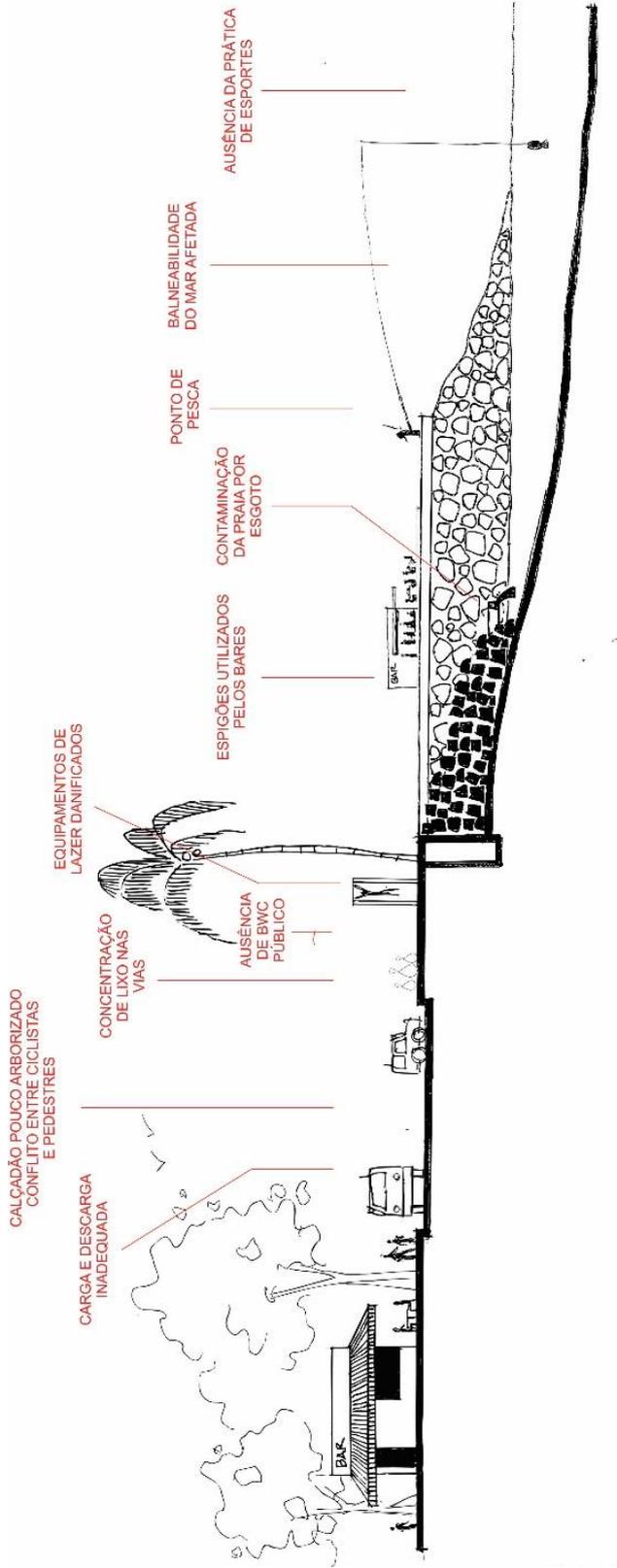
Trecho 3.1 – Cenário Desejado



A praia caracteriza-se por uma ampla faixa de areia e espigões construídos com pedras. O acesso entre o calçadão e a praia dá-se por meio de escadas de acesso presentes em todos os espigões. No local, observa-se um calçadão bem arborizado com iluminação adequada e várias lixeiras. Os restaurantes são instalações marcantes ao longo do trecho, a ciclovia se destaca ao longo do trecho, sendo bem sinalizada. Estacionamento de veículos adequado, não gerando transtornos ao trânsito e transeuntes. Praia bastante utilizada por banhistas e para prática de esporte terrestre e náutico. No calçadão, existe sinalização dos usos, contribuindo para o fim dos conflitos entre ciclistas e pedestres. Os espigões estão livres do uso de comércio local, sendo utilizado apenas para o lazer da população. Os ambulantes da orla são devidamente capacitados pela Prefeitura. Os espigões são utilizados também como ponto de pesca amadora. Com a inclusão dos programas de Educação Ambiental, os moradores circulam na orla com animais domésticos, utilizando sacolinhas para recolher os detritos destes, os programas provocaram a diminuição da quantidade de resíduos sólidos no calçadão/espigões. Local com aparelhos públicos de ginástica, equipamentos de lazer e banheiros públicos. Rede de saneamento básico devidamente implantada, contribuindo para a eliminação dos pontos de saída de água pluvial contaminada por esgoto para o mar. Programa de balneabilidade e de policiamento ostensivo prevenindo delitos adequadamente em execução.



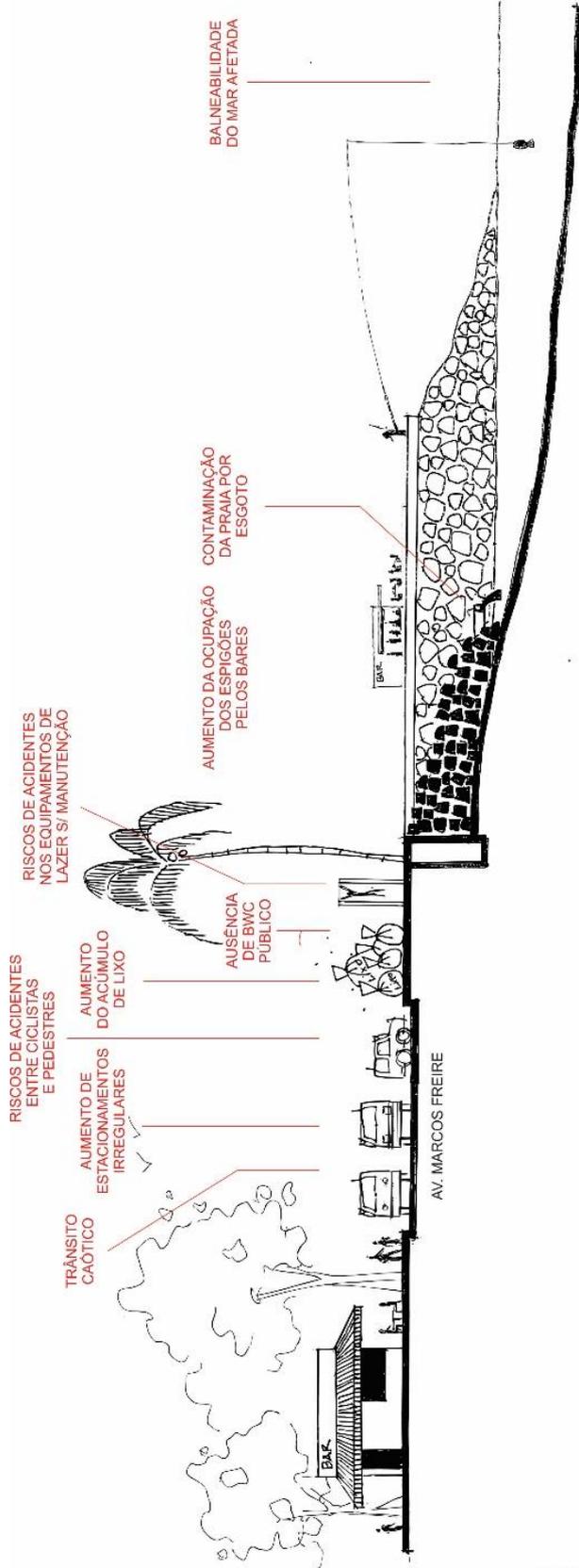
Trecho 3.2 – Cenário Atual



O trecho caracteriza-se pela ausência de faixa de areia e existência de espigões construídos com pedras. Não há acesso entre o calçadão e a praia. No local, observa-se um trânsito intenso, calçadão pouco arborizado, estacionamento inadequado de veículos na orla e veículos de carga/descarga em locais irregulares. Trecho com ocorrência de delitos, gerando insegurança à população. Os restaurantes, bares e hotéis são presença marcante na orla. O calçadão possui ciclovia, playground, praça e área para atividades físicas. Os aparelhos de lazer e ginástica encontram-se danificados e as estruturas (playground e área de atividades físicas) estão em situação precária. No calçadão, existem conflitos entre ciclistas e pedestres, como também o uso irregular do espaço público com mesas e guarda-sol (incluindo os espigões) por parte dos comerciantes/restaurantes, além da falta de capacitação dos ambulantes da orla. Moradores circulam na orla com animais domésticos sem ter os devidos cuidados com os dejetos destes. Os espigões são utilizados também como ponto de pesca amadora. No local, faltam banheiros públicos e iluminação adequada. Há presença de resíduos sólidos nos espigões e calçadão oriundos do comércio e dos pedestres. No mar, foram identificados vários pontos de saída de água pluvial contaminada por esgoto doméstico, afetando a balneabilidade da praia, assim como a ausência de práticas de esportes náuticos e banhistas.



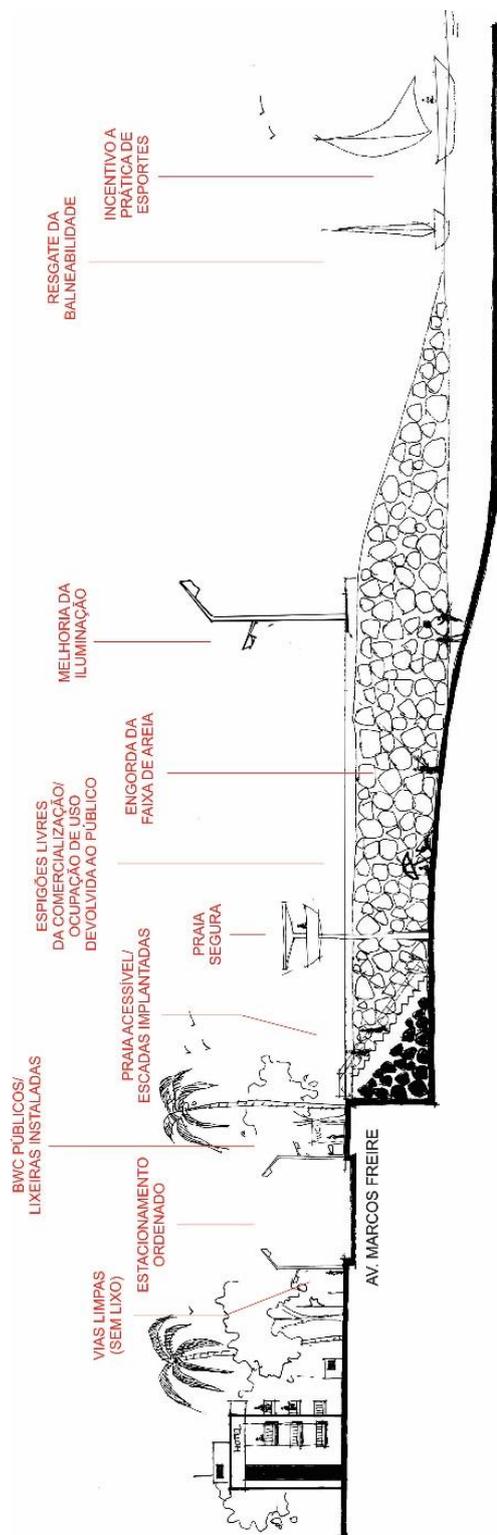
Trecho 3.2 – Cenário de Tendência



A orla caracteriza-se pela ausência de faixa de areia e existência de espigões construídos com pedras, sem acesso ao mar. Observa-se um trânsito caótico, calçadão sem arborização, problema do estacionamento inadequado de veículos na orla é maior e o número de veículos de carga/descarga em locais irregulares continua. Trecho com grande ocorrência de delitos, gerando insegurança à população. O calçadão com ciclovia, playground, praça e área para atividades físicas, encontra-se sem condições de uso (risco de acidentes) devido à falta de manutenção. No calçadão, aumento dos conflitos entre ciclistas e pedestres, com provável ocorrência de acidentes. Ainda no calçadão, observa-se a intensificação do uso irregular do espaço público com a colocação de mesas e guarda-sol (incluindo os espigões) por parte dos comerciantes/restaurantes. Os moradores continuam circulando na orla com animais domésticos sem ter os devidos cuidados com os dejetos destes. Os espigões são utilizados cada vez menos como ponto de pesca amadora. No local, faltam banheiros públicos e iluminação adequada. Há aumento da quantidade de resíduos sólidos nos espigões e calçadão oriundos dos comerciantes e dos pedestres. No mar, os pontos de saída de água pluvial contaminada por esgoto doméstico aumentam a sua vazão, afetando criticamente a balneabilidade da praia, causando assim a ausência de praticantes de esportes náuticos e banhistas.



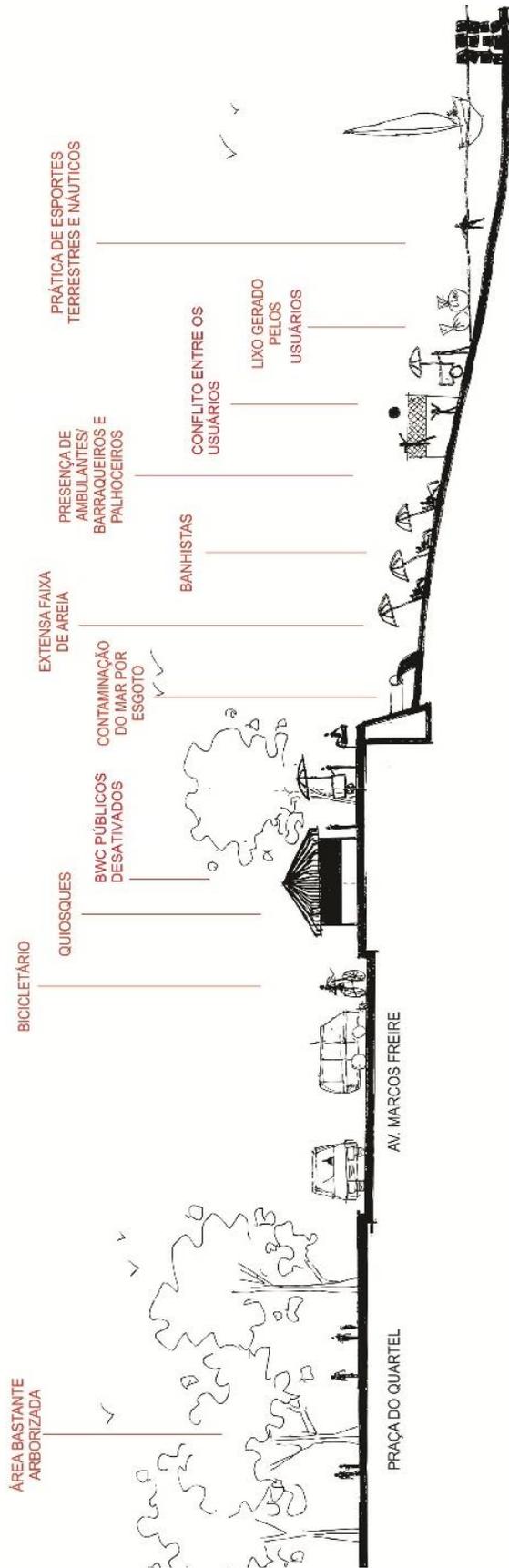
Trecho 3.2 – Cenário Desejado



A praia caracteriza-se pela ampla faixa de areia e espigões construídos com pedras. O acesso à praia é feito por meio de rampas e escadas, possibilitando assim maior acessibilidade. Observa-se um trânsito fluido de velocidade segura, calçada bem arborizado, estacionamento ordenado de veículos na orla e, controle e maior fiscalização dos locais e horários para carga/descarga de veículos. No calçadão foi implantada uma sinalização dos usos, contribuindo para o fim dos conflitos entre ciclistas e pedestres. Postos de policiamento tornam a área mais segura. Os restaurantes, bares e hotéis são presença marcante na orla. Os espigões estão livres do uso de comércio local, sendo utilizado apenas para o lazer da população. Comércio informal ordenado, cooperativas organizadas e ambulantes capacitados. O calçadão, com ciclovia, playground, praça e área para atividades físicas com instalações em ótimo estado de conservação. Com a inclusão dos programas de Educação Ambiental, os moradores circulam na orla com animais domésticos, utilizando sacolinhas para recolher os detritos destes. Os espigões são utilizados também como ponto de pesca amadora. Ao longo do calçadão há banheiros públicos e iluminação adequada. A implantação da rede de saneamento básico contribui para a eliminação dos pontos de saída de água pluvial contaminada por esgoto para o mar. Implantação do programa de balneabilidade e de incentivo a prática de esportes.



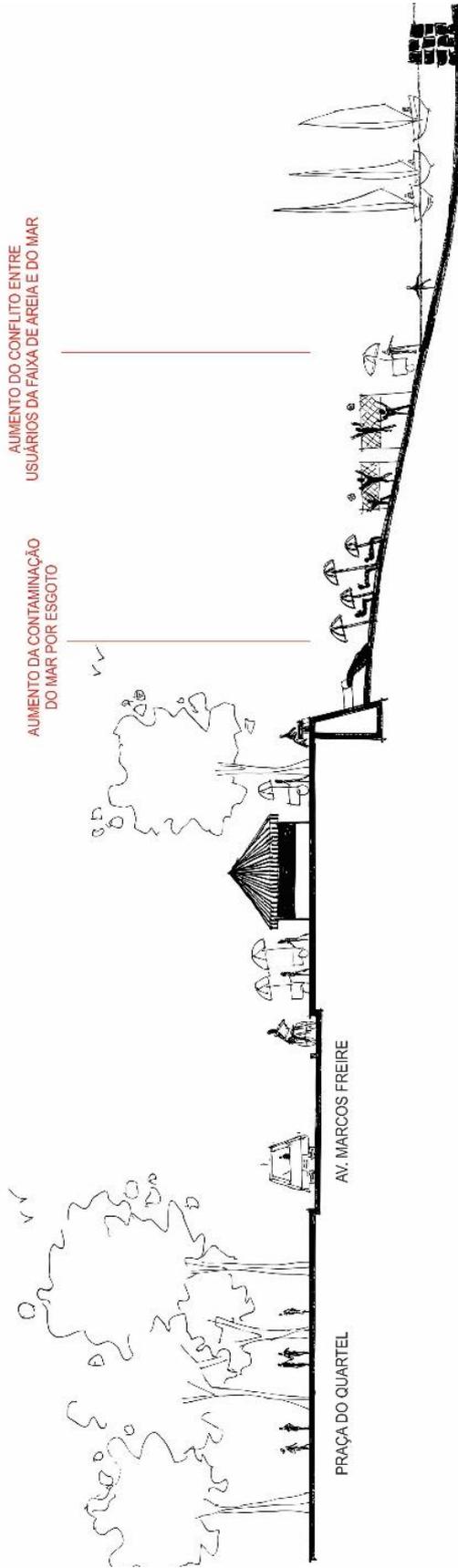
Trecho 3.3 – Cenário Atual



O trecho caracteriza-se pela presença de espigões construídos com pedras e faixa de areia em frente aos espigões. O acesso à praia é feito por escadas e uma rampa de acesso, ambos em estado precário de conservação. Observa-se um trânsito intenso, calçadão bem arborizado e estacionamento inadequado de veículos na orla. O local possui restaurantes, bares, hotéis, pousadas, playground, praça, área para atividade física, quiosques e bicicletário, o banheiro público encontra-se desativado. Na faixa de praia existem oito palhoças e ambulantes tornando o ambiente desorganizado pelo grande número de cadeiras e mesas colocadas na praia, além de uma área de guarda barcos. No calçadão, existem conflitos de uso entre ciclistas e pedestres, e na praia, conflitos de uso entre banhistas e esportistas. A prática de esportes terrestres e náuticos é ampla nesse trecho. Há ocorrência de delitos, principalmente nas proximidades dos espigões, gerando insegurança para a população. Ocorre o uso irregular do espaço, com a utilização de mesas e guarda-sol no calçadão e espigões colocados por restaurantes e bares. Moradores circulam na orla com animais domésticos, sem ter os devidos cuidados com os dejetos destes, além dos vários cães errantes no local. Os espigões são utilizados também como ponto de pesca amadora. No local, falta iluminação adequada, sinalização dos usos do calçadão, delimitação dos espaços para atividades náuticas e zoneamento da faixa de areia. Há presença de resíduos sólidos nos espigões e calçadão oriundos do comércio e do grande número de usuários da praia. No mar, foram identificados vários pontos de saída de água pluvial contaminada por esgoto doméstico, afetando a balneabilidade da praia.



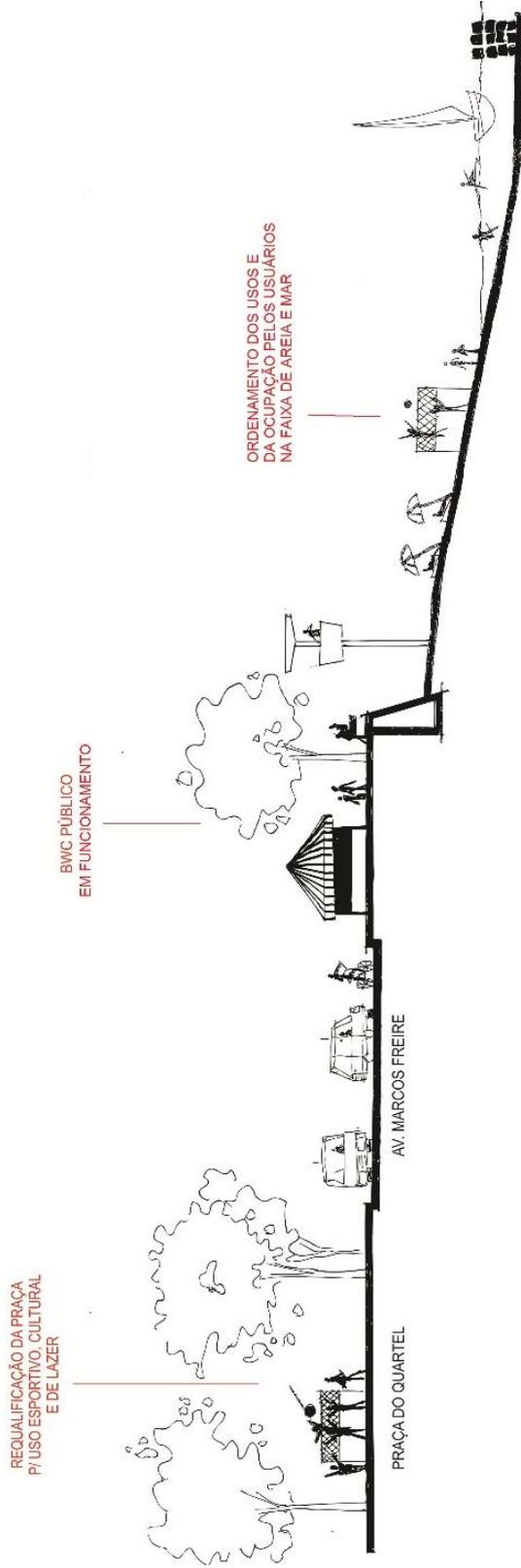
Trecho 3.3 – Cenário de Tendência



Observa-se, no trecho, a presença de espigões construídos com pedras e faixa de areia estreita em frente aos espigões. O acesso à praia é feito por escadas e uma rampa de acesso, ambos em péssimo estado de conservação. Observa-se um trânsito caótico, calçadão com pouca arborização e estacionamento irregular de veículos na orla. Os quiosques e bicicletário estão em condições de manutenção insatisfatórias, não há banheiro público. Na faixa de praia registra-se a ampliação do número de palhoceiros e ambulantes tornando o ambiente ainda mais desorganizado e diminuindo o espaço para as atividades de lazer. Um grande número de barcos estão dispostos na praia de forma irregular. Os conflitos de uso entre ciclistas e pedestres (no calçadão) e entre banhistas e esportistas (na praia) vem causando incidentes e é cada vez mais intenso. Há grande número de delitos, gerando insegurança para a população. Uso indevido do espaço público, com a ampliação da quantidade de mesas e guarda-sol no calçadão e espigões colocados por restaurantes e bares. Moradores continuam circulando na orla com animais domésticos, sem ter os devidos cuidados com os dejetos destes, além do grande número de cães errantes no local. No local, falta iluminação, sinalização dos usos do calçadão, delimitação dos espaços para atividades náuticas e zoneamento da faixa de areia. Há grande quantidade de resíduos sólidos nos espigões e calçadão oriundos do aumento do comércio e do grande número de usuários da praia. No mar, foi observado o aumento da quantidade de pontos de saída de água pluvial contaminada por esgoto doméstico, afetando diretamente a balneabilidade da praia.



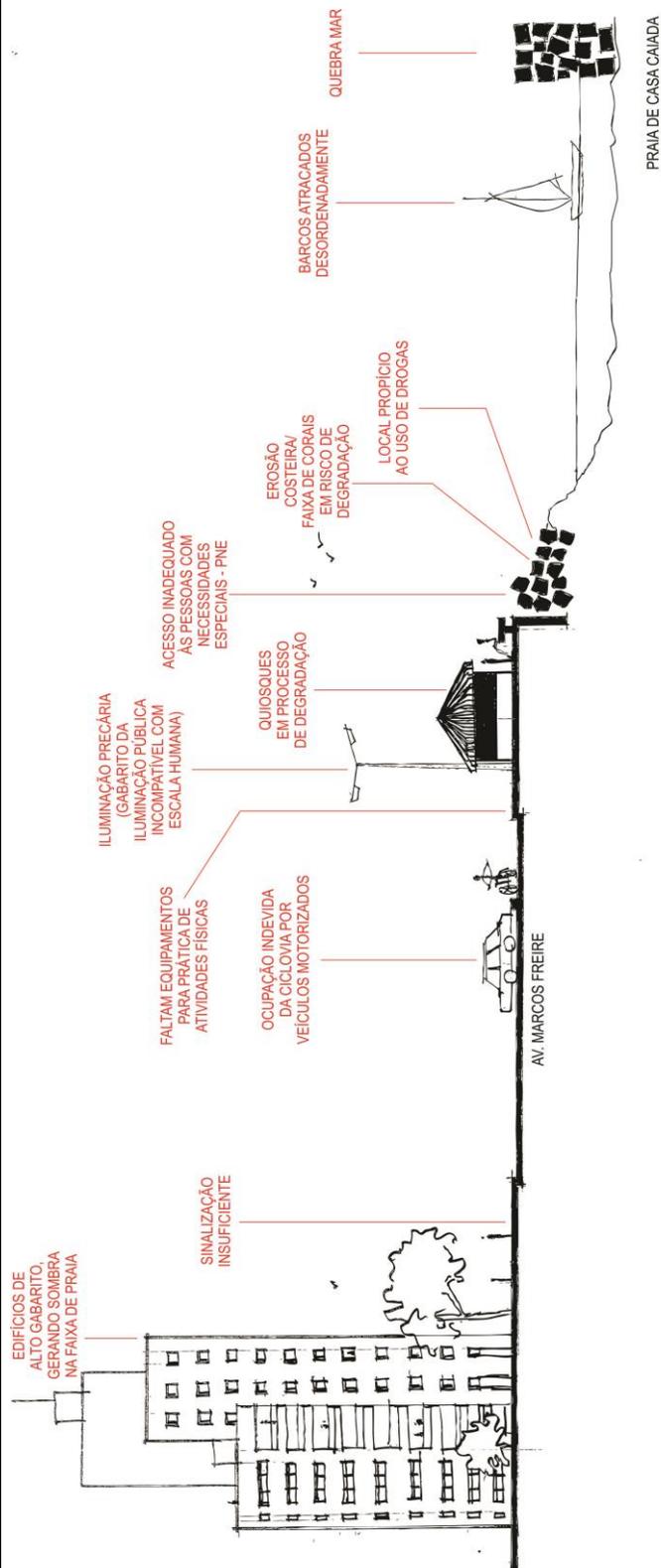
Trecho 3.3 – Cenário Desejado



Identifica-se, no trecho, a presença de espigões construídos com pedras e faixa de areia ampla em frente aos espigões. O acesso à praia é feito por escadas e uma rampa de acesso, ambos em ótimo estado de manutenção. Percebe-se um trânsito fluido e seguro, calçadão bastante arborizado e estacionamento adequado para veículos na orla. O trecho é formado por restaurantes, bares, hotéis, pousadas, playground, praça, área para atividade física, quiosques e bicicletário, além de banheiros públicos presentes em vários pontos com estrutura satisfatória. Na faixa de praia, existem comerciantes (palhoceiros e ambulantes) devidamente registrados e capacitados. Os espaços entre o comércio e as atividades (terrestres e náuticas) são devidamente sinalizados. Marina próxima ao local abrigando os barcos que ficavam na faixa de areia de forma irregular. O espaço público para atividades está devidamente organizado através de sua delimitação (terrestre e náutica), do zoneamento da faixa de areia e da sinalização dos usos do calçadão. Não são registrados conflitos de uso dos espaços públicos. Melhora da iluminação pública e incremento do policiamento, trazendo maior segurança para a população. Os espigões encontram-se livres de comércio e estão dispostos apenas para o lazer. A inclusão dos programas de Educação Ambiental faz com que os moradores circulem na orla, com seus animais domésticos utilizando sacolinhas para recolher os dejetos, os programas provocam também a diminuição da quantidade de resíduos sólidos no calçadão/espigões/areia e a diminuição da quantidade de cães errantes no local. Rede de saneamento básico implantada, contribuindo para a eliminação dos pontos de saída de água pluvial contaminada por esgoto para o mar. Programa de balneabilidade devidamente implantado.



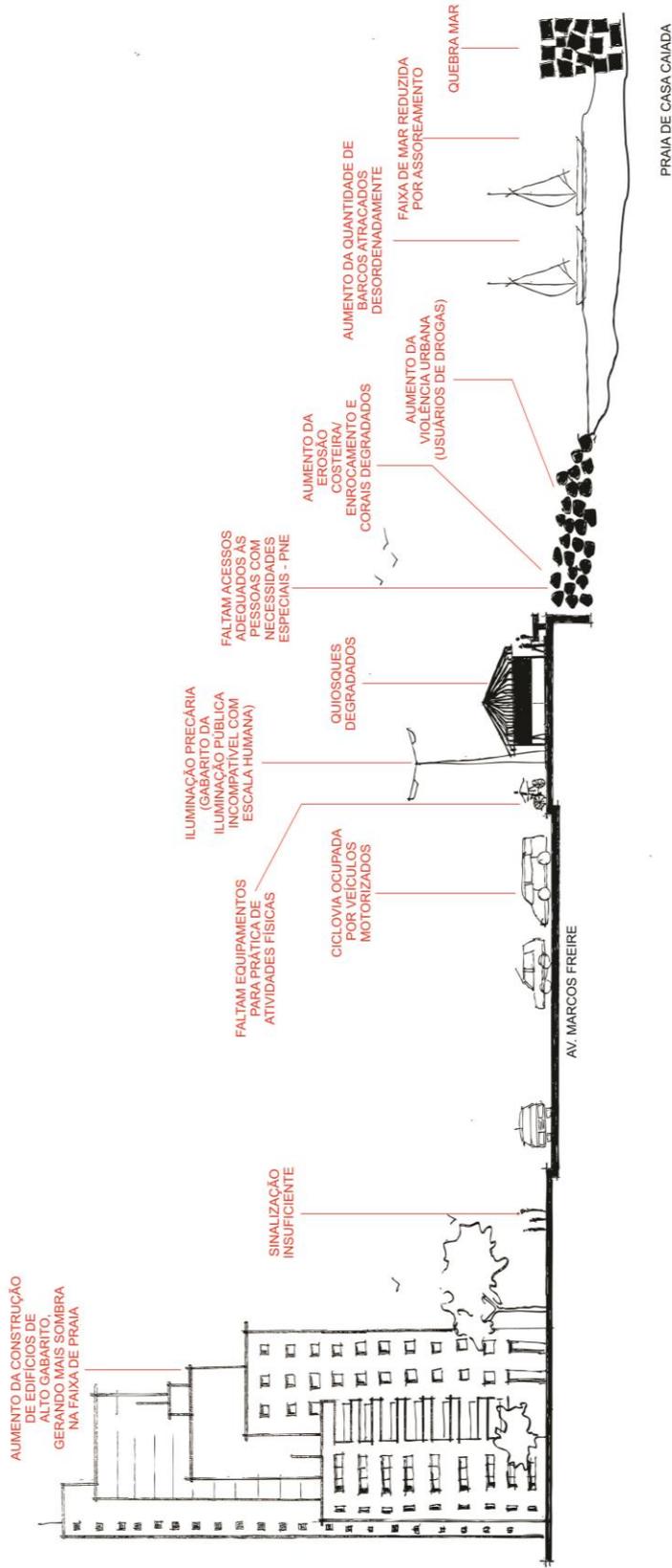
Trecho 4.1 – Cenário Atual



O trecho é protegido por um enrocamento de pedras e quebra mar para conter o avanço do mar. A orla dispõe de uma estreita faixa de areia, o acesso é feito por meio de escadarias, há também ciclovia e quiosques. O acesso à praia é inadequado às pessoas com necessidades especiais (ausência de rampas). Os quiosques encontram-se degradados, o uso do banheiro é cobrado, a ciclovia é constantemente invadida por veículos, falta limpeza pública, banheiros públicos e chuveiros. Há estacionamento inadequado de veículos na orla e carga/descarga de veículos em locais irregulares. Os comerciantes informais do local carecem de capacitação de como manusear e armazenar alimentos. A maior parte das edificações presentes nesse trecho são edifícios de alto gabarito que fazem sombra na faixa de areia durante a tarde. Não há áreas para atividades físicas, playground nem iluminação adequada. Faltam postos de guarda-vidas e policiamento insuficiente (local propício ao uso de drogas). No mar, há poucos usuários devido à grande erosão costeira. Existe um quebra mar para diminuir o impacto das ondas. É comum o desenvolvimento da pesca no local, porém existe a falta de ordenação da área das embarcações, principalmente, entre o Edfs. Guajá e Barlavento (Porto Jacaré). A presença de animais errantes na praia é observada com frequência e ação dos órgãos responsáveis por recolhê-los é escassa. São observados vários pontos de saída de água pluvial contaminada por esgoto doméstico com deságue no mar, situação que afeta a balneabilidade da praia.



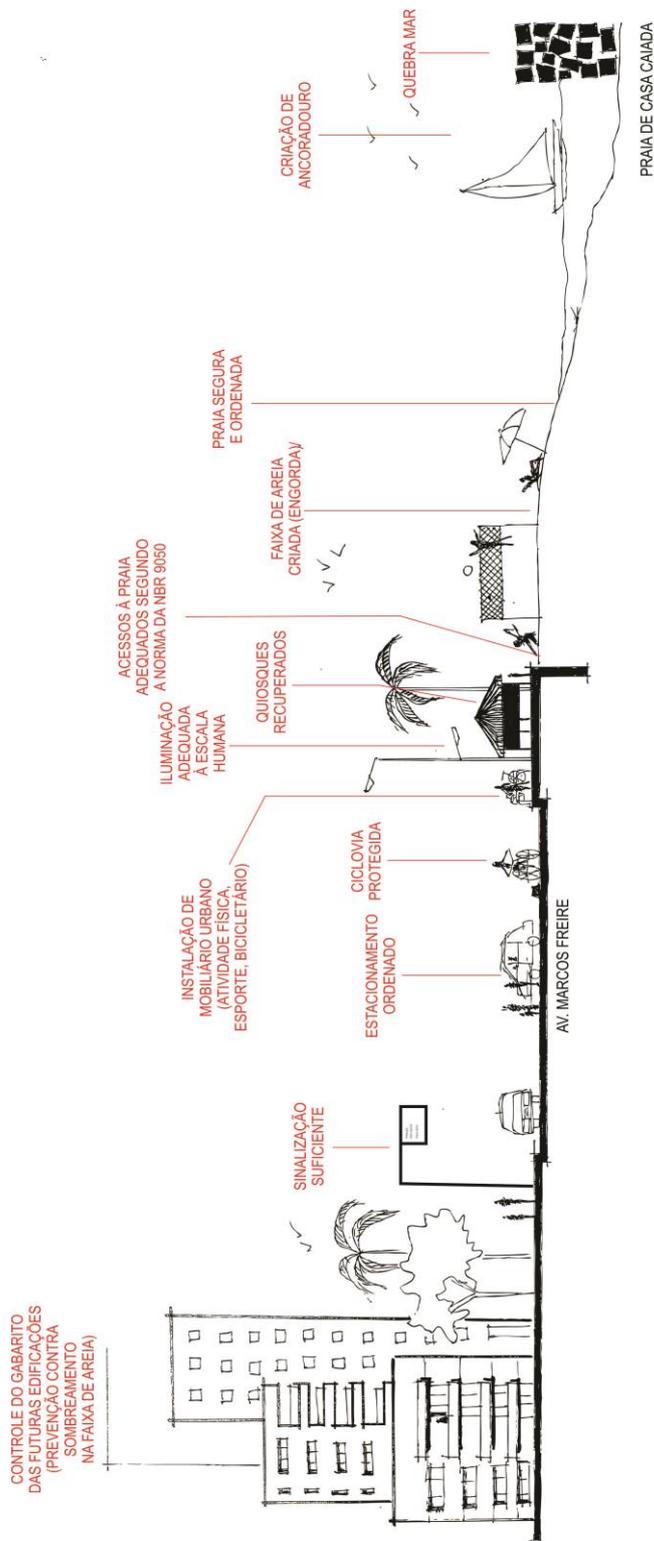
Trecho 4.1 – Cenário de Tendência



O local caracteriza-se por um enrocamento de proteção constituído por pedras para conter o grande avanço do mar. A orla possui uma estreita faixa de areia devido ao aumento da erosão costeira, o acesso é feito por meio de escadarias que encontram-se deterioradas, a ciclovia está ocupada por veículos motorizados, os quiosques degradados e faltam equipamentos para prática de atividades físicas e de lazer (playground). O acesso à praia é inadequado às pessoas com necessidades especiais (ausência de rampas). Faltam limpeza pública, banheiros públicos e chuveirões. Os comerciantes informais do local carecem de capacitação de como manusear e armazenar alimentos. As edificações presentes nesse trecho são edifícios de alto gabarito que fazem sombra na faixa de areia durante a tarde. Faltam postos de guarda-vidas e o policiamento é insuficiente, acarretando no aumento da violência urbana (uso de drogas). No mar, não há usuários devido à grande erosão costeira e ao grande acúmulo de resíduos sólidos na praia. O fundo das embarcações no trecho ocorre de forma desordenada. A presença de animais errantes na praia é observada com frequência e ação dos órgãos responsáveis por recolhê-los é escassa. São observados vários pontos de saída de água pluvial contaminada por esgoto doméstico com deságue no mar, situação que afeta a balneabilidade da praia.



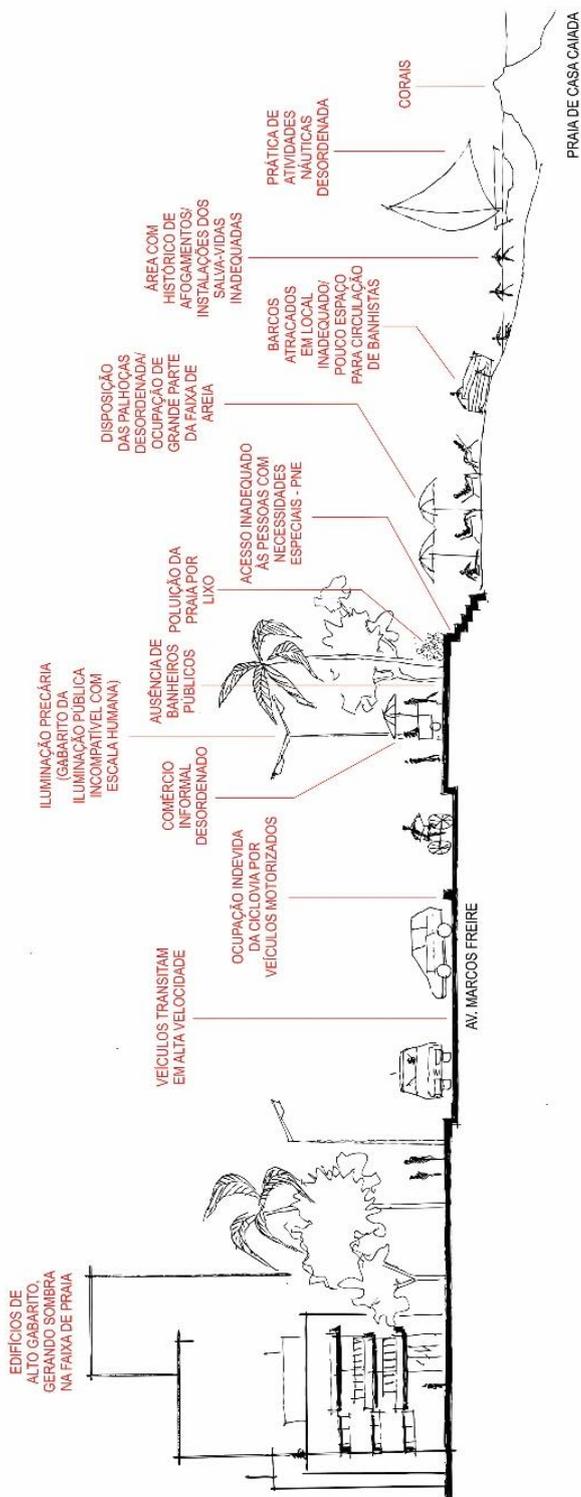
Trecho 4.1 – Cenário Desejado



O Trecho possui faixa de areia criada (engorda), praia segura e ordenada. O acesso à praia é adequado em conformidade com a norma da NBR 9050. Há também ciclovia e quiosques bem equipados. Os banheiros públicos estão em ótimo estado de limpeza, conservação, e acessível gratuitamente a população. A iluminação está adequada à escala humana, a ciclovia está protegida dos veículos motorizados, o estacionamento esta ordenado e a sinalização é suficiente. Os comerciantes informais do local estão devidamente capacitados para o manuseio e armazenamento de produtos alimentícios. Há controle do gabarito das futuras edificações (prevenção contra sombreamento na faixa de areia). Existem áreas para atividades físicas, playground, esportes terrestres e náuticos. Postos de guarda-vidas e o policiamento é efetivo, tornando a praia mais segura. É comum o desenvolvimento da pesca no local, principalmente, após a criação do ancoradouro. A inclusão dos programas de Educação Ambiental diminuiu a quantidade de resíduos sólidos no calçadão/areia e a diminuição da quantidade de animais errantes no local. A rede de saneamento básico está devidamente implantada, contribuindo para a eliminação dos pontos de saída de água pluvial contaminada por esgoto para o mar. Programa de balneabilidade implantado.



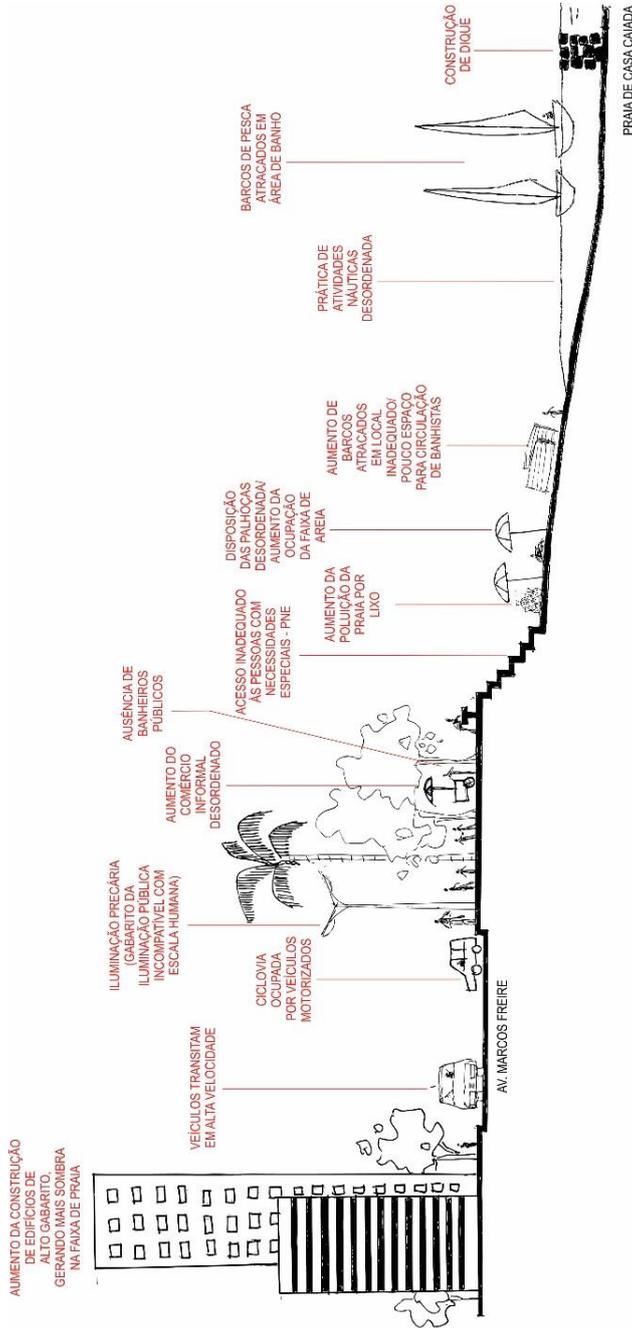
Trecho 4.2 – Cenário Atual



O trecho caracteriza-se por uma ampla faixa de areia com pouca vegetação rasteira e alguns coqueiros. A orla dispõe de ciclovia, palhoças, quiosques com banheiro, prática de esportes terrestres e área para atividades físicas. O acesso à praia é feito em alguns pontos por escadas, porém esses são inadequados às pessoas com necessidades especiais (ausência de rampas). As palhoças encontram-se desordenadas ocupando grande parte da faixa de areia e afetando a passagem de outros usuários. Os quiosques encontram-se degradados, o uso do banheiro é cobrado, a ciclovia é constantemente invadida por veículos, falta limpeza pública, vários resíduos sólidos presentes na praia, além da poluição visual e sonora. Faltam banheiros públicos e chuveirões. Há estacionamento inadequado de veículos na orla e carga/descarga de veículos em locais irregulares com veículos transitando em alta velocidade. O comércio informal do local não possui capacitação de forma geral, além de aparentar carcer de certa organização. A maior parte das edificações presentes nesse trecho são edifícios de alto gabarito que fazem sombra na faixa de areia durante a tarde. A iluminação é precária com gabarito da iluminação pública incompatível com a escala humana. Área com histórico de afogamentos e instalações dos salva-vidas inadequadas. Policiamento insuficiente (local propício ao uso de drogas). É comum o desenvolvimento da pesca no local, porém existe a falta de ordenação da área das embarcações, barcos atracados em local inadequado (guarda barcos), restringindo a circulação de banhistas. A prática de atividades náuticas é desordenada. A presença de animais errantes na praia é observada com frequência e ação dos órgãos responsáveis por recolhê-los é escassa. São observados vários pontos de saída de água pluvial contaminada por esgoto doméstico com deságue no mar, situação que afeta a balneabilidade da praia.



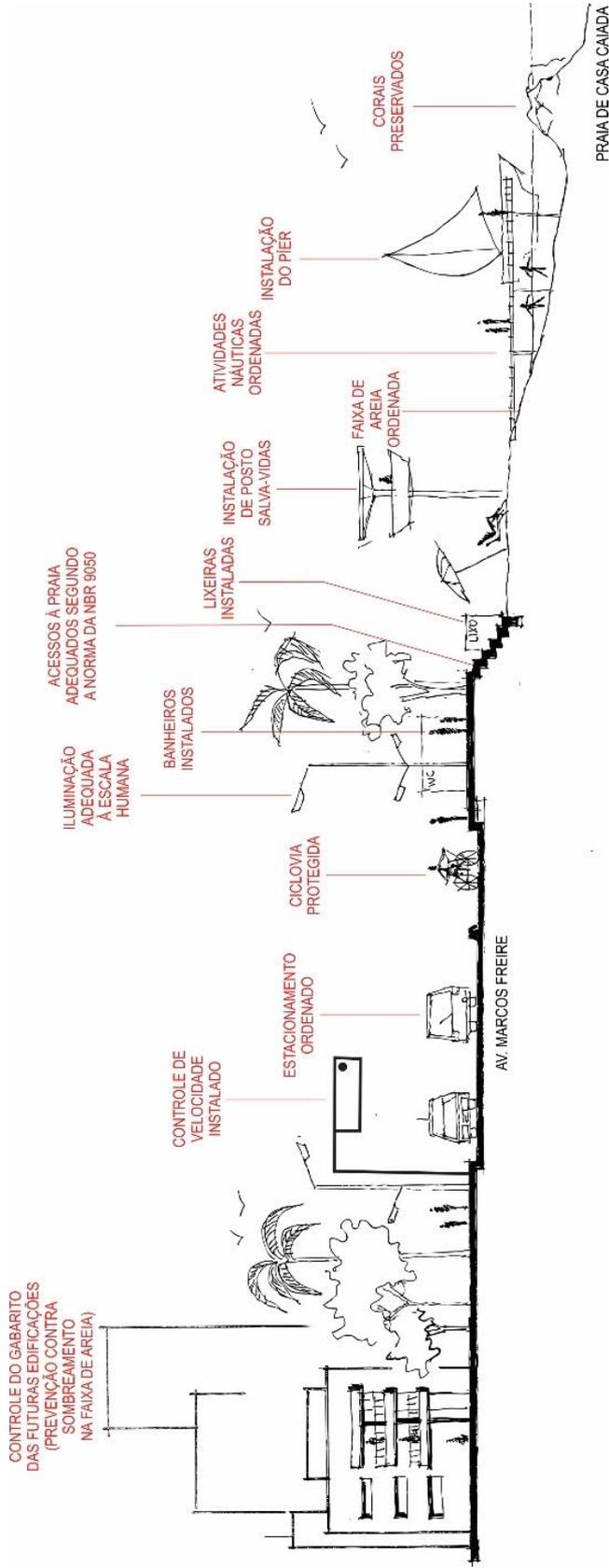
Trecho 4.2 – Cenário de Tendência



O trecho apresenta estreita faixa de areia sem vegetação alguma. Verifica-se conflitos entre usuários da ciclovia com veículos motorizados que a ocupam, e também conflitos de uso e ocupação envolvendo palhoceiros na faixa de areia, quiosques degradados, prática de esportes terrestres, náuticos e banhistas. O acesso à praia é inadequado às pessoas com necessidades especiais (ausência de rampas). Há grande quantidade de resíduos sólidos espalhado em pontos da praia, além de poluição visual e sonora. Faltam banheiros públicos, chuveirões, iluminação precária (gabarito da iluminação pública incompatível com escala humana). Há grande número de veículos na orla transitando em alta velocidade, estacionamento inadequado e carga/descarga de veículos em locais irregulares. O comércio informal do local é intenso e não possui capacitação de forma geral, além de aparentar carcer de certa organização. Grande aumento no número de edifícios de alto gabarito que fazem sombra na faixa de areia durante a tarde. Área com grande número de afogamentos registrados e ausência de salva-vidas. Policiamento insuficiente (local propício ao uso de drogas). O trecho carece de ordenamento da área das embarcações caracterizado por grande quantidade de barcos atracados em local inadequado (guarda barcos ao longo da faixa de areia), restringindo a circulação de banhistas. A prática de atividades náuticas é desordenada, gerando conflito com banhistas. A presença de animais errantes na praia é observada com frequência e ação dos órgãos responsáveis por recolhê-los é escassa. São observados vários pontos de saída de água pluvial contaminada por esgoto doméstico com deságue no mar, situação que afeta a balneabilidade da praia.



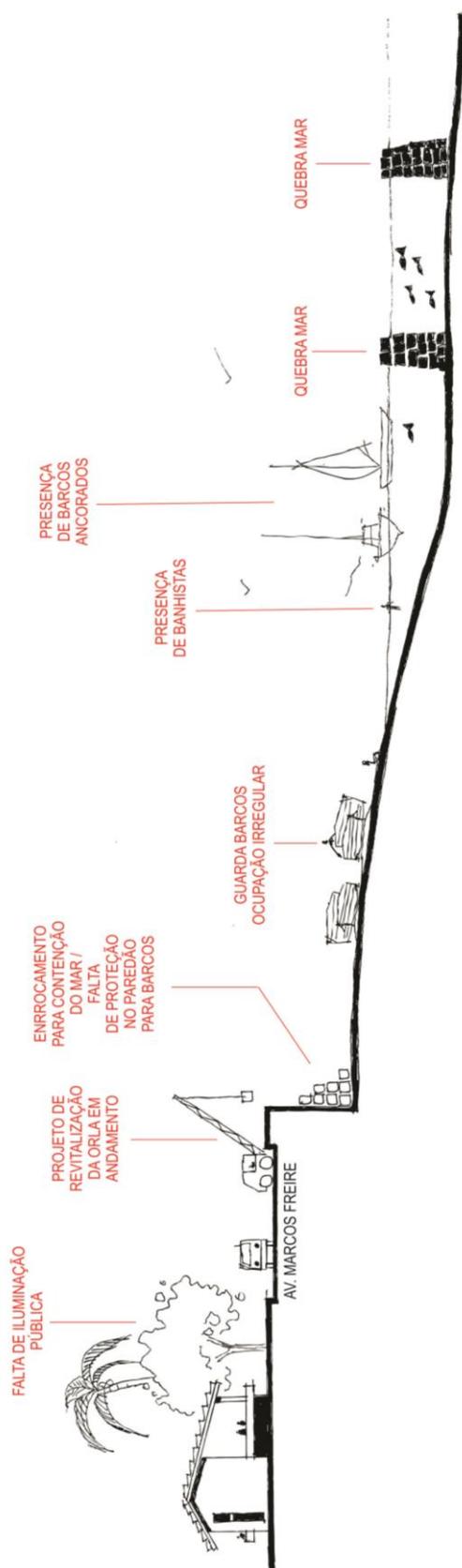
Trecho 4.2 – Cenário Desejado



O trecho apresenta ampla faixa de areia com a presença de um pier e corais protegidos. A orla dispõe de ciclovia protegida, palhoças, quiosques, área para prática de esportes terrestres, área para atividades físicas e lazer (playground) coexistindo de forma ordenada. O acesso à praia é adequado à norma NBR 9050. As palhoças e os quiosques encontram-se em ótimo estado de conservação, banheiros públicos e chuveiros instalados ao longo da orla e lixeiras. Observa-se a limpeza constante da praia e o controle da poluição visual e sonora. O estacionamento encontra-se ordenado e há fiscalização da carga/descarga de veículos. Há controle de velocidade instalado para prevenir os abusos de velocidade. O comércio informal do local está devidamente capacitado e totalmente organizado. Há controle do gabarito das futuras edificações (prevenção contra sombreamento na faixa de areia). A iluminação é adequada à escala humana. Área com postos guarda-vidas e policiamento adequado. Há o desenvolvimento da pesca no local, com embarcações ordenadas no pier. A prática de atividades náuticas é ordenada. A inclusão dos programas de Educação Ambiental contribui com a diminuição da quantidade de resíduos sólidos no calçadão/areia e a diminuição da quantidade de animais errantes no local. A rede de saneamento básico está implantada, contribuindo para a eliminação dos pontos de saída de água pluvial contaminada por esgoto para o mar. Programa de balneabilidade implantado.



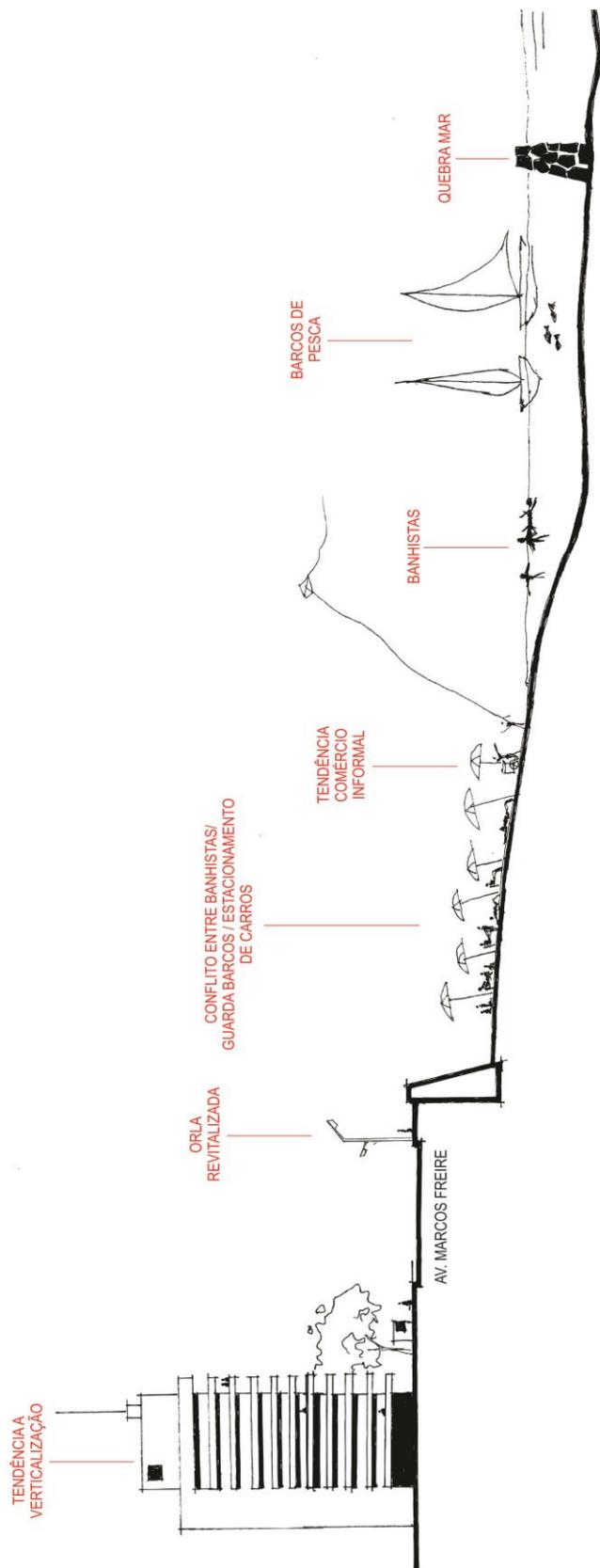
Trecho 5.1 – Cenário Atual



O trecho é protegido por um enrocamento de pedras e quebra mar para conter o avanço do mar. Existe pouca faixa de areia para os banhistas. No mar, observa-se a presença de recifes de arenito. A vegetação existente é predominantemente rasteira. A maior parte das edificações presentes nesse trecho são moradias. Alguns edifícios (notadamente os de maior gabarito) fazem sombra na faixa de areia durante a tarde. É frequente a presença de banhistas no trecho, bem como a prática de esportes náuticos, porém não existe posto guarda vidas. É constante a presença de animais errantes na praia. Vários barcos ancoram nesse trecho. Existe um problema de erosão acentuada. Um projeto da Prefeitura Municipal de Olinda, que visa revitalizar a orla, encontra-se em andamento. No trecho, nota-se a presença de palhoças e ambulantes, porém estes se encontram sem ordenamento adequado, e faltam orientações a respeito do projeto da Prefeitura Municipal de Olinda que está sendo executado na orla. Faltam banheiros públicos e sinalização, o trecho é inseguro, tem iluminação pública insuficiente e saneamento deficitário. Constantemente, o trecho encontra-se poluído (poluição sonora, visual e por resíduos). No trecho, é possível identificar um guarda barcos, que ocupa, irregularmente, parte da faixa de areia, com acúmulo de lixo e proleferação de vetores. Também existe uma marina de reparos (Navegar) localizada em um imóvel à beira-mar. O trânsito é pouco ordenado nesse trecho, e na frente da marina Navegar, a praia vem sendo utilizada como estacionamento. É comum o desenvolvimento da pesca no local, porém não existe um zoneamento para esta atividade. Existe um problema relativo à homofobia com recorrentes abordagens violentas de ordem física e simbólica por parte da Polícia Militar de Pernambuco aos usuários LGBT da praia.



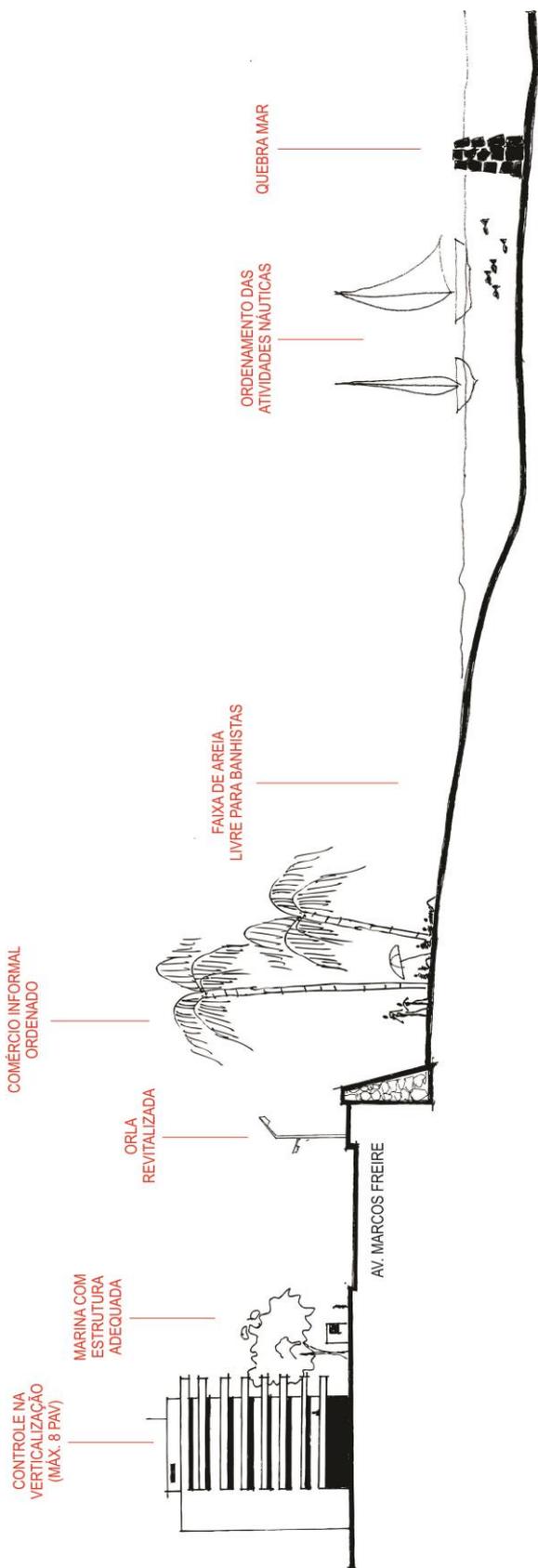
Trecho 5.1 – Cenário de Tendência



O trecho encontra-se com menor faixa de areia disponível para os banhistas, e com predomínio de vegetação rasteira. O trecho encontra-se com verticalização ainda maior (20 a 25 pavimentos), aumentando a incidência de sombra na faixa de areia, aumento no número de veículos estacionados de forma irregular na pista de rolamento e no calçadão. Sobrecarrego na rede de esgoto, causando problemas de balneabilidade. A frequência de banhistas e prática de esportes náuticos aumentou, porém o trecho continua sem posto guarda vidas. Aumento da presença de animais errantes na praia, e do número de barcos que ancoram nesse trecho. Aumento das atividades de comércio informal na área. Poluição generalizada no local (visual, sonora, resíduos), ocasionado pelo maior fluxo e uso da área e falta de ordenamento (ambulantes, banhistas, atividades de pesca, palhoças). O projeto de revitalização da orla, executado pela Prefeitura Municipal de Olinda está concluído. Trecho continua sem banheiros públicos, sem sinalização, inseguro, com iluminação pública insuficiente e saneamento deficitário. O guarda barcos continua ocupando, irregularmente, uma parte da faixa de areia, o trânsito no local está completamente desordenado, e os carros continuam estacionando na praia, em frente a marina Navegar, aumentando o conflito entre banhistas, guarda barcos e estacionamento de carros. A pesca continua a ser desenvolvida no local, mesmo sem um ordenamento dessa atividade. O problema em relação à homofobia persiste, assim como recorrentes abordagens violentas de ordem física e simbólica por parte da Polícia Militar de Pernambuco aos usuários LGBT da praia.



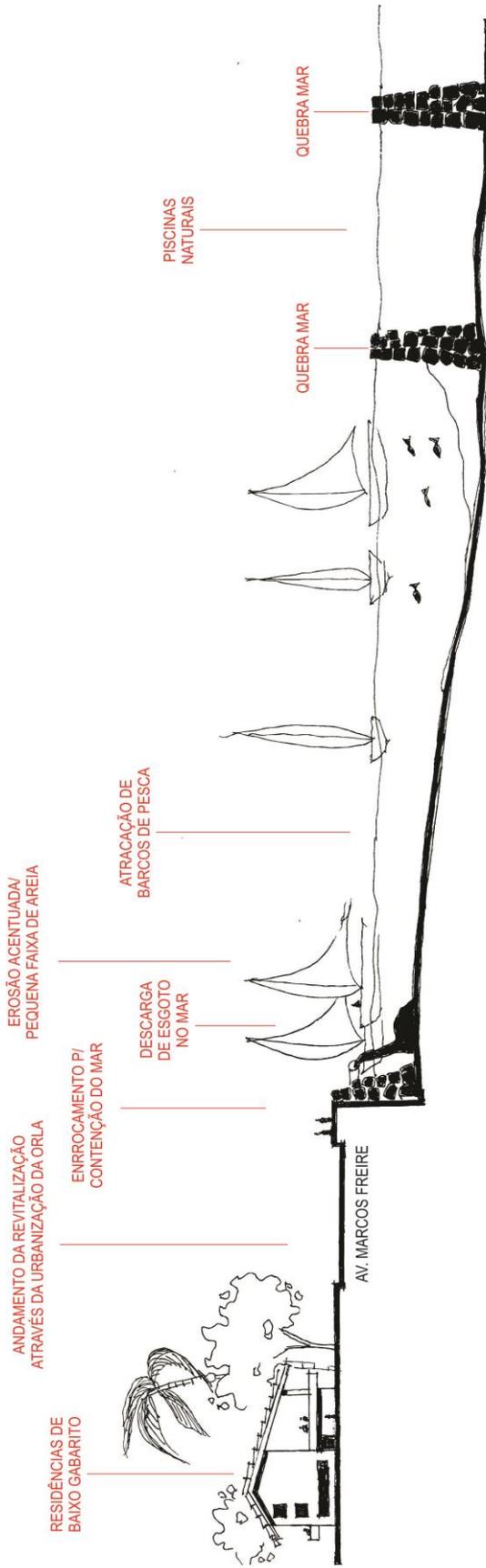
Trecho 5.1 – Cenário Desejado



Trecho caracterizado por faixa de areia ampla (engorda), com espaço disponível para os banhistas. O trecho encontra-se com verticalização controlada, com gabarito de até 8 pavimentos, não havendo incidência de sombra na faixa de areia. A faixa de areia encontra-se ordenada no que se refere aos banhistas e a prática de esportes náuticos. O trecho conta com posto guarda vidas. Foi feito um zoneamento náutico no trecho, evitando conflitos entre banhistas, esportistas náuticos e pescadores. As atividades relacionadas ao comércio informal encontram-se ordenadas, sem a presença de estruturas físicas. O trecho conta com banheiros públicos, sinalização adequada, segurança, iluminação pública eficiente e saneamento ordenado. O guarda barcos foi relocado da faixa de área para um local adequado, os coqueiros plantados no local foram mantidos e demais vegetação transferida para o trecho 5.3. O trânsito no local encontra-se ordenado. Não ocorrem mais problemas relacionados à homofobia e a Polícia Militar de Pernambuco encontra-se preparada para realizar abordagens apropriadas aos usuários da praia, sejam estes do público LGBT ou não.



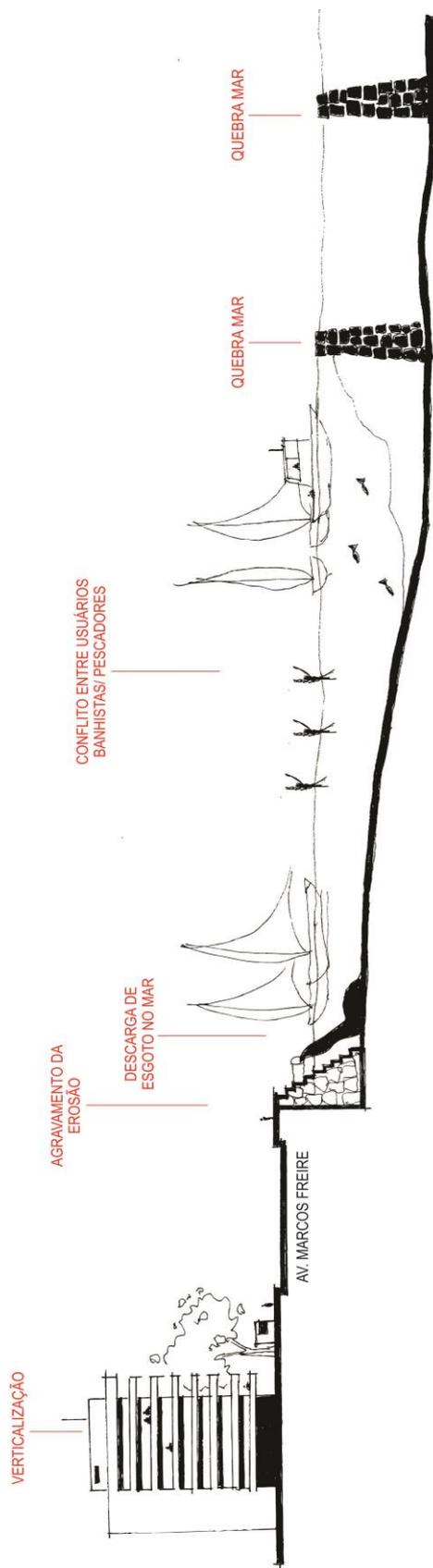
Trecho 5.2 – Cenário Atual



O trecho caracteriza-se pela presença de enrocamento de proteção constituído de pedras em alguns pontos, no mar, existência de recifes de arenito, piscinas naturais e quebra mares. A praia possui faixa de areia estreita devido à erosão acentuada. Ausência de banheiros públicos, sinalização de trânsito, sinalização dos usos do calçadão e iluminação precária e ausente em alguns pontos. Os bancos de concreto foram colocados de forma descontínua, porém a orla está passando por obras. O trânsito de veículos no local encontra-se prejudicado em decorrência das obras de urbanização em curso. O comércio no local resume-se a barracas sem padronização e precárias condições de higiene. Ocorre a desvalorização do patrimônio histórico-cultural na área da Capela de Santana do Rio Doce e seu entorno, área definida como sítio histórico isolado da cidade. O referido sítio encontra-se em péssimo estado de conservação. As edificações locais são voltadas para moradias, todas com baixo gabarito. Não há saneamento básico e no mar, foram identificados vários pontos de saída de água pluvial contaminada por esgoto doméstico, afetando a balneabilidade da praia. Várias formas de poluição foram identificadas, entre elas: sonora, visual e por resíduos sólidos, faltam coletores de lixo. Moradores circulam na orla com animais domésticos, sem ter o cuidado de recolher as sujeiras destes. A praia possui áreas com barcos de pesca ancorados e uma quantidade média de usuários da praia, não há postos de guarda-vidas no local. Falta zoneamento para pesca. Falta de proteção no paredão do Porto do Rio Doce (local de atracação das embarcações). Há ocorrência de delitos, principalmente, ao escurecer, gerando insegurança a população. Na localidade, há comércio, consumo de drogas e vandalismo de embarcações. O policiamento é insuficiente. Os espaços LGBT sofrem com recorrentes abordagens violentas de ordem física e simbólica por parte da Polícia Militar de Pernambuco, além de ocorrência a de casos de homofobia.



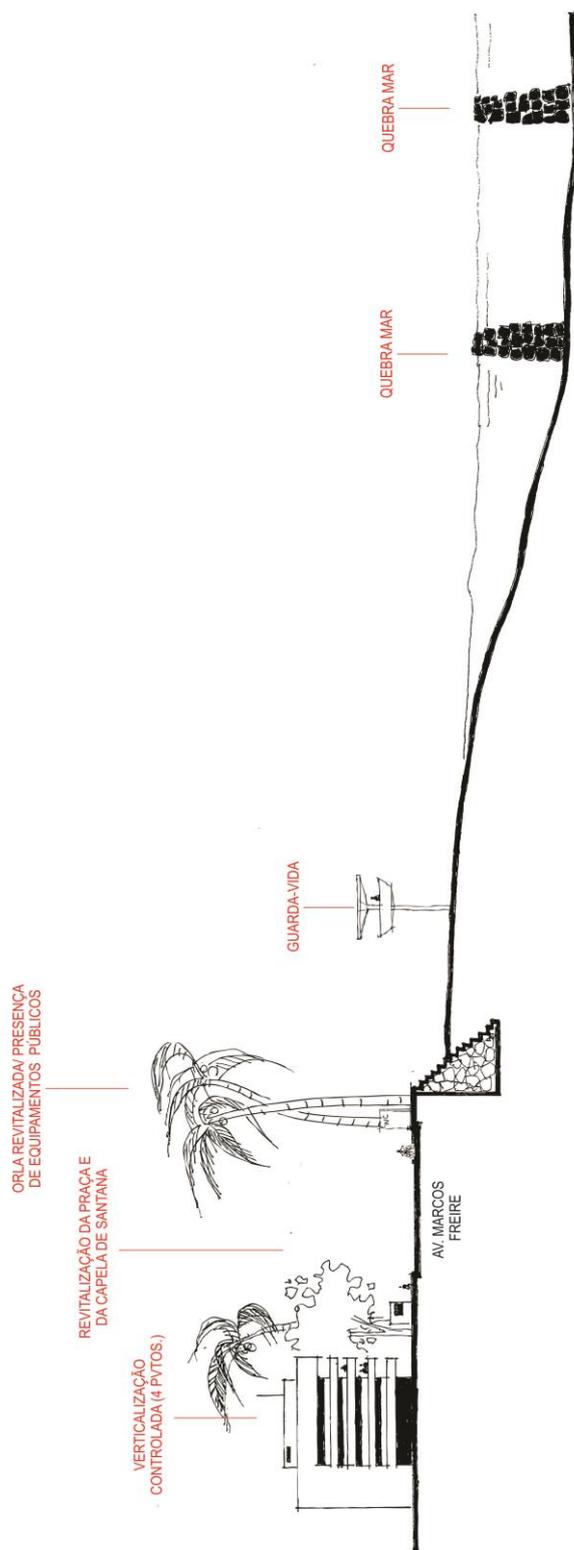
Trecho 5.2 – Cenário de Tendência



No local identifica-se a presença de enrocamento de proteção constituído de pedras em alguns pontos, no mar, existência de recifes de arenito, piscinas naturais e quebra mares, devido a erosão intensa o enrocamento e os diques estão em situação precária. A praia não tem mais faixa de areia, ausência de banheiros públicos, não há sinalização de trânsito e sinalização dos usos do calçadão. A iluminação é precária e ausente na maioria da área. O trânsito no local é intenso. O comércio no local resume-se a barracas precárias e ambulantes sem o preparo adequado. O patrimônio histórico-cultural na Capela de Santana do Rio Doce está vandalizado com pichações e rebocos. As edificações locais ultrapassam os oito andares de gabarito, causando incidência de sombra na faixa de areia. Não há saneamento básico e, no mar, são identificados vários pontos de saída de água pluvial contaminada por esgoto doméstico, afetando a balneabilidade da praia. Várias formas de poluição foram identificadas, entre elas: sonora, visual e por resíduos sólidos, faltam coletores de lixo e os resíduos são dispostos no meio ambiente. Moradores continuam a circular na orla com animais domésticos, sem ter os devidos cuidados com os dejetos destes. A praia possui áreas com barcos de pesca ancorados, uma grande quantidade de usuários da praia e esportistas, gerando conflitos de uso e ocupação. Falta zoneamento para pesca e ordenamento da praia. Falta de proteção e manutenção no paredão do Porto do Rio Doce (local de atracação das embarcações), pois o mesmo encontra-se em ruínas. Há ocorrência de delitos, ao longo do dia e, principalmente, ao escurecer, gerando insegurança à população. Na localidade, há comércio, consumo de drogas e vandalismo de embarcações, o policiamento é inexistente. Os espaços LGBT sofrem com a homofobia e com recorrentes abordagens violentas de ordem física e simbólica por parte da Polícia Militar de Pernambuco aos seus usuários.



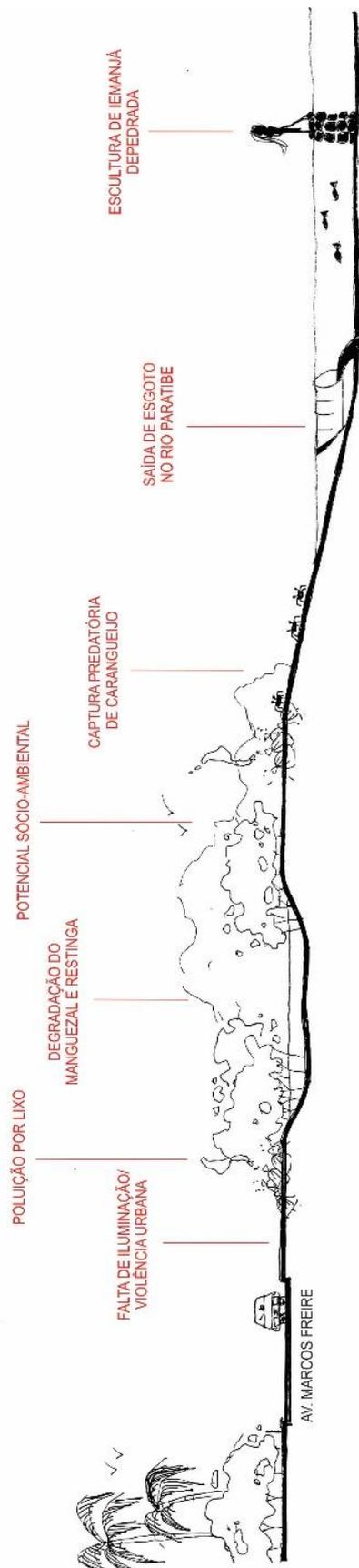
Trecho 5.2 – Cenário Desejado



O trecho caracteriza-se pela presença de enrocamento de proteção constituído de pedras em alguns pontos, no mar, existência de recifes de arenito, piscinas naturais e quebra mares. A praia possui ampla faixa de areia com postos de guarda-vidas. A orla possui banheiros públicos, sinalização dos usos do calçadão, iluminação adequada e equipamentos públicos de lazer. O trânsito no local é fluido e bem sinalizado. O comércio no local é organizado com barracas padronizadas e pessoal capacitado. A praça, área do entorno e a Capela de Santana do Rio Doce (patrimônio histórico-cultural) foram revitalizadas e são mantidas conservadas, além de passar por manutenções constantes, sendo um grande ponto turístico da orla. A revitalização proporcionou o aumento do comércio, trazendo vários restaurantes e hotéis/pousadas para o entorno do ponto turístico. As edificações locais são voltadas para moradias com limite de quatro pavimentos. Há vários coletores de resíduos ao longo da orla e fiscalização para prevenir a poluição sonora e visual. Campanhas de Educação Ambiental favorecem o manejo dos resíduos e os cuidados com os dejetos de animais que trafegam pela orla. Os espaços entre o comércio e as atividades (terrestres e náuticas) são devidamente sinalizados, a organização foi realizada através da delimitação dos espaços para atividades (terrestres e náuticas), do zoneamento da faixa de areia, do zoneamento da área de pesca e da sinalização dos usos do calçadão, pondo fim aos conflitos existentes. O paredão do Porto do Rio Doce (local de atracação das embarcações) encontra-se bem protegido do avanço do mar. Aumento do policiamento no combate ao tráfico de drogas e ao vandalismo, trazendo maior segurança à população. Não ocorrem mais problemas relacionados à homofobia e a Polícia Militar de Pernambuco encontra-se preparada para realizar abordagens aos usuários da praia, sejam estes do público LGBT ou não.



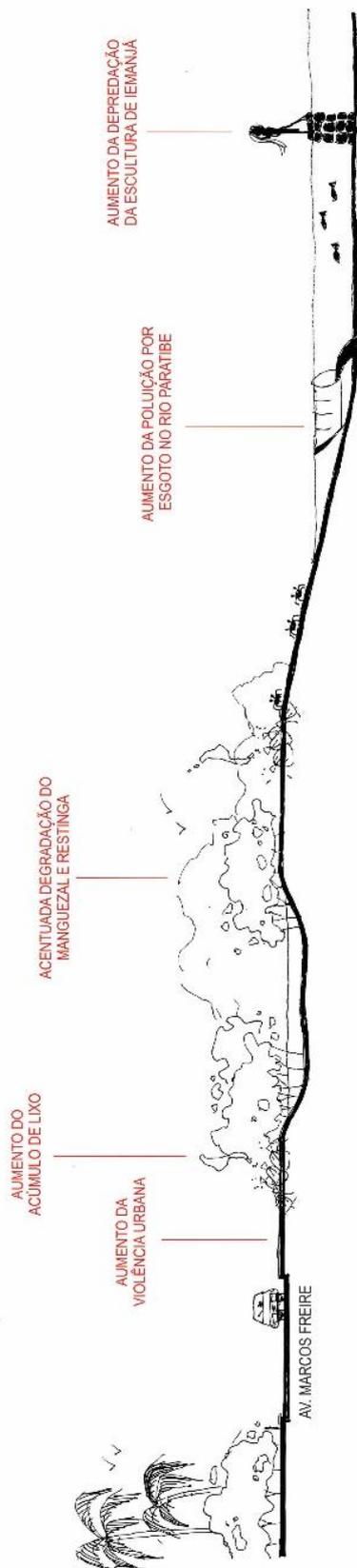
Trecho 5.3 – Cenário Atual



O trecho caracteriza-se pela presença de faixa de areia com pouca vegetação rasteira e alguns coqueiros. Na porção mais interna encontra-se um estuário e vegetação de mangue no entorno. A vegetação do trecho (restinga e manguezal) está degradada principalmente por conta de aterros, e ocorre captura predatória do caranguejo na época do defeso e pesca predatória. A orla não possui barracas, banheiros públicos ou áreas para atividades físicas, mas encontra-se poluída por grande quantidade de resíduos sólidos (não há lixeiras na orla, nem coleta na faixa de areia). A sinalização e a iluminação são precárias, assim como o policiamento, sendo frequentemente utilizado como ponto de tráfico de drogas. Nesse trecho, ocorre desvalorização do patrimônio histórico-cultural em função do abandono da escultura de Iemanjá (ponto de grande valor cultural, religioso e histórico que, constantemente, é depredado) e do marco de chegada da Segunda Invasão Holandesa à Pernambuco (1630), ambos com grande potencial socioambiental. No trecho, há poucas edificações, o saneamento básico é precário e observa-se saída de esgoto para o Rio Paratibe. Devido à falta de acesso à praia, não há grande movimentação de banhistas ou esportistas, e a orla não possui postos de guarda-vidas. É comum o desenvolvimento da pesca no local, porém não existe um zoneamento para esta atividade. Existe um problema relativo à homofobia com recorrentes abordagens violentas de ordem física e simbólica por parte da Polícia Militar de Pernambuco aos usuários LGBT da praia.



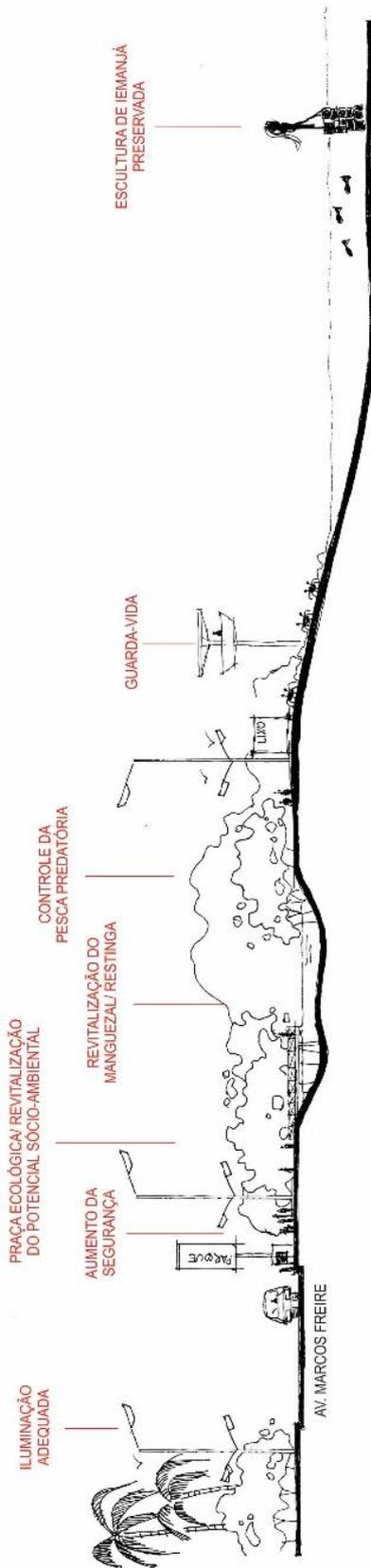
Trecho 5.3 – Cenário de Tendência



O trecho define-se pela presença de faixa de areia coberta com grande quantidade de resíduos sólidos. Na parte mais interna encontra-se um estuário degradado e a vegetação no entorno está bastante degradada (aterro de manguezal). Ocorre amplamente a captura predatória do caranguejo na época do defeso e pesca predatória, pouca variedade de espécies (esgotamento pesqueiro). A orla não possui barracas, banheiros públicos ou áreas para atividades físicas, mas encontra-se poluída por grande quantidade de resíduos. A sinalização e a iluminação são precárias e em alguns pontos ausentes, assim como o policiamento, a área é utilizada como ponto de tráfico de drogas e há um crescente aumento da violência urbana. Neste trecho ocorre total desvalorização do patrimônio histórico-cultural através do abandono da escultura de Iemanjá (ponto de grande valor cultural, religioso e histórico que esta depredado) e do marco de chegada da Segunda Invasão Holandesa a Pernambuco (1630), ambos com grande potencial socioambiental desprezados. No trecho observa-se falta de saneamento básico e grande número de saídas de esgoto para o Rio Paratibe. Devido à falta de acesso a praia não há movimentação de transeuntes. Aumentam os conflitos relativos à homofobia entre usuários LGBT, outros usuários e as recorrentes abordagens violentas de ordem física e simbólica por parte da Polícia Militar de Pernambuco a população LGBT, tornam-se cada vez mais agressivas e desrespeitosas.



Trecho 5.3 – Cenário Desejado



O local apresenta larga faixa de areia com vegetação rasteira e alguns coqueiros. Na porção mais interna encontra-se revitalizado um rico estuário com exuberante vegetação no entorno (restinga e manguezal). Preservação da área natural de manguezal e restinga (Zona de Proteção Ambiental Especial – ZPAE 1 – Lei Municipal 26/2004). A orla possui praça ecológica, iluminação e sinalização adequadas, lixeiras, guarda-vidas e fácil acesso. A praia encontra-se limpa e é mínima a quantidade de resíduos sólidos. Neste trecho há valorização do patrimônio histórico-cultural através da revitalização da escultura de Iemanjá (iluminação e fácil acesso), do marco de chegada da Segunda Invasão Holandesa a Pernambuco (1630) com a colocação de sinalização e criação de um Parque Ecológico-Cultural, com o objetivo de resgatar o valor histórico-religioso do local. No trecho, há poucas edificações, porém há saneamento básico, não havendo mais saídas de esgoto para o Rio Paratibe. É comum o desenvolvimento da pesca no local, existe o zoneamento para esta atividade e controle da pesca predatória. Aumento do policiamento no combate ao tráfico de drogas, trazendo maior segurança à população. Não ocorrem mais problemas relacionados à homofobia e a Polícia Militar de Pernambuco encontra-se preparada para realizar abordagens aos usuários da praia, sejam estes do público LGBT ou não.



Trecho 5.4

Por tratar-se de uma área de especial interesse social e ambiental ocupada por população de baixa renda (Comunidade Maclaren), e em decorrência da complexidade e especificidade desse trecho, o mesmo será tratado posteriormente em ação específica com o envolvimento da comunidade local.

7. AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS

Esta seção do Plano de Gestão Integrada da Orla de Olinda apresenta, com base nos problemas identificados no diagnóstico e relacionados na seção 5.2, o elenco de ações pensadas de modo a estimular atividades em consonância com os cenários desejados pela população que se utiliza deste território como meio de subsistência, lazer e contemplação. Com base nestas premissas, o planejamento de ações foi realizado agrupando os problemas por temática de modo a permitir uma visão mais ampla e a partir dela chegar às especificidades das providências para prevenir ou corrigir os efeitos suscitados pelos problemas. Neste sentido foram definidas 5 linhas de ação prioritárias com o detalhamento das atividades necessárias para atingir os objetivos, definindo-se também a natureza destas ações, sua abrangência territorial, os prazos e responsáveis por sua execução.

As linhas de ação definidas como prioritárias foram:

- Qualidade Ambiental das Praias e Estuários;
- Tratamento Paisagístico e Urbano;
- Ordenamento do Uso e Ocupação;
- Orla Segura;
- Fomento e Apoio às Atividades Produtivas.



Como horizonte para o planejamento e monitoramento para execução das ações propostas, as atividades foram categorizadas em ações de curto, médio e longo prazo da seguinte forma:

- Ações de curto prazo – Até 01 (um) ano para sua execução;
- Ações de médio prazo – Até 02 (dois) anos para sua execução;
- Ações de longo prazo – Até 04 (quatro) anos para sua execução;

No quadro 02 apresenta-se o detalhamento de cada linha de ação, descrevendo-se as atividades previstas, sua natureza, abrangência territorial, prazos e responsáveis. As atividades previstas foram pensadas como o passo à passo necessário para se atingir os objetivos delineados nos cenários desejados. A classificação da natureza permite visualizar quais ações tem um caráter de menor investimento financeiro, as que dependem mais de articulação política e aquelas que serão mais caras e remetem a investimentos para implantação ou melhoria da infraestrutura física. A abrangência territorial permite identificar para que trechos as atividades serão orientadas e os prazos e responsáveis de forma a permitir o monitoramento da implantação das atividades previstas.

Quadro 2. Linhas de Ação Prioritárias - Detalhamento.

Linha de Ação	Atividades Previstas	Natureza	Abrangência Territorial	Prazo (Anos)	Responsável (eis)
LA-01	Qualidade ambiental das praias e estuários				
LA01.1.01	Mobilizar comitê Gestor da Bacia do Beberibe para apoio ao monitoramento das ações na Bacia.	Gestão e articulação	Toda orla	1	APAC/GOV.PE, SEMA/PMO.
LA01.1.02	Estimular a criação do comitê da bacia do Rio Paratibe.	Gestão e articulação	Unidade 5 e orla do município de Paulista	1	APAC/GOV.PE, SEMA/PMO.
LA01.1.03	Acionar o Estado para revisar o Plano Metropolitano de Resíduos Sólidos, incluindo o problema do lixo no ambiente marinho.	Gestão e articulação	Toda orla	1	SEMAS, SECID/GOV-PE, SSP, SEMA/PMO.
LA01.1.04	Articular junto a COMPESA para monitoramento conjunto da qualidade dos efluentes lançados por suas estações de tratamento.	Gestão e articulação	Unidades 1, 5 e orla do município de Paulista	1	SEMA/PMO.
LA01.1.05	Fiscalizar, coibir e remover ligações clandestinas de esgoto nos canais e galerias de águas pluviais.	Gestão	Toda orla	1	COMPESA, CPRH/GOV-PE, SEMA, SSP, SEPLAC, SSO /PMO.
LA01.1.06	Disponibilizar banheiros existentes nos	Gestão	3.1; 3.2 e 3.3	1	SEPLAC/PMO.

Linha de Ação	Atividades Previstas	Natureza	Abrangência Territorial	Prazo (Anos)	Responsável (eis)
LA-01	Qualidade ambiental das praias e estuários				
	quiosques para uso pela população.		4.1 e 4.2		
LA01.1.07	Implantar programa de coleta seletiva envolvendo comerciantes e usuários da orla.	Gestão e articulação	Toda orla	2	SSP, SEPLAC, SEMA, SELJ/PMO.
LA01.1.08	Capacitar catadores de resíduos.	Gestão e articulação	Toda orla	2	SSP, SEMA/PMO.
LA01.1.09	Envolver cooperativas de catadores no processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos.	Gestão e articulação	Toda orla	1	SSP, SEMA/PMO.
LA01.1.10	Melhorar a qualidade na prestação dos serviços de limpeza urbana (Varrição das vias e calçadão, coleta de resíduos na praia, coleta de resíduos nos rios e estuários).	Gestão	Toda orla	1	SSP/PMO.
LA01.1.11	Implantar programa de combate à poluição sonora e visual envolvendo comerciantes e usuários da orla.	Gestão e articulação	Toda orla	1	SEPLAC, SEMA, SECOM/PMO.
LA01.1.12	Realizar fiscalização regular e periódica para combater a poluição sonora e visual.	Gestão	Toda orla	1	SEPLAC/PMO.
LA01.1.13	Implantar programa de apoio à castração e adoção de animais errantes (cães e gatos) envolvendo ONGs, comerciantes e usuários da orla.	Gestão e articulação	Toda orla	2	SSO, SEMA/PMO.
LA01.1.14	Criar legislação específica e implantar campanha educativa para incentivar a coleta, pelos cuidadores, dos excrementos dos animais quando deixados nas vias públicas.	Gestão e articulação	Toda orla	1	SEMA, SECOM, SAJ/PMO.

Linha de Ação	Atividades Previstas	Natureza	Abrangência Territorial	Prazo (Anos)	Responsável (eis)
LA-01	Qualidade ambiental das praias e estuários				
LA01.1.15	Implantar o Centro de Triagem e Acolhimento de Animais.	Gestão e articulação	Toda Orla	1	SEMA/PMO.
LA01.1.16	Realizar fiscalização regular e periódica para recolhimento de animais soltos.	Gestão	Toda orla	1	SSO, SEMA/PMO.
LA01.1.17	Elaborar projeto para capacitação dos comerciantes, palhoceiros e vendedores ambulantes na manipulação de resíduos gerados em suas atividades.	Gestão e planejamento	Toda orla	1	SSO, SEPLAC, SECOM/PMO.
LA01.1.18	Elaborar projeto para sinalização educativa voltada à qualidade ambiental (Descarte de resíduos, coleta de excrementos de animais, poluição sonora).	Gestão e planejamento	Toda orla	1	SECOM, SEMA, SEPLAC/PMO.
LA01.1.19	Implantar serviço de fiscalização e sinalização, até a conclusão do projeto de engorda, para o local conhecido como "língua de areia" evitando afogamentos.	Gestão e planejamento	2.2	1	SEMAS/GOV-PE, SEMA, SEDO/PMO.
LA01.1.20	Realizar fiscalização regular e periódica nas áreas de manguezal para inibir corte da vegetação e pesca predatória em época de defeso.	Gestão	Toda orla	1	IBAMA/GOV.FEDERAL, CPRH,CIPOMA, POLICIA MILITAR/GOV-PE, SEMA,SEPLAC/PMO.
LA01.1.21	Elaborar e executar projeto de monitoramento da qualidade dos manguezais de Olinda.	Gestão e planejamento	Toda orla	2	CPRH/GOV PE, SEMA/PMO.
LA01.1.22	Elaborar e executar projeto de monitoramento da qualidade das águas nas praias.	Gestão e planejamento	Toda orla	1	CPRH/GOV-PE, SEMA, SSO/PMO.

Linha de Ação	Atividades Previstas	Natureza	Abrangência Territorial	Prazo (Anos)	Responsável (eis)
LA-01	Qualidade ambiental das praias e estuários				
LA01.1.23	Elaborar e executar programa de educação ambiental, voltado à população localizada às margens dos canais e rios, para abordar a questão do manejo e descarte dos resíduos sólidos domésticos.	Gestão e planejamento	Toda orla	1	SEMA, SSP, SECOM/PMO.
LA01.1.24	Elaborar e executar programa de educação ambiental, voltado aos usuários das praias, para abordar a questão do manejo e descarte dos resíduos sólidos.	Gestão e Planejamento	Toda orla	1	SEMA, SSP, SECOM /PMO COMITÊ GESTOR.
LA01.2.01	Complementar a execução das obras de Saneamento / Urbanização Integrada da Sub-Bacia do Canal da Malária em Ilha do Maruim, V8/V9 e Jardim Brasil. (OBRA EM ANDAMENTO)	Infraestrutura	1.1; 1.2 e 1.3/ Toda Orla (Balneabilidade)	2	SEO/PMO.
LA01.2.02	Executar obras de Saneamento e Urbanização Integrada nas Sub-Bacias da Bacia do Rio Beberibe: Azeitona, Lava Tripa e Beberibe (PROJETOS LICENCIADOS).	Infraestrutura	Toda Orla (Balneabilidade)	4	CEHAB/GOV-PE/PMO
LA01.2.03	Implantar Obra de Saneamento e Urbanização Integrada na Comunidade Maclaren em Rio Doce (ELABORAR PROJETO)	Infraestrutura	5.4	4	PMO
LA01.2.04	Implantar a rede coletora de esgoto sanitário (AÇÃO EXECUTADA)	Infraestrutura	2.1; 2.2; 2.3	1	COMPESA /GOV –PE.
LA01.2.05	Ampliar a rede coletora de esgoto sanitário.	Infraestrutura	3.1 e 3.2	1	COMPESA/GOV –PE.
LA01.2.06	Ampliar e realizar manutenção da rede	Infraestrutura	5.1; 5.2 e 5.3	1	COMPESA/GOV –PE.

Linha de Ação	Atividades Previstas	Natureza	Abrangência Territorial	Prazo (Anos)	Responsável (eis)
LA-01	Qualidade ambiental das praias e estuários				
	coletora de esgoto sanitário.				
LA01.2.07	Instalar provisoriamente banheiros químicos para atendimento à população em regime de urgência.	Infraestrutura	Toda orla	1	SSP/PMO.
LA01.2.08	Implantar-banheiros públicos.	Infraestrutura	Toda orla	1	SSP, SEFAD/PMO.
LA01.2.09	Instalar pontos para coleta seletiva dotados de coletores adequados ajustado a implantação de urbanização da orla.	Infraestrutura	Toda orla	1	SSP, SEMA/PMO.
LA01.2.10	Ampliar e fortalecer o sistema de coleta com destaque à praia de Del Chifre com implantação de coletores.	Infraestrutura	1.1; 1.2 e 1.3	1	SSP, SEMA/PMO.
LA01.2.11	Realizar peneiramento (manual) da areia na faixa de praia para remoção dos resíduos sólidos existentes.	Infraestrutura	1.3 3.3 4.1 e 4.2 5.1; 5.2 e 5.3	1	SSP/PMO.
LA01.2.12	Instalar lixeiras, em quantidade e capacidades adequadas à demanda, ao longo do calçadão e na faixa de praia	Infraestrutura	Toda a orla	1	SSP, SEDO/PMO.
LA01.2.13	Distribuir sacolas biodegradáveis aos usuários da orla destinadas à coleta dos resíduos gerados durante permanência na praia em parceria com a iniciativa privada	Infraestrutura	Toda orla	1	SSP, SECOM, SEMA, SEJL/PMO.
LA01.2.14	Implantar solução técnica do tratamento para a “língua de areia” de forma a não represar a água (ENGORDA)	Infraestrutura	2.2	4	SEMAS/GOV-PE, SEMA,SEDO/PMO.
LA01.2.15	Criar sistemas de contenção, coleta e	Infraestrutura	Em todas as	2	SEC. DE INFRA – PE,

Linha de Ação	Atividades Previstas	Natureza	Abrangência Territorial	Prazo (Anos)	Responsável (eis)
LA-01	Qualidade ambiental das praias e estuários				
	reciclagem de resíduos sólidos flutuantes nos principais cursos de drenagem (rios e canais) de modo a diminuir a chegada desse material às praias e ao mar		bacias hidrográficas do município		SSP, SEMA/PMO.

Linha de Ação	Atividades Previstas	Natureza	Abrangência Territorial	Prazo (Anos)	Responsável (eis)
LA-02	Tratamento paisagístico e urbano				
LA02.1.01	Realizar levantamento das áreas da união no município.	Gestão, articulação e planejamento	Todo o município	1	SPU/GOV FEDERAL, SEMAS/GOV-PE, SEPLAC, SEMA, SEPAC/PMO.
LA02.1.02	Elaborar projeto para tratamento paisagístico e urbano de forma a melhorar as condições de acesso (inclusive para portadores de necessidades especiais), iluminação, mobilidade, ofertas de equipamentos de lazer, equipamentos para prática de esportes e espaços de contemplação e convivência.	Gestão, articulação e planejamento	1.1; 1.2 e 1.3 (Parcial / Projeto do Istmo) 2.1; 2.2 e 2.3 5.3	2	SEPLAC, SEDO, SEPAC/PMO.
LA02.1.03	Rever projeto de urbanização em implantação de forma a melhorar as condições de acesso para portadores de necessidades especiais, ofertas de equipamentos de lazer, equipamentos para prática de esportes e espaços de contemplação e convivência com recuperação da vegetação quando viabilizado o Projeto de Engorda da praia.	Gestão, articulação e planejamento	4.1 e 4.2	4	SEPLAC, SEDO/PMO.
LA02.1.04	Articular com a Marinha, Governo do Estado e Prefeitura do Recife a elaboração de proposta de Parque Metropolitano na área do Coqueiral de Olinda, considerando o Projeto de Navegabilidade dos Rios Capibaribe e Beberibe do Governo do Estado.	Gestão, articulação e planejamento	1.1; 1.2 e 1.3	1	SEMA, SEPLAC, SEPAC, SEDO/PMO.
LA02.1.05	Elaborar projeto para valorização do patrimônio histórico, cultural e religioso existente na orla (ênfase no Forte do Buraco e entorno, casario e entorno da Igr. do Milagres, casario e entorno do Fortim do Queijo; Cap.	Gestão e planejamento	1.1; 1.3; 2.1; 2.2; 2.3; 5.1 e 5.3	2	SEPAC, SEPLAC, SDSCDH/PMO.

Linha de Ação	Atividades Previstas	Natureza	Abrangência Territorial	Prazo (Anos)	Responsável (eis)
LA-02	Tratamento paisagístico e urbano				
	de Santana e entorno; Parq. da Santa e marco da invasão holandesa)				
LA02.1.06	Buscar fontes e captar recursos que viabilizem a execução da engorda das praias conforme projeto licenciado – “Projeto Executivo Olinda – Proteção e Recuperação da Costa”.	Gestão, articulação e planejamento	2.1 a 5.3	2	Ministério da Integração/ GOV. FEDERAL, SECID, SEMAS/GOV-PE, PMO.
LA02.1.07	Monitorar e acompanhar implantação de medidas mitigatórias e compensatórias decorrentes da implantação do Shopping	Gestão, articulação e planejamento	3.2 e 3.3	2	SEMA, SEPLAC, STT/PMO.
LA02.1.08	Realizar projeto para assegurar que área da Vila Militar e Hotel de Trânsito, em Casa Caiada, sejam transformados em espaços de uso público destinados às atividades de esportes, cultura e lazer.	Gestão, articulação e planejamento	3.2 e 3.3	2	SEMA, SEPLAC, SELJ, STT/PMO.
LA02.1.09	Realizar levantamento e estudo para implantação de vagas de estacionamentos rotativos para veículo, priorizando a liberação da beira mar ao uso de bicicletas e pedestres.	Gestão, articulação e planejamento	Toda orla	1	SEPLAC, STT, SEDO/PMO.
LA02.1.10	Elaborar/Rever projeto de sinalização viária incluindo previsão de limitadores de velocidade e sinalização para vias de bicicletas e pedestres (EM EXECUÇÃO)	Gestão, articulação e planejamento	2.1 a 5.3	1	STT/PMO.
LA02.1.11	Realizar fiscalização regular e periódica, do trânsito, para inibir estacionamento de veículos de forma irregular (EM EXECUÇÃO)	Gestão, articulação e planejamento	Toda orla	1	STT/PMO.
LA01.1.12	Articular em conjunto com governo do estado e prefeitura de paulista a elaboração de	Gestão, articulação e planejamento	5.3 e 5.4	4	ESTADO DE PERNAMBUCO, PREF.PAULISTA,

Linha de Ação	Atividades Previstas	Natureza	Abrangência Territorial	Prazo (Anos)	Responsável (eis)
LA-02	Tratamento paisagístico e urbano				
	projeto implantação de Parque Metropolitano na Foz do Rio Paratibe,				SEPLAC, STT, SEMA/PMO.
LA02.2.01	Melhorar sistema de iluminação pública	Infraestrutura	Toda a orla	4	SSP, SEDO/PMO.
LA02.2.02	Implantar iluminação pública adequada ao ambiente	Infraestrutura	1.1 e 1.2 5.3	4	SSP, SEDO/PMO.
LA02.2.03	Manter via de acesso adequada até local da imagem da Santa	Infraestrutura	5.3	2	SSP, SEDO/PMO.
LA02.2.04	Manter de forma adequada os acessos à praia	Infraestrutura	Toda a orla	1	SSP/PMO.
LA02.2.05	Manter padrão de construção dos bancos em concreto (AÇÃO EM ANDAMENTO)	Infraestrutura	5.1 e 5.2	1	SEDO/PMO.
LA02.2.06	Restabelecer de forma emergencial o enrocamento de pedras para proteção do patrimônio público e privado	Infraestrutura	2.1; 2.2 e 2.3	1	SSP/PMO.
LA02.2.07	Buscar celeridade na condução das desapropriações para conclusão dos serviços de urbanização (AÇÃO EM ANDAMENTO)	Infraestrutura	5.1; 5.2 e 5.3	1	SAJ/PMO.
LA02.2.08	Implantar o Projeto de Proteção e Recuperação da Costa de Olinda (ENGORDA).	Infraestrutura	2.1 a 5.3	4	SECID, SEMAS/GOV-PE, PMO.

Linha de Ação	Atividades Previstas	Natureza	Abrangência Territorial	Prazo (Anos)	Responsável (eis)
LA-03	Ordenamento do uso e ocupação				
LA03.1.01	Identificar, levantar e cadastrar as pessoas físicas e jurídicas que prestam algum tipo de serviço na Orla de Olinda.	Gestão, articulação e planejamento	Toda orla	1	PMPE /GOV-PE, SEPLAC, SSU, SEGOV PMO, COMITE GESTOR.
LA03.1.02	Elaborar mapa contendo a espacialização georreferenciada das atividades e usos existentes	Gestão, articulação e planejamento	Toda orla	1	SEPLAC/PMO.
LA03.1.03	Elaborar proposta preliminar para zoneamento e ordenamento das atividades e usos existentes e a serem incentivados na faixa continental.	Gestão e planejamento	Toda orla	1	SPU/GOV FEDERAL, SSU, SEPLAC, SEMA, SELJ/PMO, COMITÊ GESTOR.
LA03.1.04	Elaborar proposta preliminar para zoneamento e ordenamento das atividades e usos existentes e a serem incentivados na faixa marinha.	Gestão e planejamento	Toda orla	1	CAPITANIA DOS PORTOS / GOV FEDERAL, SEMA, SEPLAC, SELJ/PMO.
LA03.1.05	Elaborar estudo dos efeitos do sombreamento e da alteração do padrão de ventos decorrentes da construção de edifícios altos à beira mar.	Gestão e planejamento	3.1 a 5.2	1	UFPE, SEMA, SEPLAC/PMO.
LA03.1.06	Revisar a Lei 5.512/2006 que estabelece regras para utilização do calçadão, executando, posteriormente, sua divulgação.	Gestão e planejamento	Toda orla	1	SAJ, SEMA, SEPAC/PMO.
LA03.1.07	Elaborar plano de fiscalização conjunta com controle urbano, trânsito, vigilância sanitária, bombeiros e polícia militar.	Gestão, articulação e planejamento	Toda orla	1	PM,CBMPE/GOV-PE, SEPLAC,STT, SSU,SSO/PMO.

Linha de Ação	Atividades Previstas	Natureza	Abrangência Territorial	Prazo (Anos)	Responsável (eis)
LA-03	Ordenamento do uso e ocupação				
LA03.1.08	Elaborar plano de capacitação para equipe municipal que atuará nas ações de controle urbano, trânsito e vigilância sanitária.	Gestão, articulação e planejamento	Toda orla	1	SSP, STT, SEPLAC/PMO.
LA03.1.09	Apresentar proposta para revisão da legislação urbanística incorporando restrições ao gabarito de novas edificações localizadas no território da orla.	Gestão, articulação e planejamento	3.1 a 5.2	1	SEPLAC, SAJ/PMO.
LA03.1.10	Apresentar proposta para criação de instrumento legal com o objetivo de regulamentar as atividades de carga/descarga e embarque/desembarque no território da orla.	Gestão, articulação e planejamento	Toda orla	1	STT, SEPLAC/PMO.
LA03.1.11	Apresentar proposta para criação de instrumento legal com o objetivo de estabelecer o zoneamento de atividades e usos no território da orla.	Gestão, articulação e planejamento	Toda orla	1	SAJ, SEPLAC, SEPAC, SEMA/PMO.
LA03.1.12	Elaborar projeto de regularização fundiária para as comunidades de Ilha do Maruim e Maclaren.	Gestão, articulação e planejamento	1.2 e 5.4	4	SEPLAC, SAJ/PMO.
LA03.2.01	Remover/adequar construções irregulares	Infraestrutura	Toda orla	2	SEPLAC/PMO.

Linha de Ação	Atividades Previstas	Natureza	Abrangência Territorial	Prazo (Anos)	Responsável (eis)
LA-04	Orla segura				
LA04.1.01	Elaborar estudo para implantação de vídeo monitoramento.	Gestão, articulação e planejamento	Toda orla	1	PMPE, SSU/PMO.
LA04.1.02	Capacitar policiais para abordagens qualificadas respeitando a diversidade de raça, credo, gênero.	Gestão, articulação e planejamento	Toda orla	1	PMPE SSU,SDSCDH/PMO.
LA04.1.03	Elaborar e executar campanha em defesa da diversidade.	Gestão, articulação e planejamento	Todo município	1	PMPE SDSCDH, SSU, SECOM /PMO.
LA04.1.04	Elaborar e implementar plano de combate a exploração sexual.	Gestão, articulação e planejamento	Todo município	1	PMPE, SDSCDH, SSU/PMO.
LA04.1.05	Elaborar e implementar, em conjunto com a PMPE, plano de monitoramento e combate a violência.	Gestão, articulação e planejamento	Toda orla	1	SSU, SDSCDH/PMO.
LA04.1.06	Elaborar projeto de sinalização para áreas com risco de ataques de tubarão e afogamentos.	Gestão, articulação e planejamento	Toda orla	1	SDS (SEMIT), CBMPE, SSU, SEMA/PMO.
LA04.1.07	Elaborar e implementar, em conjunto com o CBMPE, serviço de salva-vidas de forma permanente.	Gestão, articulação e planejamento	Toda orla	1	SSU/PMO, COMITÊ GESTOR.

Linha de Ação	Ações Previstas	Tipo	Abrangência Territorial	Prazo (Anos)	Responsável (eis)
LA-05	Fomento e apoio às atividades produtivas				
LA05.1.01	Elaborar, em conjunto com os pescadores, projeto específico para desenvolvimento das atividades pesqueiras no município	Gestão, articulação e planejamento	Toda orla	2	MIN. DA PESCA SETURDE/GOV-PE SEMA/PMO
LA05.1.02	Elaborar, em conjunto com os pescadores, projeto específico para implantar estruturas de apoio às embarcações (atracadouro/pier flutuante, oficinas de manutenção, desembarque do pescado)	Gestão, articulação e planejamento	Toda orla	2	MIN. DA PESCA SETURDE/GOV-PE SEDO/PMO
LA05.1.03	Elaborar, em conjunto com os pescadores, zoneamento dos pontos de pesca e plano de manejo para ampliação/manutenção dos estoques	Gestão, articulação e planejamento	Toda orla	2	MIN. DA PESCA SETURDE/GOV-PE SSO, SEPLAC/PMO
LA05.1.04	Elaborar, em conjunto com os esportistas, projeto específico para implantar estruturas de apoio às atividades desenvolvidas	Gestão, articulação e planejamento	3.3 e 5.1	1	SPU/GOV FEDERAL SELJ, SEDO, SEPLAC/PMO
LA05.1.05	Elaborar, em conjunto com os proprietários de guarda de barcos pesqueiros, projeto específico para relocação das atividades desenvolvidas	Gestão, articulação e planejamento	3.3 e 5.1	1	SPU/GOV FEDERAL SEPLAC, SEDO, SELJ/PMO
LA05.1.07	Elaborar em conjunto com os vendedores, ambulantes e palhoceiros o projeto específico para ordenamento e capacitação profissional (Manipulação de alimentos, manejo dos resíduos e técnicas de comercialização).	Gestão, articulação e planejamento	Toda orla	1	SETURDE/GOV-PE, SSO, SEPLAC/PMO

Linha de Ação	Ações Previstas	Tipo	Abrangência Territorial	Prazo (Anos)	Responsável (eis)
LA-05	Fomento e apoio às atividades produtivas				
LA05.1.08	Identificar fontes de financiamento para implantar estruturas de apoio às atividades produtivas existentes na orla do município	Gestão, articulação e planejamento	Toda orla	2	SETURDE/GOV-PE
LA05.1.09	Elaborar plano para divulgação das atividades culturais desenvolvidas no território da orla	Gestão, articulação e planejamento	Toda orla	2	SEPAC, SECOM/PMO

A seguir apresenta-se o quadro 03 contém a descrição das linhas de ação prioritárias e as atividades preponderantes, consideradas como chave, para atingir os objetivos da ação proposta.

Quadro 3. Linhas de Ação Prioritárias - Resumo.

Linhas de Ação Prioritárias		Atividades Chaves
LA01	Qualidade Ambiental das Praias e Estuários	Articular mobilização dos Comitês Gestores das Bacias do Beberibe e do Paratibe.
		Fiscalizar, coibir e remover ligações clandestinas de esgoto nos canais e galerias de águas pluviais.
		Planejar ações para determinação adequada de resíduos sólidos (Sistema de Coleta Seletiva).
		Realizar ações emergenciais nos pontos de risco (Erosão Marinha).
LA02	Tratamento Paisagístico e Urbano	Articular com a Marinha, Governo do Estado e as Prefeituras do Recife e de Paulista, a elaboração de proposta de parque metropolitano (Coqueiral e Foz do Paratibe).
		Buscar fontes e captar recursos que viabilizem a execução da engorda das praias conforme projeto licenciado “Projeto Executivo Olinda – Proteção e Recuperação da Costa”.
LA03	Ordenamento do Uso e Ocupação	Identificar, levantar e cadastrar pessoas físicas e jurídicas que prestam algum tipo de serviço na orla de Olinda.
		Elaborar proposta preliminar para zoneamento e ordenamento das atividades e usos existentes e a serem incentivados nas duas faixas (continental e marinha).
		Elaborar e implantar instrumento legal com o objetivo de estabelecer o zoneamento de atividades e usos no território da orla.
LA04	Orla Segura	Elaborar e implementar em conjunto com as diversas instituições da área de segurança, plano de monitoramento de combate a violência.
LA05	Fomento e Apoio às Atividades Produtivas	Elaborar projetos específicos para implantar estruturas de apoio às atividades esportivas e pesqueiras.
		Elaborar plano de capacitação para vendedores, ambulantes e palhoceiros.

8. ESTRATÉGIAS PARA IMPLANTAÇÃO DO PLANO

As estratégias e atividades inerentes à implementação do PGIO são apresentadas abaixo e focam as formas para legitimação do Plano, os mecanismos para envolvimento da sociedade, a formação do Comitê Gestor da Orla e as alternativas de articulação política.

Para o processo de elaboração do PGIO, e visando facilitar as atividades a serem desenvolvidas, definiu-se uma Coordenação Técnica Municipal formada pela Secretaria de Planejamento e Controle Urbano (SEPLAC) e pela Secretaria de Meio Ambiente (SEMA). Aliado à Coordenação Técnica Municipal foi estabelecido também, durante as oficinas, um Pré-Comitê Gestor da Orla, de natureza consultiva e constituído por nove representantes institucionais e nove representantes da sociedade civil. O Pré-Comitê formado é de caráter temporário até a implementação do Comitê Gestor. A sua composição é apresentada abaixo:

Quadro 2. Composição do Pré-Comitê Gestor da Orla.

	Governo	Sociedade Civil
1	SPU/PE Fabiola Nardoto	Moradores Alcidésio Sabino da Silva (Representante) Arthur Araújo (1° Suplente)
2	SEMAS/PE Andrea Olinto	Mais Parques Alexandre Miranda da Silva (Representante)
3	SEMA/PMO Roberval Veras Maria Lucia Oliveira	Coletivo Amigos da Praia Lucas de Souza Pinto (Representante) Alexandre Félix A. da Silva (1° Suplente)
4	SEPLAC/PMO Estevão Brito Teresa Zirpoli	Empresários Associação dos Empresários da Orla
5	SETURDE/PMO Luis Gonçalves Neto Rubens Amorim Santos	Pescadores Paulo Barbosa de Santana (Representante) Nilson Monteiro A. Silva (1° Suplente)
6	SELJ/PMO Paula Polo Antônio Tinoco de Lira	Palhoceiros/Ambulantes Sérgio Augusto de Araújo (Representante) José Severino Gonçalves (1° Suplente) Marta Maria Lima da Silva (2° Suplente)
7	SSP/PMO Manoel Sátiro	Esportistas José Santiago Oliveira (Representante) Célio José da Silva (1° Suplente)
8	CORPO DE BOMBEIROS/CBMAR Helder Bezerra da Silva	Moradores Paulo Rogério P. de Lucena (Representante) Célio José da Silva (1° Suplente)
9	UPE Fábio José de Araújo Pedrosa	Moradores Rubem Tavares

Juntos, a Coordenação Técnica Municipal e o Pré-Comitê Gestor da Orla, trabalharão para implementar as medidas e ações estratégicas apresentadas neste Plano de Gestão.

8.1 Formas para Legitimação do Plano

As ações corretivas e de exploração do potencial levantadas pela sociedade civil e diferentes instâncias governamentais, apresentadas na seção 7 deste documento deverão ser legitimadas de forma mais ampla. Para isso, a Coordenação Técnica Municipal e o Pré-Comitê Gestor da Orla adotará medidas que busquem, inicialmente, divulgar as informações contidas no PGIO, seguido de processos consultivos e deliberativos. Assim, são previstos o seguinte:

- Medidas para Difusão do Plano
 - ✓ elaboração de material impresso;
 - ✓ veiculação em mídia televisiva, jornais impressos, rádios, mídias e redes sociais;
 - ✓ divulgação em instituições de ensino públicas e privadas do município de Olinda e no Espaço Ciência;
 - ✓ reunião para apresentação do PGIO e posse do Pré-Comitê Gestor da Orla.
- Medidas Consultivas
 - ✓ estabelecer sistemática de reuniões em cada Unidade, incluindo a participação dos diversos segmentos da sociedade civil, com o objetivo de discutir e agregar contribuições ao PGIO.
- Medidas Deliberativas
 - ✓ para legitimação do PGIO, um evento será realizado para a apresentação da versão final do mesmo, e para que esta seja validada pelos presentes. Nesse dia, estarão presentes autoridades municipais, cuja função será de absorver ações do PGIO em seu Plano de Governo e na pauta do legislativo.

8.2 Mecanismos para Envolvimento da Sociedade

Visando o alcance das três medidas estratégicas descritas acima, foram pensadas ações para os dois momentos do processo de envolvimento da sociedade.

- Pré-validação do PGIO

Nesse momento, correspondente a uma sistemática de divulgação pública sobre o Projeto Orla, será elaborado material didático (cartilhas) visando esclarecer o processo de elaboração, legitimação e validação do PGIO. Em

paralelo, porém após a elaboração e distribuição do material didático, serão promovidas palestras e entrevistas em rádios e grupos locais com o objetivo de divulgar o PGIO, esclarecer dúvidas e legitimar e validar o documento.

- Pós-validação do PGIO

Após a validação do documento no momento de pré-validação do PGIO, será feita a divulgação das ações do mesmo no âmbito do poder municipal, do poder legislativo e da sociedade civil (associações, ONGs, escolas, outros grupos). Essa divulgação culminará com a realização de um evento com ato de implementação do PGIO (lançamento da Pedra Fundamental), período após o qual será estabelecida uma sistemática de visitas monitoradas a escolas, grupos da sociedade civil, entre outros identificados posteriormente, com participantes da elaboração do plano.

8.3 Formação do Comitê Gestor da Orla

A principal ação para o envolvimento da sociedade na implantação e monitoramento do PGIO é a formação do Comitê Gestor da Orla, que terá como base as representações da sociedade civil e dos órgãos públicos. Em um primeiro momento, conforme descrito acima, optou-se pela formação de um Pré-Comitê Gestor da Orla, cujo funcionamento será até a implantação do Comitê supracitado. Além das atribuições de acompanhamento e monitoramento das diretrizes estabelecidas no PGIO, o Comitê Gestor terá como tarefas a elaboração do Estatuto e Regimento Interno e convocação de eleição antes do término de seu mandato, com validade de 02 anos.

8.4 Alternativas de Articulação Política

O princípio da gestão do Projeto Orla é a participação, mas é importante considerar, além da mobilização da sociedade, que articulações políticas são imprescindíveis para envolver os órgãos governamentais atrelados às políticas públicas inseridas neste espaço. Este item considera as articulações políticas necessárias, envolvendo o Comitê Gestor e os órgãos governamentais que coordenam políticas públicas incidentes na orla. As atribuições e responsabilidades dos diversos agentes governamentais públicos que atuam na orla estão listadas no quadro abaixo.

Quadro 3. Atribuição dos Agentes Públicos com atuação na orla.

Agente Governamental	Atribuição e Responsabilidade
Assembleia Legislativa de Pernambuco - ALEPE	<ul style="list-style-type: none"> - Legislativo (criação, revisão e atualização de mecanismos legais). - Acompanhar e fiscalizar ações do poder estadual.
Câmara de Vereadores de Olinda	<ul style="list-style-type: none"> - Legislativo (criação, revisão e atualização de mecanismos legais). - Acompanhar e fiscalizar ações do poder municipal.
Capitania dos Portos	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar ações para o fortalecimento institucional. - Subsidiar tecnicamente a criação, revisão e atualização de instrumentos normativos. - Estudos e Pesquisas. - Regulamentar e fiscalizar as atividades náuticas na faixa de orla.
CIPOMA	<ul style="list-style-type: none"> - Fiscalizar a aplicação dos mecanismos legais.
COMPESA	<ul style="list-style-type: none"> - Contratação para execução de projetos. - Recursos para implantação de ações previstas voltadas ao saneamento ambiental.
Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Pernambuco - CBMPE / Grupamento de Bombeiros Marítimo - GBMAR	<ul style="list-style-type: none"> - Guarda-vidas. - Busca e salvamento. - Apoio técnico para implantação de sinalização das áreas com risco de afogamento. - Ações educativas.
CPRH	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar ações para o fortalecimento institucional. - Subsidiar tecnicamente a criação, revisão e atualização de instrumentos normativos. - Estudos e Pesquisas. - Zoneamento do uso e ocupação do solo na faixa de orla. - Educação Ambiental. - Fiscalizar a aplicação dos mecanismos legais. - Articulação.
SPU/PE	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilizar informações sobre o patrimônio da União. - Apoiar ações para regularização de situação fundiária. - Criação, revisão, atualização, implementação e aplicação de mecanismos legais. - Zoneamento do uso e ocupação do solo na faixa de orla. - Transferência de recursos.
IBAMA	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar ações para o fortalecimento institucional. - Subsidiar tecnicamente a criação, revisão e atualização de instrumentos normativos. - Estudos e Pesquisas. - Educação Ambiental. - Fiscalizar a aplicação dos mecanismos legais.
Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional - IPHAN	<ul style="list-style-type: none"> - Proteção do patrimônio histórico e artístico da Orla de Olinda.
Ministério Público Federal - MPF	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio à fiscalização para aplicação de mecanismos legais.

Agente Governamental	Atribuição e Responsabilidade
	<ul style="list-style-type: none"> - Mediação de conflitos.
Ministério Público de Pernambuco - MPPE	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio à fiscalização para aplicação de mecanismos legais. - Mediação de conflitos.
Polícia Militar de Pernambuco – PMPE	<ul style="list-style-type: none"> - Policiamento ostensivo e preventivo. - Proteção aos cidadãos e desenvolvimento de ações preventivas.
Prefeitura Municipal de Olinda	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar ações para o fortalecimento institucional. - Levantamento e cadastro dos imóveis irregulares. - Regularização de situação fundiária. - Contratação para execução de projetos. - Desenvolver atividades de capacitação. - Zoneamento do uso e ocupação do solo na faixa de orla. - Articulação. - Implantação de infraestrutura. - Fiscalização e controle urbano.
SEBRAE	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação de micro e pequenos empresários locais.
Superintendência da Pesca e Aquicultura/PE	<ul style="list-style-type: none"> - Prestar apoio e contribuir para a garantia dos direitos dos pescadores. - Apoio técnico no ordenamento da pesca na orla.
UFPE/UPE/UFRPE	<ul style="list-style-type: none"> - Estudos e Pesquisas.

9. SUBSÍDIOS E MEIOS EXISTENTES

Neste item estão listados os subsídios e meios para a execução do PGIO, considerando aos meios de gestão já existentes para a orla em questão.

9.1 Base Legal Prevista para as Ações Normativas

- Nível Municipal
 - Lei Orgânica do Município de Olinda/2009 (Atualizada 2012);
 - Lei Complementar 26/2004 alterada pela Lei Complementar 32/2008 que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Olinda;
 - Lei Nº 5.631/2008 (Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo do Município de Olinda);
 - Lei Municipal Nº 4.849/92 (Legislação Urbanística dos Sítios Históricos de Olinda);
 - Legislação Ambiental Municipal;
 - Lei 5.887/2014 (Cria a Área de Proteção Ambiental Nascentes da Zona Rural de Olinda – APA/Nascentes da Zona Rural de Olinda, na Zona Rural do Município de Olinda e dá outras providências);

- Lei Complementar N° 013/2002 (Regula as atividades de edificações e instalações no Município de Olinda);
 - Lei Municipal N° 5.512/2006 (Estabelece regras para utilização dos constantes do Parque do Carmo e calçadão que abrange toda orla de Olinda/PE);
 - Decreto de N° 073/2005 (Declara como Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE, o Mangue de Santa Teresa);
 - Plano Municipal de Turismo;
- **Nível Estadual**
 - Lei N° 9.931/86 (Define como área de proteção ambiental as reservas biológicas constituídas pelas áreas estuarinas do Estado de Pernambuco);
 - Lei Estadual N° 9.989/87 (Criação das Reservas Ecológicas da RMR);
 - Lei N° 11.516/97 (Dispõe sobre o licenciamento ambiental, infrações ao meio ambiente e dá outras providências);
 - Lei Estadual N° 21.972/99 (Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro de PE);
 - Lei Estadual N° 11.899/00 (Redefine os critérios de distribuição da parte do ICMS que cabe aos municípios de que trata o artigo 2° da Lei 10489/1990 considerando os aspectos socioambientais, e dá outras providências);
 - Lei N° 14.236/2010 (Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e dá outras providências);
 - Lei N° 14.258 /2010 (Política Estadual de Gerenciamento Costeiro).
 - Lei N° 14.249/2011 (Dispõe sobre licenciamento ambiental, infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, e dá outras providências);
 - Lei N° 14.549/2011 (Altera a Lei N° 14.249/2011, que dispõe sobre licenciamento ambiental, infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, e dá outras providências);
 - Decreto N° 40.923, de 28 de Julho de 2014 (altera o decreto n° 21.402/1999, que estabelece a interdição, para prática de *surf*, *body boarding* e atividades náuticas similares, de áreas da orla marítima do Estado que indica e disciplina sua fiscalização).
 - Plano de Preservação de Sítios Históricos-PPSH (FIDEM, 1978);
 - **Nível Federal**
 - Lei Federal N° 4.771/1965 (Institui o novo código florestal, modificada pela lei nº 12.651);
 - Lei Federal N° 6.513/1977 (Áreas especiais e locais de interesse turístico);
 - Lei Federal N° 1.155/79 - Rerratificação do Polígono de Tombamento do Município de Olinda e seu Entorno;
 - Lei Federal N.º 6.766/79 (Parcelamento do Solo Urbano);

- Lei Federal Nº 6.902/1981 (Estações ecológicas e APAS);
- Lei Federal Nº 99.274/1981 (Regulamenta a Lei N.º 6.902 e Lei N.º 6.938, Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente)
- Lei Federal Nº 7.347/1985 (Disciplina ação civil pública);
- Lei Federal Nº 9.605/1998 (Sanções penais e administrativas para atividades lesivas ao meio ambiente);
- Lei Federal Nº 9.785/1999 (Altera o Dec. Lei N.º 3365 e as Leis Nº 6015 e 6766);
- Lei Federal Nº 9.985/ 2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza);
- Lei Federal Nº 10.165/2000 (Política Nacional de Meio Ambiente);
- Lei Federal Nº 3.725/2001 (Regulamenta a Lei nº 9.636, dispõe sobre regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União);
- Lei Federal Nº 10.257/2001 (Regulamenta os Art. 182 e 183 da Constituição Federal);
- Lei Nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro);
- DECRETO Nº 3.725 /2001 (Regulamenta a Lei N.º 9.636/98, dispõe sobre Patrimônio da União);
- DECRETO Nº 5.300/2004 (Regulamenta a Lei Federal N.º 7.661/88, Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências);
- NORMAM-13 (Normas da Capitania dos Portos);
- Resoluções do CONAMA (Federal);
- Resolução CONAMA Nº 020/86 (Classificação das águas doces, salobras e salinas do Território Nacional);

9.2 Base Institucional para Executar as Ações Previstas

A base institucional do PGIO é constituída pelos órgãos municipais da Prefeitura de Olinda, que, articulados entre si, contribuirão para a implementação do Projeto Orla. São eles:

- Secretaria da Fazenda e Administração – SEFAD
- Secretaria de Assuntos Jurídicos – SAJ
- Secretaria de Comunicação – SECOM
- Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos – SDSCDH
- Secretaria de Educação – SEDO
- Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude - SELJ
- Secretaria de Governo- SEGOV
- Secretaria de Meio Ambiente – SEMA

- Secretaria de Obras – SEO
- Secretaria de Patrimônio e Cultura – SEPAC
- Secretaria de Planejamento e Controle Urbano – SEPLAC
- Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica – SPGE
- Secretaria de Saúde de Olinda – SSO
- Secretaria de Segurança Urbana – SSU
- Secretaria de Serviços Públicos – SSP
- Secretaria de Transporte e Transito – STT
- Secretaria de Turismo, Desenvolvimento Econômico e Tecnologia – SETURDE

9.3 Fóruns de Decisão Existentes no âmbito do Plano

O modelo de gestão, adotado pela atual administração municipal, busca seguir em consonância entre interesses públicos, privados, individuais e coletivos. Dessa forma, os fóruns de decisão antevistos neste PGIO são:

- Câmara Municipal de Vereadores;
- Conselho de Meio Ambiente (Sede na SEMA - Estrada do Bonsucesso, 306-Bonsucesso);
- Conselho de Desenvolvimento Urbano (Sede na SEPLAC - Estrada do Bonsucesso, 306-Bonsucesso);
- Conselho de Saúde (Sede CAIC – Peixinhos);
- Conselho de Educação (Sede na R. XV de Novembro);
- Conselho de Patrimônio (Sede no Arquivo Público - R. de São Bento);
- Conselho Municipal de Assistência Social – CMASO (Sede Casa dos Conselhos - R. Maria Ramos, 529 – Bairro Novo);
- Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDACO (Sede na R. XV de Novembro);
- Conselho do Idoso - COMDIO (Sede Casa dos Conselhos - R. Maria Ramos, 529 – Bairro Novo);
- Conselho da Mulher (Sede na SDHCDH – Av. Getúlio Vargas, 536 – Bairro Novo);
- Conselho Tutelar R II (R. José Augusto da Silva Braga, 752, Bairro Novo); e
- Conselho dos Direitos Humanos (Sede na SDHCDH – Av. Getúlio Vargas, 536 – Bairro Novo).

9.4 Instrumentos Gerenciais e Normativos Locais Existentes

- Unidade de Controle de Trânsito
- Unidade de Controle Urbano;
- Unidade de Licenciamento Ambiental;
- Vigilância Sanitária;

- Manutenção Urbana
- Guarda Municipal

9.5 Material Técnico Científico Disponível (Referências Bibliográficas)

Nesta seção, apresenta o material técnico-científico disponível para orla em questão, incluindo levantamentos, teses e projetos. Assim, tem-se:

- ITEP - Instituto de Tecnologia de Pernambuco. Análise do Empreendimento: Estudo de Impacto Ambiental – EIA: Recuperação da Orla Marítima – Municípios de Jaboatão dos Guararapes, Recife, Olinda e Paulista (Pernambuco). Recife, 2012.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ). Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha do Brasil. Brasília, 2008. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro/macrodiagnostico>>. Acesso em: 14 de jan. 2015.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Gestão. Secretaria do Patrimônio da União. Tudo o que você precisa saber sobre Laudêmio. Taxa de ocupação e Foro / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Secretaria de patrimônio da União. – Brasília: MP, 2002. 24p. ISBN: 85-89199-01-0.
- CIRNE, N. *et al.* Projeto Orla (Trecho Casa Caiada – Rio Doce): Projeto de Urbanização pelo Ministério do Turismo. Olinda, 2009.
- CIRNE, N.; BOECHMAN, G. Projeto Orla (Trecho Bairro Novo – Casa Caiada): Projeto de Urbanização pelo Ministério do Turismo. Olinda, 2005.
- COMPANHIA PERNAMBUCANA DE MEIO AMBIENTE: Diagnóstico Sócio-Ambiental & ZEEC – Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro do Litoral Sul de Pernambuco. Recife. CPRH. 1999. 91 p.
- COMPANHIA PERNAMBUCANA DO MEIO AMBIENTE. Licenciamento e fiscalização no Estado de Pernambuco. Recife, 2000. 77p. ISBN: 85-86592-07-2.
- CPRH, Diagnóstico do Meio Físico e Biótico e o Mapa de Uso e Ocupação do Solo do Núcleo Metropolitano. Recife, 2006.
- IBGE: Censo Demográfico 2010. Brasília, 2011.
- MMA/Governo de Pernambuco. Gestão Integrada dos Ambientes Costeiros e Marinhos de Pernambuco. Recife, 2000. 74p.
- OLINDA. Plano Plurianual 2014-2017: Revisão 2015. Lei Nº 5.904/2014.
- PEDROSA, Fábio José de Araújo. Aspectos da Evolução da Linha de Costa e da Paisagem Litorânea do Município de Olinda entre 1915 e 2004: Evidências do Tecnógeno em Pernambuco. 2007. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geociências, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

- PROJETO ORLA: Fundamentos para Gestão Integrada / Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. – Brasília: MMA, 2006. 74 p.: il. color.
- PROJETO ORLA: Guia de Implementação / Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Qualidade Ambiental; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria do Patrimônio da União. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 36p.
- PROJETO ORLA: Manual de Gestão / Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. – Brasília: MMA, 2006. p. 88: il. color.
- PROJETO ORLA: Subsídios para um Projeto de Gestão / Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília: MMA e MPO, 2004. (Projeto Orla). 104 p.

10. MONITORAMENTO

Sendo o monitoramento a aferição dos resultados das ações desenvolvidas, necessário para o ajuste e a redefinição de ações, o Plano de Gestão Integrada da Orla deverá ser avaliado de acordo com as linhas e os tipos de ações definidas no Quadro 2 - Linhas de Ação Prioritárias – Detalhamento, apresentadas na seção 7 deste documento. O Comitê Gestor em conjunto com a Coordenação Técnica Municipal serão os responsáveis por esse monitoramento e pela efetiva implantação das ações e medidas estratégicas.

Como forma de aperfeiçoar a sistemática de monitoramento, a Coordenação Técnica Municipal apresentará, ao Comitê Gestor, quadro contendo os indicadores qualitativos e quantitativos a serem monitorados em cada atividade prevista no Quadro 2 acima referido.

10.1 Sistemática de Acompanhamento, Avaliação e Revisão do Plano

O monitoramento do desenvolvimento das ações e medidas propostas no PGIO acontecerá de forma contínua através de reuniões entre a Coordenação Técnica Municipal e o Comitê Gestor e da apresentação de Relatórios de Acompanhamento.

Este Plano deverá ser revisto em sua totalidade a cada 2 (dois) anos a partir da sua validação e homologação.

10.2 Relatórios de Acompanhamento e Avaliação

Os Relatórios de Acompanhamento terão periodicidade trimestral e serão executados pelos responsáveis das ações. Está previstos também a apresentação dos Relatórios de avaliação semestral ou anual (dependendo do prazo previsto para conclusão das ações). Os relatórios deverão abordar informações sobre as ações em desenvolvimento seguindo um roteiro que envolva:

- Especificação da ação e seu responsável:
 - ✓ nome da ação
 - ✓ relação desta com as linhas de ação do Plano;
 - ✓ cronograma previsto;
 - ✓ responsável pela ação e agentes envolvidos.

- Apresentação do andamento das ações:
 - ✓ listagem dos produtos parciais e/ou totais concluídos;
 - ✓ listagem dos produtos não concluídos, mas em andamento (indicar estágio de execução, novo prazo para conclusão e dificuldades de execução);
 - ✓ listagem das ações e/ou produtos incluídos no Plano;
 - ✓ listagem das ações e/ou produtos excluídas ou abandonadas;
 - ✓ análise de desempenho pelos indicadores de aferição definidos.

- Síntese das análises:
 - ✓ resumo das questões abordadas com aferição do desempenho geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ). Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha do Brasil. Brasília, 2008. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro/macrodiagnostico>>. Acesso em: 14 de jan. 2015.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Gestão. Secretaria do Patrimônio da União. Tudo o que você precisa saber sobre Laudêmio. Taxa de ocupação e Foro / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Secretaria de patrimônio da União. – Brasília: MP, 2002. 24p. ISBN: 85-89199-01-0.
- CIRNE, N. *et al.* Projeto Orla (Trecho Casa Caiada – Rio Doce): Projeto de Urbanização pelo Ministério do Turismo. Olinda, 2009.
- CIRNE, N.; BOECHMAN, G. Projeto Orla (Trecho Bairro Novo – Casa Caiada): Projeto de Urbanização pelo Ministério do Turismo. Olinda, 2005.
- COMPANHIA PERNAMBUCANA DE MEIO AMBIENTE: Diagnóstico Sócio-Ambiental & ZEEC – Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro do Litoral Sul de Pernambuco. Recife. CPRH. 1999. 91 p.
- COMPANHIA PERNAMBUCANA DO MEIO AMBIENTE. Licenciamento e fiscalização no Estado de Pernambuco. Recife, 2000. 77p. ISBN: 85-86592-07-2.
- CPRH, Diagnóstico do Meio Físico e Biótico e o Mapa de Uso e Ocupação do Solo do Núcleo Metropolitano. Recife, 2006.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Pernambuco, Olinda. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/1ZT>. Acessado em: 20/12/2014.
- IBGE: Censo Demográfico 2010. Brasília, 2011.
- ITEP - Instituto de Tecnologia de Pernambuco. Análise do Empreendimento: Estudo de Impacto Ambiental – EIA: Recuperação da Orla Marítima – Municípios de Jaboatão dos Guararapes, Recife, Olinda e Paulista (Pernambuco). Recife, 2012.
- MMA/Governo de Pernambuco. Gestão Integrada dos Ambientes Costeiros e Marinhos de Pernambuco. Recife, 2000. 74p.
- OLINDA. Plano Plurianual 2014-2017: Revisão 2015. Lei Nº 5.904/2014.
- PEDROSA, Fábio José de Araújo. Aspectos da Evolução da Linha de Costa e da Paisagem Litorânea do Município de Olinda entre 1915 e 2004: Evidências do Tecnógeno em Pernambuco. 2007. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geociências, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.
- Prefeitura Municipal de Olinda (PMO); A cidade. Disponível em: <http://www.olinda.pe.gov.br/a-cidade/olinda-em-dados>. Acessado em: 04/02/2015.
- Projeto Orla: fundamentos para gestão integrada / Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. – Brasília: MMA, 2006. 74 p.

- PROJETO ORLA: Fundamentos para Gestão Integrada / Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. – Brasília: MMA, 2006. 74 p.: il. color.
- PROJETO ORLA: Guia de Implementação / Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Qualidade Ambiental; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria do Patrimônio da União. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 36p.
- Projeto Orla: guia de implementação/ Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Qualidade Ambiental; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria do Patrimônio da União. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 36p.
- Projeto Orla: implementação em territórios com urbanização consolidada. / Coordenação de Kazuo Nakano. — São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006. 80 p.
- Projeto Orla: manual de gestão / Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. – Brasília: MMA, 2006. p. 88.
- PROJETO ORLA: Manual de Gestão / Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. – Brasília: MMA, 2006. p. 88: il. color.
- Projeto Orla: Subsídios para um projeto de gestão / Brasília: MMA e MPO, 2004. (Projeto Orla). 104 p.
- PROJETO ORLA: Subsídios para um Projeto de Gestão / Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília: MMA e MPO, 2004. (Projeto Orla). 104 p.
- UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Representação da Unesco no Brasil. Centro Histórico de Olinda. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/historic-centre-of-olinda/>. Acessado em: 20/12/2014.

PROJETO ORLA
PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DA ORLA DE OLINDA



ANEXOS

Anexo 1 – Plantas de Situação Atual/Usuários dos Trechos